

revista de estudos guineenses

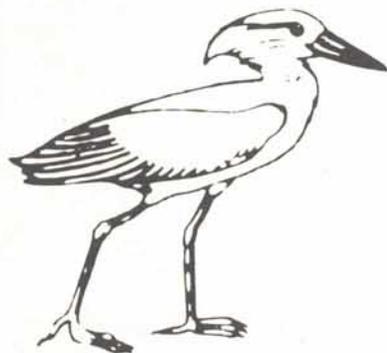
n. 14 jul. 92

SORONDA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

COLECÇÃO
"KACU MARTEL"



NATURE ET FONCTIONNEMENT
DU POUVOIR
CHEZ LES BALANTA BRASSA
DIANA LIMA HANDEM



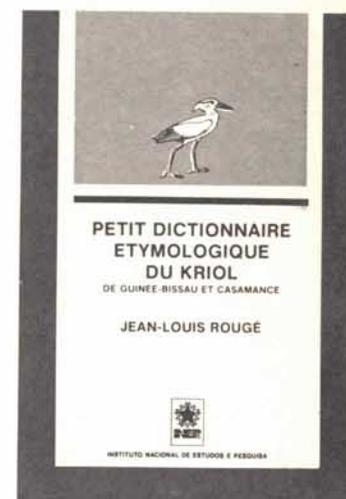
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PARA UMA
LEITURA SOCIOLÓGICA
DA
GUINÉ-BISSAU
CARLOS LOPES



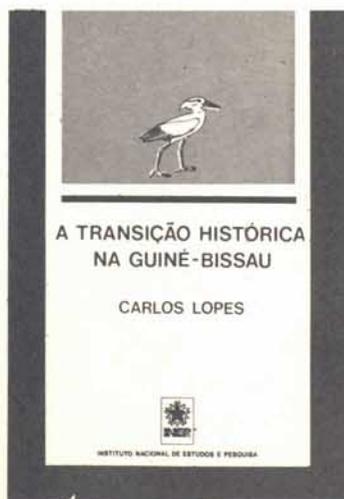
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PETIT DICTIONNAIRE
ETYMOLOGIQUE
DU KRIOL
DE GUINÉE-BISSAU ET CASAMANCE
JEAN-LOUIS ROUGE



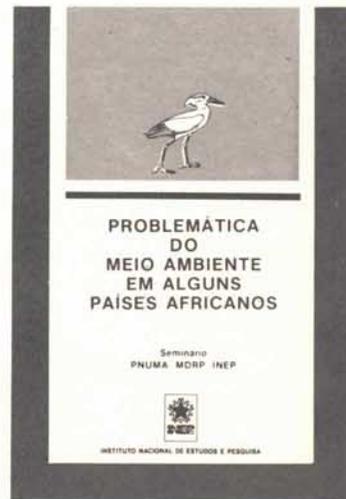
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A TRANSIÇÃO HISTÓRICA
NA GUINÉ-BISSAU
CARLOS LOPES



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PROBLEMÁTICA
DO
MEIO AMBIENTE
EM ALGUNS
PAÍSES AFRICANOS

Sembrício
PNUMA, MDRP, INEP



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A GUINÉ-BISSAU
A CAMINHO
DO ANO 2000

COORDINADA POR
DIANA L. HANDEM E
FERNANDO OELFM DA SILVA

CONTÉÚDO
INEP CESE



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO EM ÁFRICA
OS EXEMPLOS DE ANGOLA, CABO
VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE
E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Citequim
INEP, CODESRIA, UNITAR



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

SUMÁRIO

- Um olhar sobre o sistema alimentar balanta: o caso das tabancas de Mato Farroba e Cantone 3
Faustino Imbali
- A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973 29
Carlos Cardoso
- Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições económicas e sociais das mulheres da zona rural 65
Gertrud Achinger
- Os conceitos de etnia e classes sociais: uma primeira aproximação dos instrumentos de análise da realidade africana 83
Carlos Franco Liberato
- As consoantes pré-nasalizadas do crioulo da Guiné-Bissau 97
Hildo Honório do Couto
- Documentos
Relatório do Residente de Cacheu em 1911 107
- Notas de leitura
Os 3 *N'kurbados* de Fernando Júlio 127
Alain Kihm
- Actividades do INEP 137

OS AUTORES

Faustino Imbali

Diplomado com DEA em Sociologia pela Universidade de Bordeaux II. É Coordenador do Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.

Carlos Cardoso

Doutorado em Filosofia pela Universidade de Jena (Alemanha) e actual Director do INEP.

Gertrud Achinger

Doutorada em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim. Foi Investigadora do Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.

Carlos Franco Liberato

Historiador formado pela Universidade de Brasília, realiza actualmente o mestrado em Estudos de África em El Colegio de México. Permaneceu na Guiné-Bissau de Dezembro de 1990 a Março de 1991, no quadro do programa de intercâmbio entre o INEP e essa instituição.

Hildo Honório do Couto

Linguísta, professor na Universidade de Brasília.

Alain Kihm

Linguísta, investigador do Laboratório de Línguas e Civilizações de Tradição Oral (LACITO) do CNRS (Paris).

UM OLHAR SOBRE O SISTEMA ALIMENTAR BALANTA: O CASO DAS TABANCAS DE MATO FARROBA E CANTONE

Em que medida os Balantas fazem hoje em dia apelo de maneira exclusiva aos valores tradicionais na sua reprodução social? Até quando continuarão a identificar-se com a produção orizícola?

Faustino Imbali

Introdução

O principal objectivo deste trabalho é esclarecer em parte a reprodução social dos Balantas do Sul, a partir de uma análise da evolução do seu sistema alimentar.⁽¹⁾

Baseado na produção e no consumo de arroz, o sistema alimentar aparece como um factor determinante na reprodução social dessa população.

A análise será levada a cabo numa perspectiva histórica. O objectivo é pôr em evidência as dinâmicas internas, estratégias e adaptações sucessivas face aos factores externos. Isso permitirá esclarecer melhor os comportamentos actuais dos diferentes produtores balantas, bem como definir as tendências de evolução do sistema alimentar e, em consequência, formular hipóteses sobre o modo de reprodução social dos Balantas do Sul.

O problema sociológico de fundo que se coloca é o seguinte:

As populações das zonas rurais são chamadas a realizar uma *completa mutação social* a fim de poderem integrar-se na economia de mercado, condição *sine qua non* do desenvolvimento, segundo os promotores deste tipo de política.

De facto, as políticas de desenvolvimento em vigor na maioria dos países de África, e em particular na Guiné-Bissau, visam sobretudo este objectivo, ainda que isso não corresponda forçosamente aos objectivos e expectativas das populações rurais. A título de exemplo é preciso dizer que os comportamentos dos produtores balantas não se definem exclusivamente em função dos critérios económicos de rentabilidade monetária. Eles se definem em função de outros parâmetros, nomeadamente o parentesco, as relações com o poder tradicional, o sagrado etc.. Eles respondem prioritariamente à preocupação de assegurar a reprodução equilibrada da sociedade balanta.

Em geral, todas as sociedades tradicionais estão obcecadas pelo sentimento da sua vulnerabilidade, pelo receio das rupturas. Por isso estão permanentemente em luta contra os desvios e os desequilíbrios que as ameaçam.

Mas para que as mutações sejam efectivas, (Balandier 1981:89) «é preciso que as transformações que afectam a sociedade global sejam irreversíveis, é preciso que as condições de *reprodução social* sejam modificadas e ameaçadas de ineficácia num curto período de tempo.

Será que elas o estão no caso da sociedade balanta que nos propomos estudar?

Como é que a partir de uma análise da evolução do seu sistema alimentar se pode compreender a dinâmica desta mutação?

Qual é o impacto dos valores «modernos» no processo de reprodução social balanta? Por outras palavras, em que medida os Balantas fazem apelo hoje em dia aos valores «modernos» na sua reprodução social?

É este, resumidamente, o quadro teórico que guiará a nossa reflexão. O presente trabalho é constituído por duas partes.

A primeira, mais descritiva, tentará esboçar a evolução das três principais componentes do sistema alimentar: produção, consumo e circulação de produtos.

A segunda parte, mais analítica, interrogar-se-á sobre as mutações da sociedade balanta e sobre o lugar do arroz no seu processo de reprodução social.

I - O sistema alimentar Balanta: permanência e rupturas

1. O sistema de produção alimentar

O sistema de produção alimentar (arroz de mangal) entre os Balantas é constituído por um complexo conjunto de operações sustido essencialmente por relações sociais muito particulares e uma relação «contratual» entre o *produtor* e a *terra*.

Apoiando-se em aquisições técnicas muito antigas e experimentadas, este sistema conheceu poucas modificações, apesar da invasão de elementos externos (a vulgarização de novas técnicas e sementes, por exemplo).

Embora certos utensílios tenham conhecido, de facto, alguns melhoramentos, os aspectos mítico e religioso desta orizicultura permaneceram intactos. Vejamos agora algumas etapas do sistema:

Tudo começa pela escolha do local apropriado para a instalação da *tabanca*. Esta deve ficar nas proximidades de uma bolanha. A seguir inicia-se a operação de construção da bolanha, a qual comporta três etapas principais: o *isolamento do perímetro a preparar para a construção de um dique periférico, o arroteamento e a dessalinização*.

O dique periférico, também denominado dique de cintura, tem como principal função impedir a inundaçãõ das terras preparadas pela água do mar. A sua construção exige o esforço de todos os habitantes da tabanca; por vezes faz-se apelo às tabancas vizinhas.

A operação de dessalinização prolonga-se por vários anos. Segundo os testemunhos recolhidos, são precisos dois anos de dessalinização. A partir do terceiro ano pode-se semear a título experimental, mas é preciso esperar até ao quinto ano para ter uma boa produção.

Em relação às ferramentas agrícolas, é de assinalar que os camponeses dispõem de um pequeno conjunto de ferramentas agrícolas que lhes são específicas: o *kebinde*, para lavar, o *kebon*, para a colheita, e o *fboto*, protector para a colheita.

Estas ferramentas têm experimentado melhorias: com a chegada de ferro e a instalação de ferreiros tradicionais nas tabancas, tanto o *kebinde* como o *kebon* foram dotados de uma lâmina de ferro.

Além de técnicas culturais tais como a *lavra* (feita manualmente e sempre pelos homens), os *alfobres*, a *transplantação* e a *colheita*, parece-nos importante a *gestão da água*, por ser muito delicada e sobretudo por constituir uma fonte potencial de conflito entre os camponeses.

Por esta razão deter-nos-emos nela.

A rizicultura balanta (em solo de mangal) depende totalmente da pluviometria. A irrigação não é praticada. Assim, a primeira preocupação de cada produtor é conservar o máximo de água das chuvas nas suas parcelas. Para isso pode combinar várias técnicas. A própria preparação do terreno é concebida com este objectivo.

A técnica principal consiste em dividir as bolanhas em *kordas* e a seguir, no interior destas, em parcelas. Cada *korda* é disposta paralelamente à encosta. Isso permite o escoamento da água ao nível de uma mesma *korda*.

No entanto, este princípio é eficaz apenas quando uma mesma *korda* pertence a um único proprietário. Prova disso é que nos últimos anos houve partilhas que conduziram a uma fragmentação das *kordas*, em que vários produtores partilham as parcelas de uma mesma *korda*.

Esta nova situação pode comportar problemas ao nível da gestão da água: o proprietário de parcelas situadas no alto não as pode drenar sem autorização do proprietário das parcelas situadas na parte baixa. Deste modo, o calendário de trabalho de um camponês depende não apenas das condições pedo-climáticas e da mão-de-obra, mas também da boa vontade dos outros produtores.

Contrariamente àquilo que o sistema deixa entrever, existem poucos conflitos derivados da gestão da água. Em geral, os camponeses têm boas relações entre si. Mas em caso de litígio, apelam ao chefe da tabanca para saldar o diferendo.

Dado o facto de implicar, por um lado, um entendimento muito particular entre os produtores e, por outro lado, técnicas muito complexas (saber-fazer), o trabalho de condução da água é reservado quase exclusivamente aos homens adultos (iniciados).

No sistema de produção alimentar dos Balantas, *as relações sociais de produção*, bem como o seu *aspecto mítico*, são extremamente importantes. Ao considerar a sociedade balanta estudada, a relação *homem/homem* e *homem/coisa* não basta para compreender o dinamismo do sistema. É preciso, de facto, introduzir na análise a relação *homem/ancestro protector*.

Certamente, todo o chefe de uma unidade de produção, para valorizar as suas bolanhas, precisa da mão-de-obra do seu vizinho (o conhecido sistema de entre-ajuda). Mas precisa sobretudo do chefe de bolanha.

Na sociedade em geral e em particular nas duas tabancas estudadas, a tomada de posse de um terreno desocupado é acompanhada de um ritual fundador em que o primeiro a limpar o terreno deve obter o acordo das potências espirituais que nele residem. Ele reconhece-se a si próprio

como devedore contrai com elas uma dívida de reconhecimento. Um laço indissolúvel nasce assim entre o homem, o seu grupo e a terra. Nesta terra o camponês irá simplesmente afirmar simultaneamente o seu domínio e a sua dependência face a essas potências.

Quanto à relação homem/homem, ela envolve essencialmente a mobilização da mão-de-obra necessária para a produção.

De facto, o trabalho de produção realizado numa família combina duas grandes categorias de mão-de-obra: a da unidade de produção (*fsolba*) e a mão-de-obra externa.

A etnia Balanta possui um arsenal importante de técnicas que lhe permitem cultivar arroz tendo em conta as condições pedo-climáticas do meio. Mas, nos últimos anos, a agricultura balanta da zona estudada tem-se visto confrontada com novas condicionantes que fazem diminuir a segurança que comportavam as técnicas culturais antigas. Estas novas condicionantes são devidas à irregularidade da pluviometria, a uma diminuição da mão-de-obra e a um declínio da solidariedade tradicional.

Para explicar os dois últimos factores é preciso reportar-se ao facto de que o papel dos novos Estados por um lado, e a multiplicação das trocas (mercado) por outro, oferecem às populações rurais, em particular aos jovens, a ocasião de conhecerem a sedução das cidades. Assim fazendo, eles (Estados) contribuem para a «promoção» da crise do mundo rural através dos seus investimentos demasiadamente centrados nas cidades e da falta de projectos integradores no mundo rural.

Este fascínio pelas cidades provocou nas duas tabancas estudadas um êxodo rural mais marcado entre os jovens, que são, como se sabe, «o motor da produção». Este êxodo tem como consequência imediata, para a produção de arroz, a diminuição da força de trabalho vista nos seguintes moldes:

- o recrutamento de um grupo de trabalho de jovens já não consiste simplesmente em entrar em contacto com um dos seus elementos e combinar uma data. A disponibilidade dos jovens torna-se cada vez mais rara e quando estão disponíveis a sua remuneração (em dinheiro, em bebidas...) representa nos últimos anos uma despesa importante para o produtor. Uma família sem filhos vê assim a sua produção condenada a baixar;
- a mão-de-obra familiar torna-se actualmente mais determinante para a produção de arroz. É cada vez mais difícil poder contar, como acabámos de constatar, com mão-de-obra colectiva, (grupo de trabalho);

— a colheita, antigamente conhecida como uma actividade assumida inteiramente pelos jovens, hoje em dia deixou de sê-lo.

Tudo isto provoca aquilo que se denomina de «regressão da solidariedade tradicional».

Quanto à pluviometria, existe certamente uma descida em relação aos anos 60, mas mais do que esta diminuição relativa, é a má distribuição das chuvas que teve nos últimos anos uma incidência negativa sobre a produção de arroz nas tabancas estudadas. Uma concentração demasiado grande das chuvas em Agosto, por exemplo, pode paralisar as actividades da lavoura, na medida em que as bolanhas serão completamente inundadas.

2. *Evolução das práticas de consumo alimentar e consequências sobre o sistema alimentar balanta*

No sistema alimentar balanta, a prática de consumo alimentar é o aspecto que sofreu mais modificações.

Se a divisão social do trabalho de preparação dos alimentos não conheceu mudanças, isto é, esta actividade continua a ser confiada quase exclusivamente às mulheres, as técnicas de preparação e os utensílios empregados conheceram uma verdadeira evolução — sem esquecer a descoberta dos novos ingredientes que entram na composição de um prato. A título de exemplo, é preciso lembrar que cozinhar com óleo é uma prática muito recente. Mas para compreender melhor esta evolução, nada mais ilustrativo do que o seguinte extracto de uma entrevista (traduzido do balanta) com uma *mulher-grande* de Cantone:

«Não sei muito bem se nós é que comíamos mal ou bem se é agora que se come mal. Eu achava muito bom aquilo que se comia. Hoje em dia aprecio o que as minhas filhas preparam, embora o cheiro a óleo me incomode um pouco. Ao contrário, há uma coisa cuja lembrança me impressiona. Como podíamos colocar peixes vivos, sem limpar, numa caçarola com água a ferver (não havia caçarola mas panela de barro) e misturar tudo com arroz para dar de comer às pessoas? Lembro-me muito bem que comida tomava uma cor muito escura. Aliás, quanto mais escura melhor era. Agora isso já não se faz. Ao nosso óleo de palma, leite de vaca, nata fresca... fazem concorrência, quando não os substituem, o óleo comprado na loja, as cebolas, o concentrado de tomate, a margarina, de que eu gosto especialmente, os cubos Maggi... Embora seja muito bom, tenho sempre saudades do meu prato de *kretcha*⁽²⁾.»

Não há praticamente comentários a fazer sobre esta passagem de entrevista, a não ser talvez para assinalar que os Balantas comiam muito pouca fruta porque não a tinham. As outras etnias, em particular os Fulas e os Mandingas, diziam-lhes que quando se planta uma árvore de fruto anuncia-se a morte de um velho.

2.1. Os aspectos culturais da alimentação

Entre os Balantas da zona estudada, pode-se dividir os alimentos em três categorias: *alimentos de base* (incluindo essencial ou exclusivamente o arroz), *alimentos de acompanhamento* (molhos diversos, peixe, legumes, condimentos) e *alimentos de prestígio*. Esta última categoria merece o nosso interesse.

Os alimentos de prestígio são consumidos particularmente durante as festas ou quando se recebe um visitante de prestígio. Fazem parte destas ocasiões as festas de *Kanta Po*, as festas funerárias e sobretudo as festas de *Kisunde* e, mais recentemente, a festa de Ano Novo. Nestas ocasiões as comidas são cuidadosamente preparadas pelas mulheres mais exímias no ofício. Hoje em dia utilizam-se ingredientes modernos para honrar o convidado.

Com efeito, a hospitalidade alimentar é uma das componentes do saber-viver.

Quanto às interdições alimentares e aos próprios alimentos considerados rituais, pode-se dizer que aquelas ligadas ao consumo alimentar são relativamente pouco numerosas entre os Balantas da zona estudada. Aliás, estas interdições não impedem o consumo corrente. Elas obedecem, na maioria dos casos, a considerações de ordem religiosa.

É de assinalar que as interdições têm um papel social muito importante. Elas situam os indivíduos uns em relação aos outros na estrutura social tradicional. A sua rotura traduz-se pelo aparecimento de desordens psíquicas e espirituais que exigem o recurso a um curandeiro especializado.

Durante o nosso trabalho de terreno interessámo-nos igualmente pelos alimentos considerados rituais:

Ao examinar os rituais mais importantes entre os Balantas da zona estudada, pode-se detectar um certo número de alimentos que desempenham um papel principal nestes rituais. Eles são, por ordem de importância, o milho, o leite, o arroz e a carne. Estes alimentos estão demasiadamente carregados de representações sociais para se poder dispor deles sem problemas.

O milho é, sem dúvida, o alimento mais ritual entre os Balantas. Com efeito, os três rituais mais importantes nesta etnia (o fanado ou iniciação, o casamento e a cerimónia funerária) não podem ser realizados, sob nenhum pretexto, sem a presença do milho. Este alimento não pode ser substituído nestas cerimónias.

Apesar da importância religiosa do milho, reconhecida e observada por todos os Balantas do país, é surpreendente constatar que os Balantas do Sul, em particular o das duas tabancas estudadas, praticamente não cultivam milho. Alguns camponeses cultivam-no mas em pequena quantidade, com fins cerimoniais. Os outros camponeses compram-no aos Fulas. Tanto o arroz como o milho não devem ser roubados. O seu roubo assemelha-se a quebrar uma interdição.

A modo de conclusão, pode-se dizer que houve de facto mudanças ao nível das práticas de consumo alimentar. Mas este tipo de consumo não criou o *processo de modernização das agriculturas*, contrariamente à hipótese de Campagne, para quem a conexão entre produção e o consumo cria o processo de modernização das culturas (Campagne 1989:77).

Isto porque embora a alimentação continue a ser uma necessidade fundamental, ela não pode ser considerada por um balanta como a preocupação essencial de uma pessoa. Existem ditados que condenam a glotonaria e o egoísmo alimentar. Diz-se, entre os Balantas, que um homem voraz não pode ser um bom orizicultor.

Assim, o consumo *alimentar* não é forçosamente um padrão de referência essencial do nível sócio-económico. O mais surpreendente, embora se verifique cada vez menos, é que uma boa refeição era socialmente reprovada, pois a melhoria das refeições em circunstâncias normais é admitida apenas em presença de um estrangeiro ou em período de festas.

Certamente, a alimentação resulta de hábitos determinados pela cultura de um povo — os Pepel (uma etnia da Guiné-Bissau) comem cão enquanto que os Balantas não — mas ela é antes de tudo a expressão do seu modo de vida e das suas actividades económicas. Ora, a evolução da estrutura económica e social, baseada cada vez mais no dinheiro como consequência do aumento do mercado, é a condição primária da evolução verificada nas práticas alimentares balantas. Com efeito, os valores tradicionais e as tendências para a modernidade misturam-se. Hoje em dia a sociedade tradicional não reprova tendências tais como o desejo de melhorar a alimentação. Do mesmo modo, a sociedade «fecha os olhos» perante a transgressão de certas interdições tais como a de os jovens comerem ovos.

3. Os modos de circulação dos produtos

Nesta parte analisaremos dois principais modos de circulação do produto (o arroz) por nós estudado: a circulação ligada às obrigações sociais e a circulação ligada às trocas económicas.

Estes dois modos de circulação aparentemente diferentes são, com efeito, complementares. Entre os Balantas, dar é tão importante como vender. No segundo caso ganha-se dinheiro, no primeiro prestígio, contribuindo assim para perpetuar as relações sociais, importantes para manter o equilíbrio social e sobretudo a mão-de-obra necessária à produção.

3.1. A circulação ligada às obrigações sociais

Tudo começa no dia da grande debulha, em que várias pessoas (parentes ou não) vêm ajudar nos trabalhos de debulha e transporte. É de assinalar que o transporte do arroz paddy das bolanhas — onde foi feita a debulha — até à casa é feito unicamente pelos parentes do proprietário.

A distribuição inicia-se com a chegada do arroz paddy à casa. A proporção do arroz a distribuir é em função da quantidade colhida e da generosidade do camponês. Mas é preciso lembrar que quanto mais uma pessoa der, melhor se falará dela e maior será o seu prestígio.

Existem, grosso modo, três categorias de pessoas atingidas por esta distribuição.

— *Os amigos* ou *todas as pessoas* que participaram no trabalho, salvo os parentes, recebem sem reclamarem (por delicadeza) aquilo que o proprietário ou a sua primeira mulher lhes derem;

— *As parentes* (irmãs, primas, sobrinhas...): esta categoria reclama por direito uma parte da produção, mesmo que não tenha participado no trabalho. Como parentes, elas têm direito a tomar a quantidade que julgarem suficiente sem que o proprietário tenha o direito de impedi-las de o fazerem.

O arroz assim tomado pelas parentes será levado para casa dos seus maridos sem que estes tenham direito sequer a um quilo. Em geral este arroz é vendido, e com o dinheiro assim obtido elas compram, na maioria dos casos, panos que servirão para as futuras cerimónias funerárias em casa dos seus pais, no sítio onde foram colher arroz. Isto talvez explique a atitude passiva do proprietário face às suas parentes no momento da distribuição do arroz.

— Por fim, a última categoria inclui *as mulheres sob a autoridade directa do chefe de família*. Elas recebem aquilo que em balanta se designa por *fat*, isto é, a palha.⁽³⁾

Além do arroz extraído do *fat*, o proprietário dá-lhes uma certa quantidade. Com este arroz elas compram roupa para si próprias, para os seus filhos e para os seus maridos, mas compram sobretudo panos. É de assinalar que a riqueza de uma mulher mede-se em função da quantidade de panos que possui. É importante salientar que nesta dinâmica de distribuição que põe em evidência a relação entre a produção e o parentesco, a mulher desempenha um papel muito importante. Ela é a primeira, senão a única responsável pela rede de transacções tradicionais do arroz ao nível dos parentes, no sentido alargado do termo.

3.2. *A circulação ligada às trocas económicas e a sua evolução para a economia do mercado*

O comércio — pois é dele que se tratará aqui — é uma actividade que os Balantas desprezaram durante longo tempo, por duas razões essenciais.

A primeira delas, de origem cultural, emana do funcionamento da própria sociedade balanta. Com efeito, até uma data bem recente (início dos anos 80) não havia praticamente actividades comerciais entre os Balantas da zona estudada em que o dinheiro entrasse como intermediário principal. Os produtos eram trocados, desempenhando o arroz o papel de moeda. Com a expansão do mercado esta situação evoluiu, embora timidamente, já que até hoje a maior parte das transacções praticadas entre os Balantas faz-se sem passar pela moeda.

Para os Balantas, a prática comercial significava a procura de riqueza individual. Ora, isso é contrário às regras de funcionamento da sua sociedade. Esta rejeitava ou simplesmente marginalizava quem tentasse essa prática.

A segunda razão é de ordem económica.

A economia balanta funcionou durante muito tempo sem dinheiro. À parte os panos, a roupa e alguns artigos importados dos quais os Balantas podiam muito bem prescindir, tudo era fabricado a nível das tabancas. Uma vez que a acumulação era feita em bens de prestígio, o dinheiro do arroz vendido servia para pagar os impostos e para comprar panos. Numa situação em que as populações vivem exclusivamente do arroz, a actividade comercial não pode florescer.

Actualmente, e sem abandonar a prática da troca, os Balantas do sul vendem cada vez mais arroz no mercado, por razões simultaneamente conjunturais e estruturais.

Em primeiro lugar, estabelecem contactos cada vez maiores com o mundo exterior, essencialmente através do comércio. Esta situação tem como consequência imediata o surgimento de novas necessidades que se tomam numerosas e diversificadas.

Estas necessidades encontram-se sobretudo nos jovens, pelas comodidades que elas representam e em razão de uma crescente valorização que faz com que a sua posse, também entre os jovens, confira um certo prestígio. Assim, não surpreende que os Balantas do Sul vendam arroz até ao ponto de este lhes chegar a faltar durante o período anterior às colheitas.

As despesas concernentes a estas novas necessidades concorrem com aquelas antigamente realizadas com bens de prestígio. Hoje em dia em Cantone e Mato Farroba é mais fácil ouvir falar de dinheiro para comprar chapas de zinco ou carros do que para comprar vacas, por exemplo.

3.3. Os efeitos da liberalização comercial sobre a economia balanta

Se deitarmos um olhar rápido sobre a situação comercial das tabancas estudadas, existem constatações à primeira vista surpreendentes:

- a importância do volume de arroz comercializado e a insuficiência de previsão (reserva para o período difícil);
- a quantidade de arroz vendido fora das lojas oficiais (mercado paralelo) é cada vez maior nos últimos tempos;
- o considerável aumento de preço do arroz (num ano, de Dezembro de 1988 a Dezembro de 1989, duplicou);
- o aumento do número de comerciantes;
- pode-se encontrar quase todos os produtos de primeira necessidade.

Todos estes elementos não deixam de ter relação com a política de liberalização económica, em particular com a liberalização dos preços dos produtos agrícolas. Mas quais são os seus efeitos?

Começaremos por analisar o conteúdo de certos relatórios e até discursos oficiais que evocam a relação entre o aumento dos preços do arroz e o aumento da produção deste. Mais precisamente, haveria um aumento da produção devida aos preços.

De acordo com os nossos inquéritos e observações nas duas tabancas, é-nos difícil partilhar este ponto de vista. Em Mato Farroba e Cantone as superfícies cultivadas não aumentaram nos últimos anos. Nestas tabancas, os camponeses debatem-se com o problema da mão-de-obra. É verdade que eles conquistam novas bolanhas mais fáceis de lavar (ausência de palha), mas quanto mais o fazem, mais abandonam as antigas, difíceis de lavar porque estão invadidas pela erva.

Em contrapartida, temos a certeza de que existe um forte aumento da proporção de arroz destinado à venda, nomeadamente devido ao aumento dos preços e à disponibilidade de mercadorias nas lojas das cidades. Por outras palavras, os Balantas vendem, como já dissemos, cada vez mais arroz e fazem uso cada vez menos generoso dele nas festas.

A título de exemplo, há mais de dez anos que não se realiza a festa de *Kanta Po* na região de Tombali. Quanto à festa de *Kisunde*, já não tem a mesma frequência nem o mesmo impacto entre os jovens. Estas duas festas implicam grandes despesas em arroz, após a festa do fanado. A opinião geral das populações da zona, de todas as idades, é muito pessimista em relação ao futuro destas festas.

Actualmente os jovens preferem dançar *boroska* — uma espécie de mistura de dança moderna e tradicional — sinal de «modernismo». A *boroska* praticamente não implica despesas.

Assim, no nosso caso, não observámos uma relação directa entre o aumento dos preços e o aumento da produção. É possível que isso se verifique noutras regiões. Considerando o estímulo dos preços no contexto actual da Guiné-Bissau, para os camponeses seria preferível cultivarem e explorarem a castanha de cajú, que exige menos trabalho e cujo preço é muito mais interessante do que o do arroz.

Para pôr fim a estas considerações, haveria que perguntar-se se a actual procura de arroz local é suficientemente elevada para manter o pretendido aumento da produção de arroz, tendo em conta a concorrência do arroz importado. A título de exemplo lembre-se uma reportagem da televisão nacional feita em Julho de 1990 no Sul, onde se via uma quantidade enorme de arroz sem comprador. Os camponeses inquiridos manifestaram, e com razão, a sua frustração.

A modo de conclusão, pode-se dizer que a liberalização, e consequentemente o aumento de preço dos produtos agrícolas, por um lado, e a disponibilidade de produtos de consumo por outro, foram considerados pelos camponeses como algo de muito positivo. No entanto, o problema do controlo dos seus celeiros continua. Seguidamente, é de assinalar que, apesar da importante quantidade de arroz vendida, os Balantas da zona

estudada não chegam a economizar mais do que antes. Mesmo sem dados estatísticos, emitimos a hipótese de que a relação entre o preço do arroz e o dos produtos importados é negativa para eles. Evidentemente, «melhoraram» um pouco o seu nível de vida (em particular os jovens).

Por último, hoje em dia os Balantas têm uma visão diferente da actividade comercial, praticando-a cada vez mais.

II. Reflexões sobre as mutações das Sociedades Balantas

Mutações... reproduções sociais... são conceitos que não se pode analisar, entre os Balantas, dissociados do arroz.

Com efeito, eles são instintivamente associados ao arroz. A sua vida social bem como a sua organização económica e política estão dominadas pela preocupação primordial da produção orizícola.

O arroz interfere em todas as suas manifestações sócio-culturais. A sua posse permite aumentar a quantidade de gado bovino e, consequentemente, ter muito mais mulheres. Só se é rico quando se tem muito arroz, muitas vacas e uma grande família.

1. A orizicultura e a Reprodução Social Balanta

Entre o Balanta e a bolanha existe uma ligação quase orgânica. «*Eles vivem da Terra mas vivem também com a Terra e para Ela*». (R. Verdier, 1986, p.9).

Existem, com efeito, três tipos principais de relações com a terra: *religioso, social e económico*.

— *No plano religioso*: a terra, e nomeadamente as bolanhas no nosso caso, é no plano cosmológico uma entidade natural e espiritual. Ela é fonte de vida e os laços que o homem tece com ela passam necessariamente pela mediação dos génios e dos ancestrados de quem procede a sua poderosa fecundidade. É por isso que não é possível apropriar-se dela como se fosse um objecto.

— *No plano social e ético*: a terra é um bem cujo valor é função da relação que o homem estabelece com ela.

Entre os Balantas, o indivíduo não existe na singularidade isolada e abstracta mas na sua participação em diferentes grupos: de parentesco e aliança, de idade, de localidade e de vizinhança... Das diversas funções

que assume decorre o seu estatuto, isto é, o conjunto dos seus direitos e deveres recíprocos corresponde às diversas posições que ele ocupa.

— *No plano económico*: a terra é antes de tudo um modo de subsistência fisiológico, a fonte principal de rendimento monetário dos Balantas estudados.

Em função destes três tipos de relações, o arroz, que é um dos produtos da terra, desempenha naturalmente também um triplo papel entre os Balantas: económico, social e religioso.

Lembremos que os Balantas do Sul vivem exclusivamente da monocultura do arroz. Todas as transacções são feitas com o arroz. Não têm outras fontes de rendimento monetário sem ser o arroz.

Certamente, o gado de criação (ovino, caprino, porcino, avícola...) que se possui individualmente representa, de certa forma, fontes de rendimento monetário. Mas possuir gado doméstico é mais um gesto social do que económico.

A célula económica de base é para todos a unidade de produção familiar fundada nos laços familiares. Os seus membros exploram uma ou mais bolanhas em comum e possuem um celeiro único administrado pelo chefe da unidade de produção.

A riqueza em arroz prima sobre qualquer outro tipo de riqueza. Com um celeiro cheio pode-se ter quase tudo: uma grande família, uma quantidade importante de gado, muitos amigos... Não é por acaso que a virtude mais apreciada entre os Balantas é o empenho no trabalho, e o trabalho para um balanta é antes que tudo aquele que se faz nas bolanhas. Já o trabalho assalariado, muito importante hoje em dia nas aldeias estudadas, não era reconhecido como digno de um balanta.

No entanto, quanto mais arroz se tem, mais se distribui entre os amigos, parentes... e mais cerimónias e festas se realiza. De facto, tudo é investido em bens de prestígio, de que fazem parte as relações sociais. Isto talvez explique a designação do gado bovino como sinal exterior de riqueza e não o arroz (informações dos anciãos interrogados).

O arroz e os animais têm um valor religioso; se houvesse que escolher a própria morte, o balanta escolheria morrer pelo arroz e pelo gado. Com efeito, não é raro ouvir falar com respeito das pessoas que fazem contrato com o *iran* para terem mais arroz e gado. Deles diz-se que fizeram bom contrato; que são «verdadeiros homens». Os seus funerais são objecto de grandes honras.

O arroz comanda todas as manifestações culturais. Ainda que no plano «institucional» existam festas como o *Fanadu*, que dependem

muito mais de outros factores que do arroz, este representa a condição ideal para a realização de todas essas festas (*Kanta Po, Kisunde, Fanadu...*). Por outras palavras, um bom ano agrícola é também um ano ideal para a realização destas manifestações.

O principal meio de acumulação concerne os bens de prestígio, sobretudo o gado, orientado a priori não para a venda mas para o consumo cerimonial, que serve sempre para perpetuar as relações sociais sem atingir uma diferenciação do nível de vida, porque elas são de carácter colectivo (ao nível da aldeia).

No decurso destas cerimónias os indivíduos e os grupos familiares exibem o seu poder económico perante os olhos da sociedade.

Com efeito, o abate massivo de vacas durante uma festa funerária, por exemplo, é um dos momentos essenciais da vida da sociedade balanta. Vê-se até que ponto estamos afastados de uma concepção nutricional.

O prestígio na sociedade balanta é o principal critério de diferenciação social. A noção de riqueza resume-se ao arroz, mas também à importância da família (grande número de mulheres e filhos) e do gado bovino, sem esquecer também a data de instalação da família na aldeia. Estes factores participam na definição de prestígio.

O arroz, o gado e a mulher representam a única fonte de riqueza «individual» reconhecida e tolerada pela sociedade balanta. Eles constituem igualmente elementos essenciais de explicação das relações sociais entre os Balantas.

Enfim, eles são os principais responsáveis pela reprodução social desta sociedade. *Um balanta dissociado destes elementos já não é um balanta.*

No entanto o mundo move-se: a economia de mercado penetrou até às aldeias mais remotas; novas necessidades surgem e são cada vez mais prementes; as solidariedades tradicionais regridem e com elas a mão-de-obra; o poder tradicional e de uma maneira geral o poder dos velhos registou uma pequena diminuição; os incitamentos ao aumento da produção são tão numerosos como ineficazes...

Perante tal situação pode-se perguntar: *em que medidas os Balantas fazem hoje em dia apelo de maneira exclusiva aos valores tradicionais na sua reprodução social? Até quando continuarão a identificar-se com a produção orizícola?*

Finalmente, é do futuro da orizicultura desta etnia e em consequência da sua própria identidade que se tratará a seguir.

2. *A orizicultura Balanta à prova: Manutenção da auto-subsistência ou integração no mercado? O problema não é tão simples.*

Com efeito, o problema não é tão simples, em particular para os camponeses balantas. Vejamos, pois, em primeiro lugar, o que se passa a este nível.

O governo guineense não cessa de lembrar aos agricultores a necessidade de aumentarem a produção. A sua preocupação é sem dúvida a formação de um excedente nacional importante.

Na nossa opinião, a melhor maneira de conseguir a formação deste excedente consiste, infelizmente, em introduzir os camponeses na economia de mercado, isto é, em fazer deles indivíduos preocupados em aumentar permanentemente os seus rendimentos monetários, graças, evidentemente, a um aumento da produção. É aliás o que o Estado tenta fazer. Só que falta definir *como*.

Mas será que os camponeses balantas procuram enriquecer através da produção de arroz?

Temos fortes razões para duvidar disso, apesar das declarações dos próprios camponeses. Quando interrogados, eles respondem que querem enriquecer.

Certamente, não desdenham os produtos que podem adquirir em contrapartida da venda da sua colheita e aceitam portanto aumentar a sua cultura quando se lhes oferece a possibilidade de o fazer. Aliás isso acrescenta-se à necessidade e à preocupação natural que os Balantas têm de ver aumentar a sua produção.

No entanto, este aumento não deve ultrapassar um certo limite. Os mecanismos de funcionamento da própria sociedade controlam e determinam em certa medida o limite:

Em primeiro lugar, a sociedade está dotada do mecanismo de *redistribuição*, que impede toda a acumulação individual de riqueza a não ser através de bens de prestígio.

Um indivíduo que trabalhasse mais do que os seus vizinhos (por exemplo, ficar a trabalhar depois de todo o mundo ter partido) suscitaria a reprovação social. Se alguma desgraça por acaso se abater sobre ele ou a sua cultura, não se deixaria de pensar que lhe lançaram um «mau olhar».

Além disso, quanto mais bens possui um homem, nomeadamente arroz, mais deve dar e maior é o número de pessoas a quem deve dar.

Assim, o enriquecimento, no sentido moderno do termo, de um indivíduo balanta, pressupõe que este se coloque à margem da sociedade

em que vive. Ora isto só é possível excepcionalmente. Como se pode recusar os pedidos dos pais, sogros, tios, primos...?

Certamente hoje em dia alguns jovens, nomeadamente os escolarizados, procuram enriquecer desta maneira. Eles têm, de facto, oportunidades particulares para conquistarem uma certa autonomia na conjuntura actual, em razão de um pequeno enfraquecimento das relações de dominação que opõem velhos e jovens. Só que, no quadro da aldeia, as estruturas sociais destroem as suas ambições. As obrigações que pesam sobre eles desencorajam-no de acumular.

O mais temido por estes jovens é sem dúvida a consequência desta ruptura no plano religioso: ao deixarem de ter a protecção dos parentes neste plano, eles tornam-se *«presa fácil dos espíritos malfieiros e objecto predilecto da maldição dos velhos»*.

Qualquer acumulação só pode ser feita fora da aldeia. E o êxodo rural dos jovens explica-se em parte devido a esta situação.

Sempre no domínio da adesão aos comportamentos modernistas, é de assinalar que há mais de três anos que os camponeses de Mato Farroba e de Cantone nos falam da necessidade de comprar carros e chapas de zinco — o facto de falarem nisso é já um passo. Se esta ideia nunca foi posta em prática até agora não é tanto por falta de meios, mas sobretudo porque a ideia ainda não recebeu a aprovação total da consciência colectiva, isto é, a sociedade não está pronta para receber este «presente». Isso implicaria uma transformação importante da sociedade balanta, a começar pela aceitação da acumulação individual de que se falou antes. Ora, a aprovação da acumulação, no sentido weberiano do termo, representaria uma verdadeira *revolução* da sociedade balanta.

Assinale-se de passagem que, mesmo após a sua aprovação, haverá um período de espera. Quem ousará esboçar o primeiro gesto?

A reticência dos camponeses face a estas perspectivas modernistas resulta, certamente, das suas normas culturais e dos limites das perspectivas ditas modernistas para propor verdadeiras soluções para os problemas rurais, mas é também uma questão de tempo. Com efeito, a concepção que uma população tem desde há séculos sobre o que é viver bem e o que é o sucesso não pode subitamente desaparecer para ser substituída por uma outra de conteúdo radicalmente diferente e que, aos olhos da população, ainda nem sequer mostrou o seu valor.

Hoje em dia os camponeses balantas encontram-se perante a seguinte alternativa:

Manter os objectivos tradicionais — o que implica limitar o seu consumo para reduzir o seu esforço de produção — ou adoptar aquilo

a que chamamos de ambições modernistas, devendo então optar em favor de um aumento do seu consumo, aceitando em consequência fornecer uma maior quantidade de trabalho.

No actual estado de coisas, podemos afirmar que os Balantas das duas aldeias estudadas optariam pela segunda alternativa. Aliás eles já se esforçam por agir neste sentido.

Terão sucesso? Seguramente não por si sós, por uma questão de cálculo dos riscos e interesses já evocados, da amplitude da operação e sobretudo por causa do carácter tradicional da sua orizicultura.

Ora, uma questão que não se pode ocultar diz respeito assim ao futuro desta orizicultura:

Será que ela está em condições de garantir a formação do excedente necessário à auto-suficiência nacional tão desejada pelo Estado?

Os três obstáculos com que esta orizicultura se defronta permitem-nos duvidar da sua capacidade: a mão-de-obra, os avatares climáticos (a pluviometria, da qual depende) e a regressão da solidariedade tradicional.

Em primeiro lugar, não vemos uma solução a curto e médio prazo para o problema da mão-de-obra. A tendência actual da taxa de êxodo rural, o qual atinge sobretudo os jovens, é para aumentar. Ora, a lavoura é uma actividade muito cansativa, que exige um esforço físico considerável. Os camponeses dispõem apenas de cerca de 45 dias para a realizar.

Paralelamente ao problema da mão-de-obra existe a regressão das solidariedades tradicionais. Quando isso se verifica, a soma global do trabalho produtivo se encontra singularmente diminuída e o custo da produção aumenta. Portanto, ainda que todas as outras condições (pluviometria, aumento de novas bolanhas, motivação...) estejam reunidas, não vemos como os orizicultores do Sul conseguirão por si sós duplicar a sua produção com as técnicas tradicionais de que dispõem (lavoura, sobretudo), ao ponto de cobrir as 40 000 toneladas necessárias para equilibrar o défice alimentar ao nível nacional. A menos que o Estado pratique uma política de povoamento da zona sul do país (fazer vir orizicultores de outras regiões), com todos os riscos que isso implica.

Vista ao nível interno (no sentido da própria sociedade rural) esta blocagem, porque é de blocagem que se trata, do sistema tradicional de produção, determinará o aparecimento, num futuro próximo, de uma «crise alimentar» e, em consequência, de uma crise da identidade balanta. Esta crise alimentar afectará tanto as cidades como os próprios orizicultores, porque estes, ao mesmo tempo que não conseguem aceder às vantagens da modernidade — a que eles não seriam hostis, bem pelo contrário, se se lhes desse realmente a possibilidade —, também

realizam cada vez menos as suas ambições tradicionais. As razões disso são, lembremos: as avatares climáticos, o papel do Estado moderno (a regressão da cooperação tradicional, o êxodo rural) fazem com que a quantidade de trabalho necessário para assegurar apenas a subsistência fisiológica dos camponeses aumente em proporções por vezes consideráveis.

Seria preciso portanto um impulso do exterior, nomeadamente da parte do Estado, dos agentes económicos... O seu papel seria o de provocar e controlar a conversão das estruturas de produção tradicionais, necessária para agir no sentido da segunda alternativa. Resta definir como. Mas qual tem sido e qual pode ser o papel destes agentes, em particular do Estado, na promoção da orizicultura balanta?

«É preciso aumentar a produção agrícola...», é a palavra de ordem do Estado guineense no plano agrícola. Mas como?

A resposta do Estado suspende-se aí.

De facto, tanto o Estado colonial como o Estado «moderno» jamais se empenharam na produção orizícola. O Estado colonial ocupava-se da monocultura de amendoim. Após a independência, o Estado moderno interveio no quadro do projecto de recuperação de bolanhas, mas isso não é suficiente, pois conhecemos os problemas que tais projectos provocaram. No entanto, o estado de subdesenvolvimento do sector industrial contribuiu para o progressivo afastamento do Estado do sector alimentar.

Se Cumeré fosse um bom Cumeré, talvez. ⁽⁴⁾

Assim, até hoje pode-se dizer que os orizicultores da zona estudada e a reprodução do seu modo de produção nem sempre dependeram do Estado nem da economia de mercado. Para falar como Hyden, diríamos que estes orizicultores «podem subtrair-se ao mercado e à economia de subsistência». Certamente, isso pode parecer pouco provável no actual estado de coisas. Mas nada é ainda irreversível pois o capital, como tínhamos assinalado, ainda não penetrou a produção orizícola tornando os camponeses totalmente dependentes do mercado para a sua própria subsistência. O exemplo do que aconteceu em 1990 prova o que acabámos de dizer: com efeito, os camponeses do Sul tiveram certa dificuldade para escoar o seu arroz (reportagem da TV nacional em Julho de 1991).

Conservamos no espírito a declaração de um camponês que dizia: «... se isto continuar vamos reduzir a produção o próximo ano».

Perante uma tal situação e com o desenvolvimento do sector privado em curso na Guiné-Bissau, parece ilusório contar com a força económica e técnica do Estado para intervir na produção alimentar.

Se é verdade que a sua intervenção directa na produção continua a ser illusória, o Estado pode intervir a nível dos incentivos, nomeadamente através dos preços, e também intervir directamente ao nível da importação de arroz (proteger a produção local). De facto, o arroz local é fortemente concorrenciado pelo arroz importado.

Restam pois os *agentes económicos privados* e/ou os *grandes proprietários fundiários*, chamados na Guiné-Bissau *ponteiros*.

Esta nova classe em formação constitui-se como sujeito histórico à volta de projectos que, infelizmente, não têm como preocupação principal a produção alimentar. Ela está interessada na circulação de bens e na produção de géneros de exportação. Mas na nossa opinião ela apenas poderá consolidar a sua dominação se se apropriar da produção alimentar. Importa saber como, porque os orizicultores não se encontram ainda perante a impossibilidade técnica de tentar manter as suas próprias formas de produção.

Resta aos *ponteiros* intervir directamente nos aspectos técnicos da produção (introdução de novas técnicas produtivas, novas formas de cooperação entre os produtores, crédito), praticando uma orizicultura moderna (irrigada, por exemplo), com todas as consequências que isso implica para os orizicultores tradicionais.

O investimento neste tipo de orizicultura, embora promissor, é de pesadas consequências. O cálculo de custo-benefícios não encoraja em absoluto os investidores privados mais ligados ao sector comercial.

Tradition africaine oblige.

Conclusão

Chegámos assim ao termo desta primeira etapa de reflexão sobre o problema alimentar balanta.

Apercebemo-nos perfeitamente da complexidade dos problemas levantados e dos limites das respostas sugeridas. Um facto, ao menos, está fora de discussão: o desenvolvimento, as trocas, a difusão da moeda e a expansão demográfica das cidades (sobretudo Bissau) transformaram mais ou menos profundamente o sistema alimentar balanta, em particular as práticas de consumo.

Ao longo deste trabalho levantámos um certo número de questões das quais extrairemos algumas conclusões.

Antes do período colonial, o objectivo da agricultura balanta era a satisfação das necessidades alimentares dos camponeses. Produzia-se

sobretudo para a alimentação familiar e as trocas limitavam-se muitas vezes ao âmbito da aldeia, no máximo às localidades vizinhas, abrangendo os membros de uma mesma etnia e constituindo uma entidade territorial politicamente integrada.

O papel religioso e social do arroz primava sobre o seu papel económico.

Hoje em dia a economia de mercado e o papel do Estado «moderno» exigem o aumento dos rendimentos agrícolas.

No entanto, este objectivo requer uma conversão da agricultura tradicional tanto nos seus métodos como nas suas estruturas, e em consequência a conversão de toda a organização social destes agricultores. Só que nenhuma estrutura ou instituição, quer ao nível do Estado ou ao nível dos próprios camponeses, está preparada para assumir essa conversão. Em suma, a agricultura tradicional não poderá de modo algum garantir a formação de um excedente importante capaz de equilibrar o défice alimentar nacional.

Falámos aqui longamente dos obstáculos ligados à produção alimentar entre os Balantas. Entre aqueles evocados reteremos dois: a regressão da cooperação tradicional e a diminuição da mão-de-obra necessária à produção.

De facto, os camponeses balantas do Sul querem naturalmente e desde sempre ver a sua produção de arroz aumentar. Hoje em dia este desejo torna-se muito mais premente porque eles devem fazer face não apenas às necessidades locais de consumo alimentar, mas também aos desejos de adquirirem bens de consumo importados, escola, saúde e, devido à pressão do Estado, devem responder à crescente procura dos mercados de consumo de arroz que representam as cidades (particularmente Bissau, Bafatá e Gabú), na óptica de que o Estado pretende de facto diminuir a importação de arroz.

Só que eles estão confrontados com os obstáculos mencionados.

Mas quais foram concretamente os efeitos destes obstáculos nas duas aldeias estudadas?

Em primeiro lugar, a soma global do trabalho produtivo diminuiu; as contingências económicas são muito mais numerosas; os fracassos individuais são muito sentidos e tornam-se dramáticos para as famílias pouco numerosas.⁽⁴⁾ Os camponeses encontram menos, na colectividade, a assistência de que por vezes precisam. Os chefes de família que não têm jovens são as primeiras vítimas desta situação.

Uma tal situação é mais favorável para os jovens, que beneficiam dela para adquirirem cada vez maior autonomia, nomeadamente através da

multiplicação dos *fsolba* totalmente independentes dos seus pais, muito antes do *fanado*. Os velhos, pelo contrário, sentem-se extremamente frustrados, e vêem diminuir o seu poder.

Todos estes elementos, sobretudo a regressão da cooperação tradicional, explicam a aparente dinâmica económica verificada nos últimos anos (as importantes vendas de arroz...) e criam a ilusão de uma procura de lucro mas que de facto corresponde a uma adaptação dos comportamentos tradicionais a circunstâncias particulares.

Apesar destas transformações que atingem até a produção, os orizicultores balantas do Sul, devido a uma escolha eminentemente racional, continuam fiéis aos seus objectivos económicos tradicionais. Ora, esta permanência da tradição, porque ela existe, para além das transformações estruturais, impõe considerar estas não como uma mutação, mas como a expressão de transformações operadas no quadro do sistema tradicional — o exemplo da aparente dinâmica económica de que se falou antes. Porque é preciso sublinhar que se o «indivíduo» tende a substituir o «grupo» (a regressão da solidariedade e o problema do *fsolba*) enquanto unidade de produção e consumo, não é tanto devido a uma valorização da empresa individual, como a uma ruptura da organização social tradicional consecutiva ao agravamento dos conflitos suscitados pelo aumento das possibilidades de trocas e pela atracção das cidades; e se o trabalho assalariado se desenvolve em Mato Farroba e Cantone e assume por vezes uma importância não negligenciável — emigração cada vez mais importante para a Guiné-Conakry à procura de trabalho assalariado —, não é nunca na perspectiva de aumentar os benefícios monetários através de uma melhor aplicação do capital.

Por fim, os dinamismos de produção internos ao sistema tradicional balanta encontram-se bloqueados. E o problema torna-se muito mais sério nos nossos dias, em que se trata de assegurar a subsistência de populações urbanas que não cessam de aumentar.

Interrogados sobre o futuro do seu modo de produção alimentar, os camponeses das duas aldeias não hesitam em falar da orizicultura sem lavoura, isto é, praticar a transplantação directamente nos solos não lavrados, com todos os riscos que isso implica (diminuição dos rendimentos, dificuldade para encontrar solos para este tipo de orizicultura...). Que a sociedade camponesa rural esteja engajada actualmente num processo de mudança cujos resultados ninguém pode prever completamente, não pode verdadeiramente surpreender: ela muda, de facto, como todos os factos sociais. Pelo contrário, muito nos surpreenderia que os camponeses adoptassem subitamente as perspectivas «modernistas»,

como desejam os agentes de desenvolvimento. Estas perspectivas modernistas não têm trazido, aos olhos dos camponeses, uma solução ao seu problema. Nem sequer a nível dos jovens, que são, como se sabe, mais abertos. Porque muitos deles conheceram, pelo menos por alguns dias, os encantos da cidade. Certamente, eles já não querem viver como os seus pais. Mas nada do que lhes é proposto noutros sítios (na cidade) lhes permite esperar que poderão realizar, muito ou pouco, as suas aspirações.

Em definitivo, pode-se afirmar que não apenas as atitudes reveladas durante o inquérito através de questionário ou entrevista, mas também os comportamentos reais demonstram sem equívocos a capacidade de abertura dos Balantas de Mato Farroba e de Cantone à «modernidade», bem como a sua preocupação por continuarem a ser eles próprios.

(Tradução de T. Montenegro)

NOTAS

- (1) Definimos sistema alimentar como o conjunto das operações de produção, transformação dos produtos, comercialização e consumo, e as articulações que as ligam entre si.
- (2) Nome balanta dado a uma espécie de caranguejo que se encontra nas bolanhas; hoje em dia praticamente já não se come na zona.
- (3) Durante a grande debulha os jovens, por tradição, deixam uma parte do arroz na palha. Esta palha será objecto de uma segunda debulha feita pelas mulheres da casa, e o arroz retirado pertence-lhes.
- (4) Após a independência foi criado o Complexo Agro-industrial de Cumeré, destinado à transformação de arroz paddy e de amendoim. Só que a sua concepção não teve em conta a capacidade da produção nacional, muito inferior à de Cumeré. A fábrica nunca funcionou porque não era rentável.

BIBLIOGRAFIA

- ALIBERT, Jacques - «Problèmes socio-économiques de l'autosuffisance, de l'alimentation des villes en Afrique Noire». *Afrique Contemporaine*, 140, Out./Dez 1986.
- BALANDIER, Georges - *Sens et Puissance*. PUF, Paris, 1981.
- CABRAL, Amílcar - «A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IX, 34, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1954, pp. 389-400.
- CABRAL, Amílcar - «Recenseamento agrícola da Guiné: Estimação em 1953». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XI, 43, C.E.G.P., Bissau, 1956, pp. 7-243.

- CARREIRA, António - «População autóctone segundo os recenseamentos para fins fiscais». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVI, 61, C.E.G.P., Bissau, 1961, pp. 103-124; 62, pp. 263-296; XVII, 65, 1962, pp. 57-118; 66, pp. 221-280; 67, pp. 405-436.
- CASTRO, António - «Notas sobre algumas variedades de arroz em cultura na Guiné Portuguesa». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, V, 19, C.E.G.P., Bissau 1954, pp. 347-378.
- DENIS, Eric - *L'eau et la riziculture balanta: étude de la riziculture de Cantone*. École Supérieure d'Agronomie Tropicale de Montpellier, Outubro 1986.
- GARINE, Igor de - «Usages Alimentaires dans la région de Khombole (Senegal)». *Cahiers d'Etudes Africaines*, III, 1963.
- GOMES, Simão - *Os grupos de trabalho e a orizicultura no vale do rio Cumbidjá*. DEPA, Bissau, Fevereiro de 1989.
- HANDEM, Diana Lima - *Nature et fonctionnement du pouvoir chez les Balanta Brassa*. Coleção Kacu Martel, 2, INEP, Bissau, 1986.
- LEA, J.D. - *Production et commercialisation du riz en Guinée-Bissau*. Kansas KSU, 1990.
- Ministério de Desenvolvimento Rural - *Recenseamento agrícola de 1988: Resultados preliminares*. M.D.R., Bissau, Junho de 1989.
- Ministério de Desenvolvimento Rural - *Inquérito anual sobre as superfícies, rendimentos e produções. Resultados da campanha 1989/90*. M.D.R., Março 1990.
- Ministério do Plano - *Recenseamento da população, 1979*.
- MOTA, Avelino Teixeira da - «Agricultura de brames e balantas vista através da fotografia aérea». *B.C.G.P.*, V, 18, C.E.G.P., Bissau, 1950, pp. 131-172.
- PIMENTEL, A.G. - «Questionário de inquérito sobre as raças da Guiné e os seus caracteres étnicos balanta». Anexo ao *B.C.G.P.*, XIII, 50, C.E.G.P., Bissau, 1958.
- SANCA, Luís Oliveira - «Política comercial na Guiné-Bissau». Comunicação ao *Seminário sobre o sector privado*, Bissau, Julho 1990.
- SANTO, Joaquim do Espírito - «Notas sobre a cultura do arroz entre os balantas». *B.C.G.P.*, IV, 14, C.E.G.P., Bissau, 1949, pp. 197-232.
- SAVARY, Claude - «Les aspects culturels de l'alimentation en Afrique de l'Ouest». *Genève-Afrique*, XXIV, 1, 1986.
- SIDERSKY, Pablo - *Approche de la riziculture balanta: région de Tombali, Guinée-Bissau*, E.H.E.S.S., Paris, 1983.
- SIDERSKY, Pablo - *Les relations de travail dans une société de riziculteurs en Guinée-Bissau. Le cas des Balanta de la région de Tombali*. EDI-IRFED, Paris, 1985.

- TOMAS, L.V. - *La terre africaine et ses religions*, L'Harmattan, Paris, 1980.
- VALOURA, Francisco - «Obalanta e a bolanha». B.C.G.P., XXV, 100, C.E.G.P., Bissau, 1970, pp. 561-567.
- VASCONCELLOS, João de Carvalho e - *Aspectos do problema do arroz na Guiné*. Ministério da Economia, Lisboa, 1947.
- Vários autores - *Producteurs et consommateurs face aux politiques agricoles en Afrique (les défis à la connaissance)*. 19ème Séminaire européen: Système alimentaire et système de production, Montpellier, 29/5 - 2/6/1989.
- Vários autores - *Terres, comptoirs et silos: Des systèmes de production aux politiques alimentaires*. Col. Colloques et Séminaires L'ORSTOM, Paris, 1987.
- VERDIER, R. e RODUGUDE, A. (compil.) - *Système fonciers à la ville et au village*, L'Harmattan, Paris, 1986.

A IDEOLOGIA E A PRÁTICA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ E O SEU IMPACTO NA ESTRUTURA SOCIAL, 1926-1973 (*)

Eram essencialmente as grandes casas comerciais como a Companhia União Fabril (CUF), a António Silva Gouveia Limitada, a Barbosa e Comandita, bem como a Casa Ultramarina que dominavam o comércio a grosso, sobretudo o de exportação e importação.

Carlos Cardoso

Introdução

A abordagem do tema que nos propusemos tratar viu-se logo à partida confrontada com um problema que se apresentava como uma moeda de duas faces.

Por um lado, a literatura existente sobre a ideologia colonial é tão abundante que torna mesmo difícil a escolha dos trabalhos mais relevan-

tes. Em contrapartida, as referências relativas à estrutura e às camadas sociais que constituíam o tecido da sociedade colonizada são extremamente escassas. Em relação a este último aspecto, as únicas referências dignas de menção são os trabalhos de Amílcar Cabral e de Adriano Moreira. Embora partindo de perspectivas divergentes e com objectivos igualmente diferentes, estes dois autores foram os únicos que nos forneceram algumas reflexões sobre a maneira como estava estruturada a sociedade colonial, quer do ponto de vista das camadas, grupos ou elites que a constituíam, quer do ponto de vista da sua hierarquização. Evitando talvez falar em camadas sociais (pois para as autoridades coloniais não existiam estratos sociais que se pudessem apresentar como o resultado de uma diferenciação social), Adriano Moreira prefere falar em elites das províncias portuguesas. Numa informação elaborada para o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, este autor apresenta-nos uma análise da evolução de apenas um grupo de uma das camadas que constituíam o tecido social guineense de então, os quadros da administração. Mais tarde, aproximadamente uma década depois, Amílcar Cabral faz a primeira abordagem sistemática da estrutura social da Guiné (A. Cabral, 1976). E a partir daí ninguém mais se deu ao trabalho de abordar o tema, tentando trazer alguma nova contribuição, sobretudo no que diz respeito à evolução pós-independência. As referências que têm aparecido aqui e acolá não representam uma abordagem sistemática e completa do assunto.

A presente comunicação irá tentar dar uma contribuição neste sentido. Do ponto de vista do conteúdo ela será dividida em duas partes. A primeira abordará o aparelho jurídico e político-administrativo montado na «província» com vista à «valorização» dos seus recursos. A segunda concentrar-se-á sobre o impacto deste aparelho na sociedade, o processo de diferenciação social e a constituição de camadas sociais. Do ponto de vista de periodização ela será igualmente dividida em duas partes principais. A primeira abordará o período que vai de 1926 a 1940. A segunda concentrar-se-á no período a seguir à Segunda Grande Guerra e estender-se-á até 1973. Resolvemos adoptar 1945 como marco divisório entre os dois períodos pelas seguintes razões:

1) A primeira tem a ver com os factores externos ao próprio sistema colonial português, isto é, com a situação internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal, influenciado pela posição das outras potências coloniais, nomeadamente a França e a Inglaterra, começa a rever a sua posição em relação às suas colónias, passando a «valorizar» os seus recursos, ao mesmo tempo que se esforça por conceder um outro

estatuto aos habitantes destas possessões africanas. Tinham-se passado quase duas décadas após a instauração do Estado Novo, que também, por sua vez, já tinha começado a introduzir «reformas» no sistema.

2) A segunda tem a ver com a nomeação de um novo governador para a então província da Guiné, o Comandante Sarmiento Rodrigues, que se distinguiu dos seus predecessores pela quantidade e envergadura das obras que levou a cabo.⁽¹⁾

3) A terceira está relacionada com o facto de na altura, no âmbito das comemorações do V centenário da «descoberta» da Guiné, se ter feito um conjunto de obras e realizações, para além de se ter retomado e desenvolvido uma série de teorias sociológicas à volta da colonização, da «missão civilizadora», do homem africano e dos seus destinos na chamada Pátria Portuguesa. Nesta terceira razão se inspira aliás uma parte do título da nossa comunicação.

I. O aparelho ideológico, jurídico e político-administrativo do Estado Novo

No seu livro sobre o imperialismo português, mais exactamente no prefácio, G.Clarence-Smith chama a atenção para a «autonomia das motivações políticas e ideológicas da expansão portuguesa», ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de investigar a articulação exacta destas com os mecanismos económicos. (Gervase C.-Smith, s.d.: prefácio). Uma vez que com esta obra se pode dar por tratado este último aspecto, nesta parte da nossa comunicação iremos debruçar-nos sobretudo sobre a dimensão político-ideológica e jurídico-administrativa. Começaremos por analisar separadamente cada um dos aspectos, embora sabendo que na vida real eles funcionam todos ao mesmo tempo, constituindo um único corpo de doutrinas.

1. A ideologia da colonização portuguesa

Apesar de ter tentado adaptar o seu aparelho ideológico às diferentes fases e épocas históricas no seu relacionamento com o império, podemos afirmar que há um pano de fundo ideológico comum por detrás de todos os actos de colonização, do séc.XV ao séc.XX. Neste sentido o Estado Novo não trouxe nada de novo. Já antes da sua instauração tinha havido, historicamente, todo um esforço de teorização sobre aquilo que se podia

considerar os fundamentos ideológicos da prática colonial. Por exemplo, ainda no século passado, Oliveira Martins já tinha desenvolvido as suas ideias próprias relativamente à «missão civilizadora», enquanto António Enes e Mouzinho de Albuquerque, representando a nova geração de apaixonados colonialistas racistas, se esforçaram no sentido de provar que os africanos eram seres inferiores em relação aos brancos.⁽²⁾ Para o nosso propósito iremos concentrar a nossa atenção sobre os trabalhos e autores do período posterior à instauração do Estado Novo e tentaremos sobretudo discutir como e em que medida esta ideologia influenciou a estruturação da sociedade colonial da Guiné «portuguesa».

Uma convicção que marcou a colonização portuguesa na Guiné desde os finais do século passado até ao desmoronamento do sistema em 1974, foi a ideia de que o colonialismo tinha uma missão civilizadora a cumprir nos nossos países. O primeiro princípio afirmado, por exemplo, pelo Acto Colonial, é o de que é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem (art.2.). Aqui se encontra expresso o princípio basilar e tradicional da atitude do colonialismo português face aos territórios coloniais. Esta atitude baseava-se por sua vez numa ideologia marcadamente racial, designadamente de superioridade da raça branca sobre a negra, e profundamente paternalista. Naturalmente que Portugal sempre tentou escamotear esta ideologia, através por exemplo da propagação de uma política «assimilacionista» e de «integração», como iremos ver mais adiante.

Mas muitos dos seus servidores e ideólogos não a conseguiram, no entanto, esconder. Sintetizando esta ideologia, dizia um antigo comandante militar, em 1945, o seguinte:

«O branco, por mais humilde que seja a sua condição ou a sua profissão, no meio indígena é sempre um superior. Tem um dever permanente a cumprir, que é dar continuamente exemplos nobres».⁽³⁾

Armando Martins, que quanto a nós foi um dos autores da época que mais realçou a necessidade do reconhecimento da existência da cultura «tradicional» dos povos colonizados, com o seu determinismo próprio e as suas instituições sociais e religiosas, também não se viu livre deste preconceito de superioridade racial. No seu livro *Correntes Actuais do Pensamento Colonial*, este autor reconhece que o valor da doutrina de Malinowski está, sobretudo, em ser a primeira a ter compreendido claramente, e estimado, a existência de uma cultura orgânica nas sociedades indígenas, com as suas leis e a sua dialéctica próprias, constituindo uma superestrutura harmónica e completa capaz, pelos princípios espi-

rituais de que se compõe, de fornecer ao povo ou à tribo o cabedal de ideias em que se fundam e que informam as suas instituições, costumes e crenças, e em ter acentuado que esta cultura tem de ser forçosamente tomada em conta no «acto civilizador». Mas Martins não se revela coerente na sua conclusão ao postular que «o acto de colonização é essencialmente um acto de transmissão de cultura», subentenda-se da cultura europeia para a africana, reconhecendo portanto a esta um estatuto de «mais fraca e pobre de valores e de experiência». (A. Martins, 1948:10)

Para contornar a perturbação e desorganização que tal acto não deixaria de provocar na cultura indígena — o que aliás é reconhecido pelo próprio A. Martins — e para produzir uma imagem de colonialismo não-racial, Portugal resolveu portanto adoptar o princípio da assimilação que a partir de então é retomado em muitos trabalhos e documentos. Num trabalho dedicado às tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa, Marcelo Caetano distinguiu por exemplo quatro princípios fundamentais em que assentava a colonização portuguesa, a saber:

- a) unidade política;
- b) assimilação espiritual;
- c) diferenciação administrativa;
- d) solidariedade económica.

Dentre estes princípios, o da assimilação ocupava, sem dúvida, um lugar de destaque (M. Caetano, 1951:29). Com efeito, os ideólogos da Metrópole defendiam o ponto de vista de que um Estado de tipo «universalista» como Portugal tinha de buscar uma maneira de estar no mundo que se coadunasse com a sua condição de pequena metrópole «condenada» à «grandeza» fora da Europa. Adiciona-se assim à política de assimilação uma segunda justificação. Esta «política de integração» — como alguns preferiram denominá-la — era afinal o sistema de comportamento seguido pela população metropolitana, e apoiado pelo governo central, em relação às populações ultramarinas. Segundo os seus apologistas, ela não concebe a europeização das populações indígenas bruscamente, definindo-se antes como uma política diferida que procura realizar um Estado «de tipo universal», mas a longo prazo. Em vez de eliminar brutalmente as instituições nativas, esta política prioriza a integração das comunidades não metropolitanas nos padrões culturais portugueses.

Foram procurados todos os meios ideológicos, inclusive a religião, para fundamentar uma tal política. Segundo Marcelo Caetano, embora se pudesse considerar, nos anos 50, o «fervor missionário» como uma coisa

passada, sempre ficou nos métodos coloniais portugueses o interesse pelas almas, o desejo de conquistá-las, a ânsia de tornar os colonizados semelhantes aos colonizadores. Por isso, o espírito assimilador português não incidia, portanto, sobre as leis ou as instituições, e compreendia que os «territórios ultramarinos» «careciam de processos de governo e de administração diferentes dos adoptados na metrópole». Ainda segundo este autor, Portugal não devia procurar impor à mentalidade dos nativos as leis europeias, mas sim, pelo convívio e pela educação, «transmitir-lhes» a sua mentalidade, a sua fé, a sua cultura, os seus costumes, de tal maneira que os assimilados se enquadrassem, depois, naturalmente, na legislação e nas instituições portuguesas, por necessidade deles e não por imposição.

Seria interessante investigar até que ponto a adopção deste tipo de política não terá sido a consequência de dois factos. Por um lado, a resistência histórica que estes povos sempre ofereceram à penetração europeia. Por outro, o que seria uma consequência da primeira, o facto de os portugueses historicamente terem precisado de um intermediário nas suas relações com os africanos. Pois no caso concreto da Guiné, a Metrópole sempre considerou o indígena como o elemento capital para a colonização. Durante muito tempo partiu-se do mito de que este país, devido ao seu clima adverso e às doenças tropicais aí existentes, era inadequado para a fixação do europeu e que toda e qualquer valorização tinha por isso de passar por uma integração da população nativa.

Por isso, paralelamente à política de assimilação ou melhor, como uma das facetas desta, a Metrópole cedo se preocupou com a definição de uma política indígena, política esta que visava, segundo os colonialistas, para lá da exploração económica, tirar os africanos do «estado de barbárie» para o de «civilização». Os princípios orientadores desta política foram expressos da seguinte forma no relatório apresentado por ocasião da elaboração do Diploma Legislativo N.º 1 364, de 7 de Outubro de 1946, o famoso *Diploma dos Cidadãos*:

«Sendo da essência orgânica da Nação Portuguesa civilizar as populações indígenas dos domínios ultramarinos, deve, por esta superior razão, encarar-se com verdadeiro júbilo o reconhecimento de todos os progressos — honestos, graduais e seguros — verificados nesse campo. Por cada novo cidadão responsável que se desprenda do indigenato, é mais um esforço civilizador, que se preenche». (V. Álvaro Tavares, 1947:855)

Segundo os preceitos deste Diploma, o que fundamentalmente devia caracterizar a desintegração do indivíduo do meio indígena era a sua

integração no meio social colonial, a sua «emancipação» dos «usos e costumes» «indígenas». Pois a prática cultural dos grupos étnicos africanos era, na concepção do colono, «a revelação característica de que o indígena não se desintegrou da sociedade atrasada de que é originário, e que, a viver no seio de uma sociedade de civilização europeia, onde viria, por falta de protecção que como indígena lhe era dispensado, a ser um deslocado, em virtude da sua inaptidão para exercer os direitos civis e políticos que lhe seriam a um tempo reconhecidos e impostos». (*Ibidem*, p.856).

Para a ideologia colonial o indigenato pressupõe, para além disso, uma «incapacidade»: «a do indígena, em virtude da sua incipiente e rudimentar organização social e política, não estar apto psíquica e intelectualmente para livre e independentemente se mover numa sociedade de tipo europeu ou, apenas, transaccionar com civilizados». (*Ibidem*, p. 860)

O indígena era pois considerado um atrasado mental, e enquanto este estado se mantivesse não se poderia abolir a tutela do Estado, subentendendo-se europeu colonial. Por outro lado, os colonialistas não viam outro critério praticável para se considerar não indígena qualquer membro dessas sociedades «atrasadas» que não fosse a respectiva «emancipação» da sua «acanhada» formação mental. Ora o único testemunho dessa «emancipação» só poderia resultar do repúdio dos «usos e costumes» «indígenas», e só este podia condicionar a sua integração num meio social «civilizado».

Como que para atenuar a violência cultural que uma tal política não deixava de representar, postulava-se que os «usos e costumes» dos nativos seriam respeitados só na medida em que não colidissem com os princípios e com a soberania portuguesa. Esta política devia ainda ser orientada no sentido de exercer uma fiscalização efectiva sobre os actos dos nativos e de substituir a sua forma de organização do poder por processos administrativos importados da metrópole. A cobrança do imposto de palhota, a instituição das «cademetas indígenas», a elaboração em 1973 pelo governador A. de Spínola, do Ordenamento Rural e Urbano da Guiné «portuguesa», abrangendo sessenta planos de zoneamento urbano e rural, são disso exemplos elucidativos.

No fundo, e como os próprios ideólogos não conseguiram esconder (V. por ex. José de Oliveira F. Diniz: 1945), o que se pretendia era a colaboração do indígena na exploração económica e na dominação cultural da colónia, mas reservando para este, naturalmente, um lugar subalterno, de inferior.

José de Oliveira F. Diniz, o colono que em 1918 instalou e orientou os serviços indígenas da colónia da Guiné dizia em 1945 a este respeito o seguinte: «Política indígena de associação da inteligência do europeu que pensa e do braço do indígena que executa, a qual fornecerá ao europeu os elementos necessários para compreender o espírito infantil do indígena e para impor-lhe, pela benevolência, a sua autoridade, não o menosprezando, nem praticando o erro de o identificar a si.» (J.O. Diniz, 1945:4)

O aspecto relevante desta política para a nossa análise é que ela permitiu, progressivamente, a constituição de um núcleo populacional que, aos poucos, sem nunca ter abandonado totalmente a sua cultura, foi adoptando hábitos e comportamentos europeus. Isto aconteceu por exemplo com os quadros que passaram a integrar o aparelho administrativo da colónia. Este processo conduziu por sua vez à divisão da população em duas grandes categorias sociais: os civilizados e os indígenas.

Representando uma população de 5 822 habitantes, segundo o recenseamento de 1940, eram considerados civilizados todos aqueles que, vivendo de um rendimento próprio, tinham abandonado os «hábitos e costumes» africanos para adoptar o modo de vida europeu.

Segundo os próprios *Estatutos dos Indígenas Portugueses* eram considerados indígenas «os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se distingam do comum daquela raça» (art.º 1º do Estatuto). Em 1940 perfaziam uma população de 345 267. (Segundo Aguinaldo Veiga, 1949:291)

Embora tivessem considerado, na teoria, as forças económicas a base sobre a qual se devia desenvolver a vida humana em todas as suas modalidades, as autoridades coloniais votaram, durante muito tempo, a Guiné «portuguesa» ao seu próprio destino.

A transformação da actividade comercial, a introdução de novos processos técnicos de produção agrícola e industrial, o desenvolvimento da organização do trabalho e a promoção do bem-estar das populações, são tarefas que foram sendo adiadas até aos anos 40 devido aos condicionamentos políticos e financeiros.

A instabilidade político-administrativa provocada pelas campanhas de «pacificação», a crise financeira em que se encontrava mergulhada a Metrópole antes da instauração do Estado Novo, o atraso económico e tecnológico de Portugal, bem como a função económica da colónia (fornecedora de matérias primas) conjugaram-se para votar a Guiné «portuguesa» a este atraso.

2. O sistema jurídico e político-administrativo

No conjunto do Império Colonial Português a Guiné era considerada uma colónia de indigenato (Art.º 1.º, n.º 2 da Constituição Política da República, 3.º do Acto Colonial e 1.º da Carta Orgânica do Império e Art.246, parágrafo único da Carta Orgânica do Império). Este estatuto de base nunca mudou ao longo de todo o processo de colonização. A exploração económica e a dominação política, o tratamento discriminatório do nativo, bem como a «missão civilizadora» da Metrópole mantiveram-se constantes durante toda a colonização. Apenas as formas de organização jurídico-política foram mudando, tentando-se adaptar às diversas conjunturas nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, as «reformas» que se verificaram a partir de 1926, o impulso que se volta a dar à legislação e a sua efectivação na prática, revelam não apenas uma instabilidade e as dificuldades que a presença portuguesa teve de enfrentar, como demonstram ainda que elas não constituem uma novidade na história da colonização da Guiné.

Por exemplo, o alargamento à Guiné, em 1927, ano seguinte à sua primeira publicação, do *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, pode ser visto como uma continuação dos mesmos esforços que conduziram à criação, em 1911, do Ministério das Colónias no Governo da República Portuguesa, cuja Constituição estabelece que «na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais de acordo com o estado de civilização de cada uma», ou, a publicação, em 1914, da *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas*, a partir da qual o indígena «fica submetido a um regime jurídico e político especial».

Da mesma forma surge, em 1930, o *Acto Colonial*, onde são condensadas as regras fundamentais da política e administração coloniais, e, em 1933, a nova Constituição e a aplicação da *Carta Orgânica do Império Colonial Português* que, juntamente com a *Reforma Administrativa do Ultramar*, refere em pormenor os princípios do *Acto Colonial* e limita a descentralização introduzida em 1911.

O *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas* regulava a situação social e jurídica desta camada da população, sendo os seus direitos políticos os relativos às suas instituições próprias. Não gozavam pois de direitos políticos em relação às instituições de carácter europeu (art.º 7.º do decreto 16 743). As relações de direito privado entre indígenas e não indígenas eram reguladas pela lei portuguesa. O direito de propriedade estava essencialmente voltado para a terra, cuja proprie-

dade era considerada garantida de forma absoluta, uma vez que os terrenos dos indígenas não podiam ser objecto de concessão por aforamento ou arrendamento. Os direitos civis referentes à família, sucessão, propriedade e obrigações eram igualmente regulados segundo os seus usos e costumes (*Acto Colonial*, artigos 17.º e 22.º; *Carta Orgânica do Império*, art.º 246; decreto 16 473, art.º 8.º)

O *Estatuto* vem assim dar uma confirmação jurídica à divisão da sociedade em duas grandes categorias sociais: os indígenas e os civilizados. Por outro lado, estabelecendo no seu artigo 230 que «não são concedidos direitos políticos aos indígenas em relação a instituições não indígenas», ele legalizava e consagrava a discriminação racial e cultural que pesou sobre a vida política da Guiné durante todo o tempo que durou a colonização, ao mesmo tempo que punha em concordância as disposições legais com a ideologia colonizadora anteriormente analisada. Segundo Amílcar Cabral, esse indivíduo de raça negra ou seu descendente não era considerado um homem, tanto na vida pública como na privada; no direito ao ensino como no direito a dispor da sua pessoa; na escolha dos seus dirigentes como na sua actividade política; em liberdade como na prisão; nas suas relações familiares como no trabalho; no seu direito à propriedade como no direito de dispor do fruto da sua produção — o indígena não goza dos direitos comuns aos homens e é obrigado a «gozar» de um estatuto especial de acordo com a *Constituição Portuguesa*, a *Lei Orgânica do Ultramar* e o referido *Estatuto*, em cuja elaboração não participou (art.º 1.º do *Estatuto da Guiné Portuguesa*). (A. Cabral, 1976:86)

Um diploma legislativo, promulgado pelo Comandante Sarmiento Rodrigues e conhecido por «diploma dos cidadãos», pretendeu acabar com a designação de «assimilados», enunciando, com base nos textos gerais, as condições para a ascensão à cidadania: falar, ler e escrever a língua portuguesa; possuir bens de que se mantenha ou exercer profissão, arte ou officio de que aufera o rendimento necessário para o sustento próprio e da família; ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça; ter cumprido os deveres militares. Outras condições conferiam só por si a cidadania: ser viúva, mulher ou filho de cidadão; exercer ou ter exercido cargo público a que corresponda vencimento de categoria; ser comerciante matriculado ou proprietário de estabelecimento industrial; possuir como habilitações literárias mínimas o primeiro ciclo do liceu, etc.. (V. T. da Mota, 1954:48)

É fácil constatar que tais condições abrem largamente o acesso à cidadania. Convém no entanto frisar que na prática pouco se passou. Uma

coisa era a promulgação de leis e a outra era a realidade social, política e sobretudo económica da colónia.

No plano económico o governo central não tinha dado, até aos anos 40, o impulso suficiente à actividade económica no sector moderno que permitisse o preenchimento das condições fixadas para a aquisição da cidadania portuguesa pela esmagadora maioria das populações africanas.

Do ponto de vista social tão-pouco o colonialismo se tinha dado ao trabalho de desenvolver as infraestruturas básicas, como iremos ver no próximo capítulo. É pois apenas após a Segunda Guerra Mundial, que coincide com a nomeação do Governador Sarmento Rodrigues, que as coisas começaram a mudar.

Teixeira da Mota constatará aliás que não tinha havido nenhuma corrida dos indígenas para a obtenção do bilhete de identidade que lhes conferia a qualidade de cidadão. E concluiu por isso que o regime de indigenato correspondia a uma situação de facto, e que o sistema de tutela por parte do Estado, com os estatutos e protecções especiais, oferecia aos indígenas as garantias que os satisfaziam. (*Ibidem*)

Mas este autor esqueceu-se de que muito menos do que obter um bilhete de identidade, o que interessava aos africanos, e como aliás a qualquer ser humano, era a melhoria real das suas condições de vida. Como o colonialismo não criou estas condições, a evolução da estrutura social manteve-se mais ou menos intacta, isto é, dividida em, basicamente, duas camadas sociais.

Em 1951, ao mesmo tempo que se fazia a revisão da Constituição, era integrado no texto constitucional o *Acto Colonial*, mantendo-se os princípios fundamentais.

Passaram de novo a adoptar-se as antigas designações de *Ultramar e Províncias Ultramarinas*, pretendendo com isto atestar o conceito de unidade política e «solidariedade» económica de todos os territórios portugueses e o interesse pela assimilação das populações não metropolitanas, bem como a ideia de que as províncias ultramarinas fazem parte integrante de Portugal. E como constatou Amílcar Cabral, a publicação da *Lei Orgânica do Ultramar* em 1953 e o estabelecimento do *Estatuto Jurídico e Administrativo da Guiné*, em 1955, bem como as reformas introduzidas em 1961 devido às obrigações impostas pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, nomeadamente pela adopção, pela XV sessão da Assembleia Geral desta Organização, das resoluções 1514 e 1524 sobre a descolonização, todas estas alterações da situação constitucional e jurídica eram justificáveis à luz das diversas fases da história do território: a conquista, a ocupação, a instalação da administra-

ção colonial e a perpetuação do domínio português. (Amílcar Cabral, *op. cit.*, p.79)

Do ponto de vista administrativo a Guiné era uma província dirigida por um Governador nomeado pelo Conselho de Ministros. O Ministro do Ultramar era por isso o principal orientador e dirigente da política e administração da província, com funções legislativas e executivas.

O Governador era o representante do Governo da República e a mais alta autoridade na província, exercendo funções legislativas e executivas, sendo assistido na primeira função pelo Conselho de Governo, a que presidia e que era composto pelo Delegado do Procurador da República, o Chefe da Repartição dos Serviços de Fazenda, o Chefe da Repartição Central dos Serviços da Administração Civil, por dois vogais não-oficiais nomeados pelo próprio Governador, e por um vogal não-oficial eleito. Para assegurar a função consultiva, havia uma secção permanente do Conselho do Governo.

3. A Estrutura Económica e Social da Guiné nos anos 40

A estrutura económica e social da Guiné nos anos 40 era o reflexo da política seguida por Portugal em relação a esta colónia até esta altura, isto é uma política que não permitiu o desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais. Esta política deveu-se menos ao mito do «clima», considerado adverso à instalação do europeu, e às doenças tropicais abundantes na região (o paludismo — com as relacionadas febres biliosas hemoglobinúricas e acessos perniciosos —, a febre amarela e a doença do sono), e mais ao facto de, até aos anos 30, Portugal ter que enfrentar a resistência dos povos autóctones, e de as condições tecnológicas e económico-financeiras não terem permitido um investimento massivo de capital que fosse para lá das fronteiras do mercantilismo. São essencialmente estes últimos factores que, em conjunto, ajudam a explicar o carácter da actuação económica portuguesa, essencialmente comercial. Eles explicam por outro lado a evolução lenta da população branca na Guiné antes de 1940:

1928	983
1933	1226
1940	1419
1950	2263

Fonte: A. Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa, Vol. II*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954, p.61

A acção dos portugueses na Guiné exerceu-se portanto durante muito tempo à sombra de uma exclusiva economia de resgate, ou seja apenas explorando as riquezas que os nativos colhiam e o que de resto se podia conseguir sem grandes investimentos. Por isso, em meados dos anos 40 a Guiné podia ser considerada como a única das colónias portuguesas em África que se apresentava como puramente de indigenato, isto é onde o chamado indígena constituía o elemento-base de toda a estrutura económica. (Cf. Mário Zanatti, 1946:7-8)

Este era o cultivador nato, o criador de gado, o apicultor, o pescador; era ele que colhia os produtos da terra e em seguida quem contribuía abundantemente com o imposto de palhota e, de forma indirecta, com as suas aquisições, em especial de tecidos e de tabaco, para os réditos do Estado da colónia.

Apesar de, durante os primeiros anos da administração colonial, ter sido tentada a criação de uma economia de fazenda, na realidade a economia era, essencialmente, uma economia de pequenos agricultores. (Cf. Peter Mendy, 1990:38) Logo depois da «pacificação» do território continental, umas poucas firmas europeias tinham sido encorajadas a estabelecer plantações para o cultivo de colheitas de exportação. Entre as primeiras, e com mais sucesso, encontrava-se a Companhia Agrícola e Fabril da Guiné que, originalmente, era uma pequena empresa de extração de óleo de palma, fundada em 1920, em Bubaque, pelo inglês Isaac Thomas Howkins. A esta concessão adicionaram-se mais duas que alargaram o monopólio da companhia a um grupo de ilhas, incluindo Rubane, Soga, Eguba e Enu, o que garantia o monopólio da comercialização do óleo de palma no arquipélago dos Bijagós. Entre 1926 e 1932, a exploração de óleo de palma aumentou de 68 para 319 toneladas. Mas esta explosão de actividades sofreu uma interrupção abrupta com a partida dos alemães, em 1942. (*Ibidem*)

Outras companhias europeias que entraram na exploração de plantações foram a *Sociedade Agrícola do Gambiel* (antiga Companhia de Fomento Nacional), a *Companhia Agrícola de Fá, Insular da Guiné, a Companhia Estrela de Farim e a Compagnie Cotonnière de la Guinée Portugaise*. Os baixos salários pagos aos «gentios» pelas companhias concessionárias constituíram um factor importante no fracasso das plantações agrícolas do território. Tais salários criaram e mantiveram o problema da escassez de mão-de-obra. Outro factor crucial foi o capital limitado com que essas companhias foram formadas. Na realidade, algumas delas, como a *Insular da Guiné*, nasceram dificilmente, lutando desde o princípio com enormes dificuldades financeiras e acabando

pouco depois na bancarrota. A queda dramática dos preços das mercadorias exportadas, durante a grande crise económica prejudicou ainda mais a viabilidade desses empreendimentos. Durante a crise criada pela Segunda Guerra Mundial, mesmo os mais optimistas foram forçados a terminar as operações. Portanto, a economia de exportação dependia exclusivamente dos chamados «gentios» para o cultivo e recolha dos produtos de exportação.

O aumento da produção para exportação (especialmente amendoim) do período «pós-pacificação» foi conseguido sem qualquer alteração fundamental das instituições tradicionais. Não só se mantiveram os sistemas tradicionais de posse e ocupação da terra, como também as técnicas de produção permaneceram intactas. O cultivo do amendoim, por exemplo, era feito por métodos tradicionais: utilizando as «queimadas» para limpar a terra e a enxada para preparar o solo. Por outras palavras, não teve lugar nenhuma inovação tecnológica notável. O mesmo se verificou com a produção de coconote, borracha e arroz, culturas que, altamente dependentes da mão-de-obra, não só empregava homens e mulheres, mas também crianças. (*Ibidem*)

Chamando a atenção para a contribuição dos povos guineenses para a produção agrícola da Guiné, A. Cabral escreveu o seguinte: «os “povos” da Guiné são agricultores. Dessa realidade vive a Guiné: do trabalho daqueles que, secular e socialmente anónimos, com base na tradição e no conhecimento empírico do meio, e servindo-se de instrumentos rudimentares, cultivam a terra e são, por isso mesmo, o elemento essencial da economia guineense. A agricultura, a tantas vezes apocada agricultura do indígena, não é apenas a base da economia guineense: é a própria economia da Guiné. Sem ela, nem alimentação, nem comércio, nem indústria». (A. Cabral, 1954: 772)

Não obstante este facto, do ponto de vista da hierarquia social pode-se dizer que os camponeses sempre ocuparam o lugar mais baixo. Os colonos europeus ou civilizados, que eram em reduzido número, os elementos colonizadores tais como funcionários civis e militares, missionários, os magistrados e a maior parte dos comerciantes, empregados destes, que na sua maioria, exceptuando os que eram naturais de Cabo Verde, voltavam em regra para a metrópole, ocupavam a parte superior da pirâmide social. Embora houvesse numerosos pequenos agricultores, na sua grande maioria de origem caboverdiana, que se encontravam estabelecidos em geral perto das povoações, e bem assim alguns concessionários e donos de propriedades perfeitas, de terrenos situados nas margens dos rios e canais da colónia, — as pontas — aos quais cabia

efectivamente a designação de «colonos», a presença deste grupo de pessoas pouco ou nada afectou a estrutura social e o facto de a Guiné ser uma colónia puramente de indigenato. Estes ponteiros que nunca chegaram aliás a desenvolver-se em grandes latifundiários, cuja actividade estava voltada essencialmente para a agricultura de renda, faziam no entanto parte dos mais privilegiados do ponto de vista social e económico. Mas muitos deles não eram, afinal, mais do que simples e maus comerciantes. (M. Zanatti, *op. cit.*, p.8)

Com respeito ao lugar que o colono ocupava na exploração económica da província, A. Carreira constatara na sua dissertação apresentada na Escola Superior Colonial no ano lectivo de 1948/49 que a actividade económica desta camada estava circunscrita à posse de propriedades urbanas edificadas nos centros «civilizados», a um restrito número de propriedades rústicas aproveitadas por sistemas muito especiais e, excepcionalmente, em um ou outro caso isolado, ao emprego de trabalhadores assalariados por conta do enfiteuta ou proprietário, ou propriamente por este. (A. Carreira, 1949)

Em 1939, ano em que se organizaram separadamente os serviços de cadastro da colónia, existiam, concedidos por aforamento, cerca de 210 mil hectares de terrenos de 2.^a classe. Até ao fim de 1945, foram anuladas 87 concessões, numa área total de cerca de 180 mil hectares, os quais se encontravam repartidos por cerca de 100 concessões. Restaram portanto cerca de 30 mil hectares, os quais se encontravam repartidos por cerca de 100 concessões. Quanto às propriedades rurais perfeitas, existiam na colónia cerca de 50, concentrando-se só na circunscrição de Fulacunda, região de Quinará, 20 delas. (*Ibidem*)

Segundo M. Zanatti, não se encontrava ainda, em 1945, na devida ordem, mas apenas em organização, o tombo destas propriedades, desconhecendo-se por isso a sua área total. Sabia-se, contudo, que o Banco Ultramarino possuía mais de 50 mil hectares de terrenos obtidos por motivo de créditos que concedeu. (M. Zanatti, *op. cit.*, p.8)

Destes dados é possível extrair pelo menos duas conclusões: 1) não se estava pois em presença de uma colónia de fixação de europeus e 2) a produção agrícola da Guiné era quase exclusivamente devida aos «indígenas», por eles exercida em terras que lhes pertenciam por tradição. A exploração agrícola era assim completamente abandonada aos cuidados rotineiros do «indígena», usando dos seus processos rudimentares e tradicionais, com uma fraca intervenção do Estado.

O regime de exploração agrícola assim implantado não permitiu o desenvolvimento do assalariado agrícola. A manutenção, quase na

íntegra, do regime da comunidade das terras que tradicionalmente pertenciam às populações «indígenas» por um lado, e a fraca utilização da mão-de-obra em regime de assalariado por outro, não favoreceram a constituição de um proletariado rural, como acontecera em Angola ou nas colónias inglesas.

Por outro lado, numa estrutura económica deste tipo a indústria não tinha quase nenhuma expressão económica. Nos finais dos anos 40 as pequenas unidades industriais existentes caracterizavam-se por uma organização tateante e uma produção incipiente. As estatísticas da altura classificavam como principais indústrias:

1. Descasque de arroz
2. Fabricação de gelo
3. Fabricação de refrigerantes
4. Construção naval
5. Serração de madeiras.

De entre estas, as mais importantes eram as de descasque de arroz, a construção naval e a serração e corte de madeiras. (Cf. L. Patrício Ribas, 1950: 336) Segundo o mesmo autor, pela ordem de importância a indústria de madeira seguia à de descasque de arroz, embora fosse uma indústria que atingiu o apogeu em 1947, de organização relativamente recente e na altura ainda não completada. (*Ibidem*, p. 337)

A construção naval fazia-se sentir sobretudo através das embarcações que se construíam nos estaleiros de Bissau, sobretudo no de Cumeré, da firma Toscano de Almeida, no fabrico de embarcações de madeira, e no de Bandim, propriedade de Peralta e Filhos, nas reparações e transformações de embarcações de ferro.

Todas estas indústrias reunidas tinham uma influência muito diminuída na economia da Guiné, quer do ponto de vista da sua contribuição para o Produto Interno Bruto, quer do ponto de vista do seu impacto na estruturação da sociedade.

Havia toda uma política deliberada por parte da Metrópole para impedir um desenvolvimento industrial nas colónias africanas em geral. Entre as disposições do Pacto Colonial que tão nefasta influência tiveram sobre a evolução económica das possessões do Ultramar, figurava a proibição do estabelecimento nesses territórios da maior parte das indústrias de transformação. Os pequenos industriais têxteis e outros empresários portugueses opunham-se vigorosamente à criação de quaisquer indústrias nas colónias, com excepção do processamento de algumas exportações agrícolas ou pesqueiras. (G. C.-Smith, *op. cit.*, p.321)

No caso da Guiné, mesmo o decreto de 1936 que segundo este autor clarificará a situação da industrialização colonial, limitando-a às actividades que reduzissem os custos de importação do estrangeiro, como por exemplo, no caso de Angola, a moagem de farinha a partir do trigo local, ou que aumentassem o valor dos produtos exportados para os mercados estrangeiros, não conseguiu salvar a situação no sentido de impulsionar a industrialização desta colónia. No nosso caso não se desenvolveu nem este tipo de indústria e muito menos aquela que pudesse ameaçar acabar com as importações da Metrópole ou competir com os produtos portugueses no mercado interno.

É óbvio que numa estrutura industrial deste tipo não se podia ter desenvolvido um operariado urbano ligado às fábricas e com uma expressão social considerável. As poucas fábricas existentes empregavam um reduzido número de trabalhadores. Por outro lado, a formação profissional e técnica que podia fornecer os trabalhadores qualificados para as indústrias era quase inexistente. A maioria dos operários era portanto mão-de-obra não qualificada. Este facto convinha, até certo ponto, aos empresários, na medida em que tomava mais barata a mão-de-obra local.

O sector do comércio foi, desde cedo, o mais privilegiado. Era pois necessário criar um mecanismo de exploração dos recursos provenientes da colónia e fornecer à metrópole as matérias-primas de que necessitava. Com efeito, a colónia da Guiné contribuiu de uma maneira notável para a economia da Metrópole, para a qual enviava uma grande parte das matérias-primas de que dispunha, nomeadamente borracha, coconote, couros e amendoim, e à qual comprava a maioria das mercadorias de que necessitava. Uma vez ultrapassado o monopólio do comércio externo exercido pelas empresas estrangeiras, principalmente pela França, até inícios deste século e após a «pacificação» do território, Portugal passara a uma fase de «nacionalização» das actividades de exportação e importação, atingindo o máximo da sua comparticipação sobretudo durante as crises internacionais.

Por exemplo, no período de 1909-1913, verifica-se que a participação de Portugal nas importações e exportações foi, em média, cerca de 33,7% e 21,5% respectivamente. Já no período de 1914-1918, as percentagens aumentaram respectivamente para 44,3% e 44,5%. Na realidade, Portugal controlou 63,0% do total de importações em 1915 e 69,4% do total do valor de exportações do território em 1918 (P. Mendy, *op. cit.*, p.31)

Imediatamente a seguir à Primeira Grande Guerra, as percentagens regressaram aos níveis anteriores à guerra. (*Ibidem*)

A Segunda Grande Guerra foi ainda mais propícia a Portugal. Entre 1939 e 1943, a participação de Portugal nas importações e exportações foi, em média, de 66,3% e 86,8% respectivamente. Em 1943, 86,4% das importações foram originárias de Portugal e, em 1944, 95,7% das exportações destinaram-se a este país. Contrariamente ao que acontecerá depois da Primeira Guerra Mundial, no período após 1945 não se verificou o regresso aos níveis anteriores a 1939. Pelo contrário, as proporções nunca desceram abaixo de 65%. (*Ibidem*)

Nos finais dos anos 50 existiam pelo menos 98 centros comerciais nos 11 concelhos e circunscrições em que administrativamente se dividia a colónia. (Cf. L. P. Ribas: 1950, 321)

Eram essencialmente as grandes casas comerciais como a *Companhia União Fabril (CUF)*, a *António Silva Gouveia Limitada*, a *Barbosa e Comandita*, bem como a *Casa Ultramarina* que dominavam o comércio a grosso, sobretudo o de exportação e importação. O comércio directo era porém assegurado por intermediários libaneses e africanos que, desde cedo, se constituíram numa camada da população economicamente importante. Os comerciantes libaneses e sírios, por exemplo, provaram ser de grande utilidade para os portugueses no esforço de atingir o domínio efectivo da economia do território. (P. Mendy, *op. cit.*, p.34).

Vivendo na maioria das vezes nos próprios estabelecimentos comerciais espalhados pelo interior do país, estes comerciantes compravam das populações os produtos agrícolas de exportação (amendoim, coconote, cera, couros, borracha, etc.) e forneciam-lhes os produtos manufacturados importados da Europa. Podemos dizer que este grupo já era numericamente importante nos anos 40. Em relação, por exemplo, aos libaneses e sírios podia-se constatar que, por volta de 1948, 50% dos estabelecimentos comerciais de Bafatá, então o segundo centro comercial mais importante (depois de Bissau), eram possuídos por indivíduos destas duas nacionalidades. Nas vilas vizinhas de Geba, Bambadinca e Xitole, as proporções eram, respectivamente, de 50%, 67% e 50%. Em Farim, Mansoa e Bissorã, eles não possuíam menos de 40%, enquanto que em Sonaco e Gabú possuíam 70% e 75% respectivamente. (*Ibidem*)

Teixeira da Mota diz-nos, nos inícios dos anos 50, que a maioria da população civilizada era constituída por comerciantes e funcionários (no sentido geral, incluindo militares, médicos, etc.). Fora estas categorias, havia apenas um reduzido número de indivíduos exercendo profissões liberais e artes ou ofícios. (Cf. Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 64)

O sector de serviços era igualmente muito pouco desenvolvido. Em termos de transportes, por exemplo, podia-se constatar que nos finais dos

anos 40 a extensão total da rede de estradas abertas ao trânsito era de 2924 km. (L. Patrício Ribas, *op. cit.*, p.339). O número de embarcações de alto mar que frequentavam os portos da colónia era reduzido. A frota fluvial registada na capitania de Bissau e Delegações marítimas era constituída pelas seguintes embarcações:

À vela	87
Batelões	14
A motor	24
A vapor	1

Fonte: L. Patrício Ribas, *BCGP*, vol.V, N.19, C.E.G.P., Bissau, 1950

Em termos de instituições bancárias havia um único banco, o *Banco Nacional Ultramarino*, que centralizava todas as operações inerentes às instituições desta natureza. Fundado em 12 de Agosto de 1864, em Lisboa, este Banco só começou a funcionar na Guiné em 1903, por intermédio da firma comercial de Bolama, *Silva Gouveia Limitada*, tendo aberto a sua primeira filial apenas em Janciro de 1910, em Bolama. Em 14 de Junho de 1917 Bissau conheceu a sua primeira Agência, que passou a ser a sede da Gerência do Banco na Guiné, a partir do ano de 1929.

Havia uma única instituição de previdência social de carácter nacional, a *Caixa de Aposentações e Pensões às Famílias dos Funcionários Públicos da Colónia da Guiné*, criada em 15 de Novembro de 1922, cuja finalidade inicial era abonar uma pensão a todos os funcionários que se aposentassem e conceder pensões às famílias, no caso do falecimento dos funcionários. Estes contribuíam para esta instituição com uma quota mensal, cujo pagamento era efectuado por descontos nos vencimentos mensais e entregues à administração da Caixa.

No âmbito do desempenho das suas funções, foi criado, em 1938, o «Migalheiro da Caixa», tendo por fim a constituição de um fundo especial que, por falecimento do sócio ou do pensionista inscrito, assegurava a seus herdeiros o recebimento de um capital para as necessidades imediatas da sua existência. A caixa facultava empréstimos aos sócios e pensionistas, não excedendo a totalidade de 8 meses de vencimento, vencendo os seguintes juros: a) para 12 prestações, 4,75%; b) para 24 prestações, 7,75% e c) para 36 prestações, 10,5%. (*Anuário da Guiné Portuguesa*, 1946: 115)

A caixa facultava ainda empréstimos aos municípios e ao Estado, garantidos pelo governo e também a particulares, caucionados por títulos

de dívida interna ou externa, ou garantidos por hipoteca desde que esta recaísse sobre prédios urbanos, construídos de pedra e cal, cimento armado ou tijolo e seus rendimentos, devendo estar seguros contra todos os riscos e as apólices passadas em nome da caixa. O número de sócios, em 31 de Dezembro de 1945, era de 342 e o de pensionistas, na mesma data, de 192. (*Ibidem*)

A maior parte da população activa empregue no sector terciário estava concentrada na administração pública, os chamados funcionários públicos. Além disso, os quadros vindos da metrópole (militares, alguns técnicos, pessoal da saúde, etc.) costumavam empregar os «criados» nas suas casas em serviços domésticos. Este grupo que, mais tarde, com a simultânea intensificação da urbanização, reforço do contingente europeu e aceleração do êxodo rural, virá a ganhar alguma expressão social, manteve-se em estado de embrião até aos anos 50.

Embora dificilmente se possa fazer uma diferenciação de funções por grupos étnicos, podemos dizer que, pelo menos nos inícios, este grupo populacional era altamente dominado pelos pepéis de Bissau e dos seus arredores, principalmente da actual região de Biombo.

Fora estas categorias, havia apenas um reduzido número de indivíduos exercendo profissões liberais e artes ou ofícios (Cf. Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 64)

Este grupo cedo se constituiu numa camada social com um nível de vida superior ao do grosso da população e com um modo de vida e uma mentalidade características de classe, sendo uma delas uma relativa assimilação cultural e política, embora os seus membros continuassem a preservar certos laços que os ligavam aos seus grupos étnicos de origem. Ele constitui o embrião daquilo que mais tarde se irá definir como a «pequena burguesia africana», uma camada que economicamente não é forte, mas possui inúmeros privilégios sociais, tais como o acesso a educação, assistência médica, cultura, etc..

Do que foi até aqui exposto pode-se concluir que, apresentando uma estrutura económica bastante pouco desenvolvida (predomínio de uma agricultura de subsistência, indústria quase inexistente, comércio pouco desenvolvido e um sector de serviços incipiente), o tecido social da Guiné dos anos 40 não podia apresentar-se mais complexo, e pode-se mesmo dizer que se encontrava numa fase incipiente de diferenciação social.

Os dados constantes do censo de 1950 indicavam, pois, a seguinte distribuição da população activa pelos vários ramos de actividade económica na Guiné-Bissau:

	%	Milh.Hab.
Sector primário (Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas)	87,8%	125 541
Sector Secundário (Indústrias extractivas, transformadoras, construção)	3,2%	4 642
Sector Terciário (Comércio, Transportes e Comunicações, Serviços e outras actividades económicas)	9,0%	12 822
	100,0%	143 005

Fonte: José L. Mendes, «Perspectivas do desenvolvimento da Guiné». In *BCGP*, Vol. XXV, N. 97, C.E.G.P., Bissau, 1970, p.106

A população encontrava-se dividida em duas grandes categorias: os «civilizados» e os «indígenas». As actividades principais e praticamente exclusivas da população «civilizada» que, em 1950, totalizava 8320 indivíduos, era o funcionalismo público e o comércio. A actividade agrícola desta população podia-se considerar insignificante, como vimos atrás. (*Ibidem*)

Os «indígenas», habitando as zonas rurais, constituíam a esmagadora maioria da população e eram integrados principalmente pelos agricultores organizados em diferentes grupos étnicos com uma estrutura e uma organização social próprias.

A população civilizada começara a decompor-se em principalmente três grandes categorias: os funcionários da administração, os comerciantes, médio e pequenos agricultores privados ou ponteiros, ou assalariados e algumas pessoas de profissão liberal.

São estes embriões de camadas sociais que se vão desenvolver e consolidar a partir dos anos 50, altura em que se passa a uma exploração mais intensiva e sistemática da colónia.

Este processo será igualmente acompanhado por um processo de diferenciação ao nível de cada categoria, mas que porém não foi concluído.

II. As medidas implementadas após a II Guerra Mundial e o seu impacto sobre a estrutura social

1. Das medidas

Acabamos de verificar que, até aos anos 40, a evolução da Guiné foi bastante lenta, mas depois, sobretudo no após-guerra, a situação começou a mudar. As mudanças que se vão operar não irão certamente colocar a Guiné ao nível das outras colónias de Portugal e muito menos das outras potências coloniais em termos de desenvolvimento económico e social. Também não houve mudança da estrutura económica. Mas os progressos registados foram suficientemente grandes para, associados aos que tiveram lugar nos anos 60, imprimir uma nova dinâmica à exploração económica e consolidar e/ou fazer evoluir a estrutura social que se vinha desenhando.

Gervase C.-Smith constatou, e bem, que foi durante a Segunda Guerra Mundial que o regime se virou para o reforço dos laços económicos entre a metrópole e o império e que foi na década de 50 que as colónias atingiram o auge da sua importância económica para Portugal, quando o terceiro império contava já com um século e meio de existência. (G.C.-Smith, *op. cit.*, p.153)

Para o caso concreto da Guiné, o fim da Segunda Guerra Mundial coincidiu mais ou menos com a altura da comemoração do V centenário da «descoberta» da Guiné e com a nomeação do governador Sarmiento Rodrigues, que se empenhou particularmente no desenvolvimento de algumas infraestruturas. Estes três acontecimentos contribuíram juntos para imprimir uma nova dinâmica à vida económica, social e cultural da colónia.

Em termos de infraestruturas económicas e sociais pode-se citar por exemplo a abertura, em 1946, do novo campo de aviação de Bissalanca, a ampliação do antigo campo de Bissau, dotando-o com serviço radiotelegráfico, para além da abertura de campos em Fulacunda, Bedanda, Cacine, Empada, Catió, Mampatá, S. Domingos e Farim e do alargamento de muitos outros campos, sobretudo o de Bafatá.

Entre 1946 e 1947 foi construído um grande depósito de medicamentos do Hospital de Bissau, bem como uma lavandaria e estufa. No mesmo período foram concluídas as obras da Maternidade de Bissau e o pavilhão insectário da Missão de Estudo e Combate à Doença do Sono, tendo também uma sala para autópsias, compartimento para cobaias e depósitos de materiais.

Foi em 1945 que se iniciou a recuperação de terrenos para a cultura de arroz, primeiramente na ilha de Bissau e em Biombo, mas alargada mais tarde a Mansoa, Cacheu (Pecixe), Fulacunda e Catió.

No que concerne às telecomunicações, entre 1945 e 1948 foram montadas várias centrais telefónicas e estações radiotelegráficas, nomeadamente em Bafatá, Mansoa, Canchungo e Catió, para além de novas linhas telegráficas que foram estabelecidas, passando assim a servir por telefone todos os então postos administrativos do continente.

Entre 1945 e 1947 foram abertas pelo menos mais 13 escolas missionárias em vários pontos da província, para além das adjudicações das construções de escolas em Bissorã, Canchungo, S. Domingos, Mansabá, Bambadinca, Gabú, Empada, Catió, e Bubaque.

No período das comemorações do V centenário foram construídos, melhorados e adjudicados inúmeros cais, pontes e pontões, bem como aquedutos e estradas.

No que diz respeito à vida cultural, são dignas de menção as seguintes obras:

- Museu da Guiné Portuguesa
- Centro de Estudos da Guiné Portuguesa
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

Um outro dado que pode ajudar a ilustrar que alguma coisa estava acontecendo na colónia são os números relativos à demografia. A partir dos finais dos anos 40 e particularmente a partir dos 50 regista-se um aumento significativo da população «civilizada» (nacional e estrangeira). No que diz respeito a esta última, verificou-se que relativamente à naturalidade dos portugueses os números eram os seguintes, quanto às principais origens:

	1940	1950
Metrópole	784	1501
Cabo Verde	928	1703
Guiné	3739	4644

Fonte: A. Teixeira da Mota, *op. cit.*, 1954, p.63

Entre os anos 1950, 1951 e 1952 os movimentos de entrada e saída de «civilizados» foram os seguintes:

		Entradas	Saídas	Saldo	Saldo Total
1950	Metrópole	432	320	+102	
	Cabo Verde	131	60	+ 71	
	Estrangeiro	68	119	- 51	+122
1951	Metrópole	574	377	+197	
	Cabo Verde	113	81	+32	
	Estrangeiro	79	89	-10	+219
1952	Metrópole	656	394	+262	
	Cabo Verde	147	54	+93	
	Estrangeiro	69	65	+4	+359

Fonte: A. Teixeira da Mota, *op. cit.*, p.63

Após o fim da Segunda Guerra Mundial verifica-se, com efeito, uma marcada intensificação da imigração de origem metropolitana. Tinha passado o mito do «clima» e o mito do «planalto», segundo o autor supracitado. Ao caracterizar o grau de civilizados oriundos da metrópole Teixeira da Mota acha que eles adquiriram uma psicologia especial, que se traduz no conhecido dito «bebeu a água do Pidjiguiti» (subentendendo-se que ficou amarrado à Guiné). De um extremo de abandono, a Guiné passou para o outro, de estima e de atenção particular. Mas este gosto que de repente surgiu foi menos motivado pelo amor ou simpatia pelo povo guineense, do que pelo interesse económico que a colónia começara a despertar.

Em 1950, a maior parte desta população «civilizada» encontrava-se na zona litoral, concentrada principalmente em pequenos centros, localizados em pontos de especial interesse sob o aspecto comercial e de comunicações. Setenta por cento dela estava localizada nas oito principais cidades e vilas, cabendo só à conta de Bissau 45%. (T. da Mota, *op. cit.*, pp.68/69)

Estas cidades não se formaram atendendo aos efeitos do clima ou outros de natureza afectiva, mas antes às condições económicas locais: posição geográfica privilegiada para o comércio ou exploração industrial, para o escoamento dos produtos (portos marítimos e fluviais), etc..

Muitas das vezes as cidades brancas estavam onde a densidade de população indígena era maior, o que representava normalmente superiores possibilidades de expansão comercial e de mão-de-obra.

Não é por isso de estranhar que a densidade da população branca na Guiné dos anos 50 fosse de 7 habitantes por 100 km², precisamente a mesma de Angola (censos de 1950) e superior à de Moçambique (5 por 100 km², no mesmo ano). Para o conjunto da população civilizada, as densidades por 100 km² eram, respectivamente, de 26, 11, e 12. (*Ibidem*, pp.69/70). Isto apesar de a Guiné ter sido ainda considerada por muitos o «cemitério dos brancos», não ter «planaltos» e não dispor de indústrias importantes nem de grandes plantações. É que na Guiné, conclui T. da Mota, havia 15,9 indígenas por km² para administrar e com quem comerciar, enquanto em Angola havia 3,2 e em Moçambique 7,4. (*Ibidem*) O indígena era de facto a maior riqueza.

O aumento do número da população «civilizada», particularmente a branca, dá-se paralelamente ao desenvolvimento dos centros urbanos. Teixeira da Mota chega a afirmar que «a cidade e a vila constituem, na Guiné, criação branca». (*Idem*, p.70) Eram povoações administrativas, comerciais, centro de comunicações terrestres ou fluviais, portos marítimos de escoamento para o exterior.

Por outro lado, o desenvolvimento destas cidades e vilas conduziu a uma diferenciação social maior e, conseqüentemente, a uma complexização da estrutura social. O branco e o civilizado precisavam de mão-de-obra, de operários, de criados, de empregados nas lojas, etc.. Pouco a pouco os nativos começaram a ser atraídos para os centros urbanos não só pela necessidade de ganhar dinheiro, mas também pela nova vida, diferente da do seu meio rural, e com todas as facilidades que a urbanização permite. Entretanto as infraestruturas ainda não eram suficientemente desenvolvidas, e o sector de serviços também não, para absorver toda a mão-de-obra proveniente do campo. Assim, a par daqueles com uma ocupação definida, encontrava-se um grande número dos que nada podiam fazer, desempregados, e viviam à custa dos familiares.

Contrariamente ao que têm afirmado os defensores do colonialismo português, o desenvolvimento urbano foi igualmente seguido, em termos de estrutura social, por uma separação dos brancos da população negra e naturalmente pelo fenómeno de discriminação racial. À medida que a cidade crescia, os europeus, cada vez em maior número, iam tendo mais possibilidades de viverem de uma forma mais puramente europeia. Para as cidades que nasceram após a «pacificação» o desenvolvimento

urbano começava geralmente com uma vila onde havia uma rua principal, comercial, à volta da qual se fazia o crescimento, com as instalações administrativas, com sentinela, a um extremo. Além da zona comercial, que estava geralmente junto do porto, havia o mercado e as instalações que as autoridades edificaram: repartições e residências dos funcionários, a igreja ou capela, a enfermaria ou o posto sanitário, a escola, o campo de futebol, o edifício do correio e telégrafo, a central eléctrica, o depósito elevado de água, etc.. A «cidade» indígena que se formava na periferia da povoação branca não era digna deste nome; era antes um aglomerado de aldeias, muitas vezes sem iluminação, água canalizada, nem esgotos. No fundo era um imenso abrigo onde se recolhia a população nativa que trabalhava para a população branca. Assim se constituiu uma cidade povoada pela população branca separada cada vez mais das aldeias nativas.

A política de «valorização» iniciada durante a segunda metade dos anos 40, foi depois continuada nos anos 50 e aprofundada nos anos 60, mas desta vez motivada sobretudo pela avanço da resistência organizada do povo guineense contra a dominação colonial. É a altura em que igualmente se passa para um desenvolvimento cada vez mais planificado e coordenado pelo Estado.

É nesta linha de preocupação e de tentativa de uma «reorientação» da economia e aceleração da cadência de expansão económica que aparecem os Planos de Fomento que, a partir de 1953, foram programados para serem executados ao longo de períodos de tempo variáveis de três a cinco anos. Estes planos não tiveram um impacto significativo na economia local. Os dois primeiros (1953/58 e 1959/64), por exemplo, foram marcados por um fraco nível dos investimentos públicos e das realizações atingidas. (Cf. José L. Mendes, *op. cit.*, p. 129) Mas eles reflectem a preocupação de exercer uma acção cada vez mais programada e sistemática sobre a colónia, reflectida igualmente na criação, em 1965, do «Gabinete de Planeamento e Integração Económica».

Além disso, o falhanço dos dois primeiros planos conduziu à implementação de um «Plano Intercalar» que estabelecia, entre outros, que não podia haver «programação possível, desarticulada duma eficiente investigação de base, (e que) era imperioso conceder prioridade às actividades de estudo, investigação e avaliação dos recursos naturais — conhecimento científico do território e da população, investigação científica aplicada aos vários sectores, coordenação da documentação técnico-económica, estatísticas, etc.». (Citado em J. L. Mendes, *op. cit.*, pp. 129/130). Pela forma inconsistente e desarticulada em que se processou a sua

realização, o Plano Intercalar não constituiu, como se pretendia, uma ponte de ligação eficaz entre o II e o III Planos de Fomento, nem tão-pouco resultou numa garantia de dados de base e de conhecimentos fundamentais a uma futura programação, o que iria exigir uma maior amplitude de tarefas e tornar mais problemático o delineamento do III Plano de Fomento.

Por outro lado, as medidas económicas tinham sido acompanhadas, sobretudo a partir dos anos 60, por «reformas» a nível do aparelho jurídico político-administrativo, «reformas» estas que, segundo Amílcar Cabral, seguiram de perto a adopção, pela XV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 1960, das resoluções 1514 e 1524 sobre a descolonização. As matérias afectadas pela legislação das «reformas» foram as seguintes: organização administrativa, ocupação de terrenos, colonização, justiça e estatuto político. (Cf. A. Cabral, *op. cit.*, pp. 95-98)

Se é verdade, como constatou A. Cabral na altura, que do ponto de vista constitucional e jurídico, a sujeição do povo da Guiné «portuguesa» ao colonialismo português se manteve intacta apesar destas «reformas», não é menos verdade que elas deram um novo impulso à dinâmica social, sobretudo em termos da consolidação e desenvolvimento de determinados estratos sociais, que viram a sua situação relativamente melhorada. Assim, e destacando apenas algumas dessas «reformas»:

a) o decreto n.º 43 893, que revoga o Estatuto dos Indígenas é um texto legal que não deixou de constituir um avanço no processo de diferenciação e de complexização social, quanto mais não seja do ponto jurídico e formal, embora a sua primeira intenção fosse retirar aos «adversários» do colonialismo português uma arma eficaz na luta em favor do homem africano da Guiné. Foi mais um passo para ultrapassar a velha separação da sociedade em duas grandes categorias sociais;

b) o decreto n.º 43 730, de 12 de Junho, alarga a possibilidade de participação dos africanos na administração local, pois estabelecia que as câmaras municipais, os comités municipais e as juntas locais seriam presididas por indivíduos nomeados pelos governos gerais ou de províncias;

c) o decreto n.º 43 894, que incide sobre o domínio público e se refere às concessões gratuitas aos colonos, aos corpos administrativos, às missões católicas, assim como à definição de processos e à criação de órgãos para a execução dessas concessões, criou, para o colono português da Guiné, possibilidades até então inexistentes ou muito limitadas, para

a ocupação efectiva da terra; estavam assim criadas as bases jurídicas para o surgimento e/ou desenvolvimento de uma camada social ligada à exploração privada da terra em moldes capitalistas.

d) o decreto n.º 43 895, que foi um instrumento legal para a criação de organismos e de meios eficazes destinados a promover o aumento e a fixação da população europeia na Guiné «portuguesa», abrirá igualmente a possibilidade de uma espécie de transposição da estrutura social da sociedade colonizadora para a sociedade colonizada.

Assim, se as «reformas» de 1961 não modificaram a situação constitucional e jurídica da Guiné «portuguesa», também não se pode dizer que tudo continuava na mesma, pelas seguintes razões:

a) aumentando o número de comunas, criando outras autarquias locais e organizando as regedorias, não só a denominação portuguesa se reforçava, como também se alargava a possibilidade da participação de africanos a este nível de administração;

b) definindo processos e criando órgãos para a execução das concessões de terreno a «não-indígenas», eram não só aumentadas as possibilidades de continuar a usurpação efectiva de terras até então pertencentes às comunidades africanas, como também se estava a dar um passo no sentido de uma diferenciação social ainda maior;

c) criando as Juntas Provinciais, não só ficava aberta a via à colonização europeia na Guiné, em detrimento dos interesses das massas populares e de todas as camadas sociais africanas, como se estavam a criar as «condições objectivas» para a gudização das contradições entre estas camadas e o colonizador.

Mas vejamos mais de perto o impacto do conjunto destas medidas no tecido social da sociedade colonizada.

2. O impacto das medidas implementadas após a Segunda Guerra Mundial sobre a estrutura social

Como dissemos atrás, as medidas implementadas pelo colonialismo português após 1945, embora não tivessem modificado estruturalmente a economia guineense, contribuíram porém para consolidar e desenvolver a estrutura social que se vinha formando. Apesar de na prática nunca se ter ultrapassado a separação da sociedade em duas grandes categorias,

nomeadamente a dos civilizados e a dos indígenas por um lado e dos europeus e africanos por outro, houve no entanto uma evolução no sentido de uma maior hierarquização entre as diferentes camadas sociais. Os europeus, de acordo com as actividades que exerciam, conservavam a estratificação social a que pertenciam em Portugal. (A. Cabral, 1976:102)

Assim, no nível mais elevado encontravam-se os altos funcionários e os directores de empresa que constituíam uma camada muito isolada do resto da própria população europeia. A seguir vinham os funcionários médios, os pequenos comerciantes, os empregados de comércio e as profissões liberais. Por último os operários qualificados.

Ao tentar explorar de uma forma cada vez mais intensiva a colónia, o colonialismo português teve a necessidade de empregar cada vez mais frequentemente e de uma forma mais sistemática a mão-de-obra e os quadros locais. A tradição de uma «classe intermédia» é assim retomada em toda a sua dimensão. Por «classe intermédia» entendemos no sentido mais genérico, todos aqueles que, sendo originários do povo colonizado e supostamente «destribalizados», não só tinham adoptado os modelos de comportamento europeus pressupostos pela aplicação do direito público privado português, como também serviam aos interesses destes, quer cumprindo a «missão» de generalizar os novos costumes, quer actuando como elemento activo do sistema. Embora identificados por alguns ideólogos do colonialismo (Cf. A. Moreira, *op. cit.*, p. 165) com a classe média da potência colonizadora, eles faziam parte de um nível mais baixo da pirâmide social em relação a estes, a tal ponto que se podia fazer uma distinção entre civilizados colonizados de um lado e civilizados colonizadores do outro.

Entre os africanos constituiu-se um primeiro grupo composto por funcionários superiores e médios, bem como por pessoas de profissões liberais. Estes últimos eram em número bastante reduzido devido às limitações que o próprio sistema impunha a nível da instrução e do exercício destas profissões, que estava reservado quase que exclusivamente aos europeus. Num escalão imediatamente inferior formou-se um outro grupo, constituído essencialmente por pequenos funcionários, empregados do comércio contratados e pequenos proprietários agrícolas.

Este último grupo mais o dos altos e médios funcionários, bem como os de profissão liberal, constituem o que, para o nosso contexto, A. Cabral convencionou designar «pequena burguesia africana». (A. Cabral, 1976: 101-106) Embora tenha que ser usado com uma certa prudência, este conceito é o que eventualmente melhor consegue reflectir a realidade de então. Pois, como tentamos demonstrar ao longo de toda a comunicação,

o colonialismo português nunca permitiu o desenvolvimento de uma burguesia «economicamente válida», isto é as bases económicas em que assentava o poder desta camada eram extremamente fracas.

Por outro lado, o nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, embora tivesse permitido o aparecimento do embrião de um grupo ligado ao trabalho das fábricas, não permitiu no entanto a constituição de uma camada social que se pudesse identificar com a classe operária europeia. Não sem razão, Amílcar Cabral preferiu incluir este grupo na grande camada dos «assalariados». Para além dos operários das oficinas de reparações ou de pequenas fábricas, estes eram constituídos essencialmente por empregados de comércio sem contrato, que vendiam o seu trabalho ao dia; por exemplo o importante grupo dos empregados dos portos, dos navios e dos transportes de mercadorias ou de produtos agrícolas. Nele podem ser igualmente incluídos os «criados» e a mão-de-obra dos armazéns. De facto, a diversidade das ocupações destas pessoas e a sua conseqüente dispersão geográfica são factores que não favoreceram a formação de uma consciência de classe.

Na base de toda a pirâmide social encontrava-se um grupo social que, devido à especificidade da estrutura económica e das relações sociais da sociedade em questão, é difícil de qualificar. A. Cabral resolveu chamá-los «marginais» por não ter encontrado termo mais exacto. Mas ele mesmo reconheceu que não era a designação mais adequada na medida em que, pelo menos para um «subgrupo» em que este se pode decompor, ela se revelava «injusta».

Pois, segundo Cabral, se por um lado era fácil identificar aquele que poderia ser o nosso «lumpenproletariado» (se existisse na Guiné um proletariado com consciência de classe), constituído por mendigos, desempregados, prostitutas, etc., o mesmo já não se passava com o grupo constituído por aqueles jovens vindos do campo, que conservavam laços íntimos com este, embora entrando em contacto com a vida dos europeus; que muitas vezes não tinham qualquer ocupação e viviam à custa das famílias pequeno-burguesas ou operárias; e que era preciso distinguir dos «filhos-família» da Europa, uma vez que certas tradições e costumes africanos exigem, por exemplo, que um tio que viva na cidade ofereça hospitalidade ao sobrinho do campo. No nosso entender estes não podem de facto ser identificados como «marginais», pois não só não viviam à margem da sociedade no sentido em que se costuma utilizar o termo, como eram perfeitamente integrados pelas famílias que os acolhiam. Tampouco podiam ser considerados desempregados, na medida em que acabavam por ter uma ocupação que mesmo que não fosse socialmente

reconhecida acabava por ser útil à família e indirectamente à sociedade. Eram eles que faziam os recados (por exemplo mantendo a ligação entre a cidade e o campo) e mesmo alguns trabalhos domésticos para as famílias onde se encontravam hospedados. Muitas das vezes acabavam por aprender uma profissão. Eram um espécie de proto-assalariado urbano que mais tarde ou mais cedo acabava por integrar esta camada social.

Ao ter provocado uma diferenciação social cada vez maior na colónia, baseada entre outras na existência de uma camada de «assimilados» nos centros urbanos, o colonialismo português não se deu conta que estava a cavar a sua própria sepultura. Adriano Moreira tinha reconhecido que tal «classe intermédia», pela sua vocação activa, e sendo originária da população nativa, tinha ultrapassado a natureza de «classe marginal». O que ele, e muitos outros, porém não reconheceram ou fizeram-no muito tarde, é que esta «classe» se pudesse transformar no núcleo de um anticolonialismo nacionalista.

Com efeito, apesar das diferenças e mesmo contradições que pudessem existir entre estas diferentes camadas da sociedade colonizada, havia um denominador comum que as unia: o facto de serem, todas elas, parte integrante da grande classe dos dominados, formando assim um conjunto face ao opressor.

A. Cabral chegou mesmo a admitir que entre elas se tivesse desenvolvido uma «consciência de classe» face ao opressor e que todas em conjunto eram «portadoras da história», na medida em que nenhuma delas sózinha podia realizar a luta contra o colonialismo, porque esta exigia a realização da unidade nacional. (A. Cabral, 1976:104)

De facto, a luta de libertação nacional desencadeada pelo PAIGC em 1961, só foi vitoriosa graças à participação de todas as camadas sociais. Mas quem a liderou foi um dos sectores da pequena burguesia, a pequena burguesia «revolucionária».

A história também quis que fossem igualmente os elementos desta camada, que se formou ao serviço do próprio colonialismo, a herdar os instrumentos de que se servia o Estado colonial contra o nosso povo. Só que na fase pós-independência ela não foi capaz de se «suicidar» para poder utilizar estes instrumentos ao serviço do desenvolvimento e da satisfação dos interesses das camadas menos privilegiadas. E, tal como prevera Cabral, o colonialismo foi expulso e dá-se um «regresso» à história, ao mesmo tempo que se vêm manifestar de novo as contradições internas da nossa situação económica e social, condicionadas desta vez essencialmente por factores internos.

Conclusão

No que diz respeito à colonização da Guiné e particularmente ao período do Estado Novo (1926-1974) podemos distinguir duas fases, que apesar de fazerem parte de um mesmo processo de colonização, apresentam no entanto características diferentes.

A primeira, que vai aproximadamente de 1926 até aos meados dos anos 40, é caracterizada por tentativas sucessivas de consolidação da ocupação efectiva do território e por uma relativamente fraca intervenção da potência colonizadora, e em que a presença de colonos europeus é não só numericamente insignificante como economicamente pouco relevante. Foi uma fase em que, devido ao pouco desenvolvimento que se tinha dado às estruturas económicas e sociais por um lado e à relativa fraca participação dos africanos nas estruturas do Estado moderno e apesar de se ter iniciado o processo de diferenciação social, a sociedade se dividia em basicamente dois grandes grupos sociais: os «civilizados» e os «indígenas».

A segunda, que se inicia por volta do fim da Segunda Guerra Mundial, é marcada por uma intervenção cada vez mais sistemática do Estado que, no intuito de «valorizar» a colónia, não só se lança e promove o projecto de criação de estruturas modernas, como é obrigado a «integrar» progressivamente as populações africanas nestas estruturas, criando assim uma terceira categoria da população, os «assimilados». Assiste-se a um povoamento cada vez mais considerável da colónia pela população europeia e doutros continentes e a um conseqüente aparecimento e desenvolvimento dos centros urbanos. A estrutura social torna-se cada vez mais diferenciada, aparecem e desenvolvem-se grupos populacionais com interesses particulares cada vez mais bem definidos, mas com a definição cada vez mais nítida de um interesse comum: a expulsão do colonialismo português.

Esta expulsão conseguida à custa dos maiores sacrifícios que se possa imaginar, embora tivesse restituído ao povo guineense a sua independência política, não significou, sobretudo para as camadas menos favorecidas, uma melhoria das suas condições de vida. Em muitos aspectos a política seguida após a independência assemelhou-se à política praticada pelos colonialistas. No que diz respeito por exemplo ao desenvolvimento rural, apesar de nos documentos oficiais sempre se ter reconhecido a prioridade da agricultura para o desenvolvimento sócio-económico da Guiné, na prática esteve votada ao esquecimento durante muito tempo. Nos primeiros anos que se seguiram à independência os recursos dedica-

dos à agricultura eram escassos. Por exemplo, entre 1977 e 1982 os investimentos totais no sector agrícola absorveram apenas 12,8% do orçamento total do investimento do governo (Dionísio Carneiro, 1989:17). Os preços praticados estavam normalmente abaixo daquilo que podia compensar o esforço dos camponeses. A agricultura serviu em primeira linha para financiar uma classe política parasitária e não contribuiu, conseqüentemente, para elevar o nível de vida dos camponeses que, antes pelo contrário, viram o seu nível de vida deteriorar-se a olhos vistos.

Em termos do lugar que os agricultores ocupam hoje em dia na estrutura social da Guiné continua a ser válido o que Amílcar Cabral já constatara em 1954: a necessidade de situar o campesinato, no campo social, ao nível da sua importância no campo económico.

NOTAS

- (1) O Comandante Sarmiento Rodrigues, antigo capitão de fragata, foi nomeado governador da Guiné por decreto de 21 de Fevereiro de 1945 publicado no Diário do Governo n.º 56, II série, de 9 de Março do mesmo ano.
- (2) Para mais detalhes sobre as ideias de cada um destes autores ver, por exemplo, Peter K. Mendy, *Guiné-Bissau: Colonialismo Português em África: a tradição da resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959*. (a ser publicado pelo INEP) Título original: *Portuguese Colonialism in Africa: The Tradition of Resistance in Guinea-Bissau, 1879-1959*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Birmingham, Inglaterra, 1987.
- (3) Trata-se de António Metello, antigo comandante militar em Timor e então funcionário da Companhia dos Diamantes em Angola. O artigo intitula-se «A vida social nas colónias». In *Breves conceitos para um ideário da colonização portuguesa*, Semana das colónias de 1945, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1945.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Honório (1947): «Os Índigenas da Guiné perante a Lei Portuguesa». In: *BCGP*, vol. II, N.º 6, C.E.G.P., Bissau.
- BRAZÃO, Amaldo (1947): «A vida administrativa da colónia da Guiné». In: *BCGP*, vol. II, N.º 7, C.E.G.P., Bissau.
- CABRAL, Amílcar (1954): «Acerca da contribuição dos Povos Guineenses para a Produção Agrícola da Guiné». In: *BCGP*, vol. IX, N.º 36, C.E.G.P., Bissau.
- (1976): «A verdade sobre as colónias de Portugal». In: *Arma da Teoria*, vol. I, Seara Nova, Lisboa.
- CAETANO, Marcelo (1951): *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- CARREIRA, António (1948): «Problemas do Trabalho Índigena na Guiné». In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, N.º 282, Lisboa.

- (1949): *A protecção da propriedade do nativo da Guiné pelas nossas leis*. Dissertação apresentada na Escola Superior Colonial no ano lectivo de 1948/49.
- (1959): «A população civilizada da Guiné Portuguesa em 1950». In: *BCGP*, vol. XIV, N.º 56, C.E.G.P., Bissau.
- CASTRO, Armando (1980): *O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX)*, Editorial Caminho, SARL, 2ª. ed., Lisboa.
- CORTEZÃO, Armando (1928): «A Guiné como colónia de comércio e de plantação». In: *Bol. Soc. Geog. de Lisboa*, série 46, N.º 7/8.
- DUARTE, Fausto (1949): «Os caboverdianos na colonização da Guiné». In: *Cabo Verde*, N.º 2, Praia.
- DINIZ, José de Oliveira Ferreira (1946): «A política indígena na Guiné Portuguesa». Tese apresentada ao *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. III, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- GONÇALVES, José Júlio (1961): «Alguns aspectos do Problema dos Quadros no Ultramar Português». In: *Técnica de Propaganda, Élités, Quadros e Outros Estudos*, Lisboa.
- (1961): *Ensayo sobre las «Élités». Su evolución y función en el «África Negra»*.
- MENDY, Peter K. (1990): «A economia colonial da Guiné-Bissau: «Nacionalização» e exploração, 1915-1959». In: *Soronda*, N.º 9, INEP, Bissau.
- MOREIRA, Adriano (1956): «As élites das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)». In: *Garcia da Orta*, vol. IV N.º 2, Lisboa.
- (1956): *Problemas Sociais do Ultramar*. Conferência pronunciada na sessão de encerramento das comemorações do XXV aniversário do Instituto de Serviço Social, realizado em 9 de Julho de 1956, Edições Panorama, Lisboa.
- MOREIRA, J. Mendes (1965): «Migrações e Povoamento - o caso português e a sua influência na formação do complexo social, económico e cultural da Guiné Portuguesa». In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 41, N.º 481, Lisboa.
- MOTA, A. Teixeira da (1954): *Guiné Portuguesa*, vol. II, Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- PATRÍCIO, Rui (1965): «Política económica ultramarina». In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 41, N.º 479, Lisboa.
- RIBAS, L. Patrício (1950): «Alguns aspectos da estrutura económica da Guiné Portuguesa (2ª. parte)». In: *BCGP*, vol. V, N.º 19, C.E.G.P., Bissau.
- RODRIGUES, M. M. Sarmiento (1949): *No Governo da Guiné, Discursos e Afirmações*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- SMITH, Gervase C. (s.d.): *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Coleção Teorema, Lisboa.
- TAVARES, Álvaro (1947): «Do indigenato à cidadania». In: *BCGP*, vol. II, N.º 8, CEGP, Bissau.
- VEIGA, Aginaldo (1949): «Aspectos da estrutura económica da Guiné». In: *BCGP*, vol. IV, N.º 14, CEGP, Bissau.

ZANATTI, Mário (1946): «O Indigenato na Colónia da Guiné». Tese apresentada ao *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Outros documentos consultados:

- Anuário da Guiné Portuguesa, Lisboa, 1948
- Anuário da Guiné Portuguesa, Lisboa, 1949
- Carneiro, Dionísio e Abreu, Marcelo (1989): *Guiné-Bissau: Dificuldades e Perspectivas para o Ajuste Estrutural*. Relatório preparado para a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, Bissau, Setembro.
- *Censo da População de 1950, vol. I, População civilizada*. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1959.
- *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique*, Decreto-Lei N.º 39 666, de 20 de Maio de 1954.
- *Lei Orgânica do Ultramar Português*. Leis N.º 2066 e 2076, respectivamente de 27 de Junho de 1953 e 25 de Maio de 1955.
- *Principais obras e progressos realizados na Guiné Portuguesa no período comemorativo do V Centenário da Descoberta*. (Maio de 1945 a Dezembro de 1947). II Aditamento relativo ao ano de 1948, Bissau.
- *Prospecção do desenvolvimento económico e social da Guiné*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1972.
- *Recenseamento Geral da População, 1960*, Resumo Geral, Serviços de Administração Civil, Secção de Estatística, Bissau.

EFEITOS DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL SOBRE AS CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS DAS MULHERES DA ZONA RURAL

Oxalá que a iminente democratização da vida política na Guiné-Bissau crie estruturas que habilitem a longo prazo também as mulheres a lutarem por uma maior igualdade social e económica e a terem maior direito de decisão nos seus próprios assuntos.

Gertrud Atchinger

O seguinte artigo trata das consequências do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) sobre a situação social e económica das mulheres na agricultura tradicional de subsistência da Guiné-Bissau, condição em que 80% delas ainda vivem.

O PAE foi iniciado em 1986 sob a pressão do FMI e do Banco Mundial, em consequência das elevadas dívidas da Guiné-Bissau, e seu atraso no serviço de pagamento destas. Na sua parte rural o PAE tem como objectivo o melhoramento das condições de produção e de mer-

cado para a agricultura (nacional) local e um melhor abastecimento da população rural com bens de consumo através da liberalização e privatização do comércio. A importação de arroz reduzir-se-ia, e a circulação de produtos entre Bissau e as zonas rurais intensificar-se-ia de forma a tornar o mercado nacional mais atractivo para as populações camponesas do que as regiões fronteiriças do Senegal e da Guiné-Conakry. O PAE transformou as condições da economia rural sobretudo através da transformação das lojas do Estado em lojas privadas, da liberalização dos preços agrícolas e da ligação do *peso* ao desenvolvimento da economia com progressivas desvalorizações em relação ao dólar americano. Em geral, as receitas das vendedoras de arroz, milho, legumes e frutas aumentaram em relação ao período em que vigoravam os antigos preços fixos, mas, ao mesmo tempo, os meios de produção e sobretudo os produtos importados de primeira necessidade tornaram-se extremamente caros.⁽¹⁾

Um outro objectivo do PAE era a criação de novos postos de trabalho no artesanato e na indústria das zonas rurais, os quais deveriam oferecer, particularmente à juventude, possibilidades e alternativas de emprego, pois o número de membros das famílias a sustentar tende a aumentar progressivamente. A taxa de crescimento demográfico é de cerca de 2,7%⁽²⁾; as possibilidades de emprego nos sectores não-agrícolas não aumentaram ao mesmo ritmo. Apesar de as zonas rurais estarem a ser aliviadas pelo êxodo para as cidades e as constantes emigrações, a população rural cresceu nomeadamente de 630 000 para cerca de 722 000 indivíduos entre 1979⁽³⁾ e 1981. Em 1986, 9,3% da população activa tinha um contrato de trabalho formalizado; no ano 2000 este atingirá, segundo as estimativas, 14,3%. O número de desempregados nominais aumentará, segundo as estimativas, de 10% para 21% dos indivíduos com capacidades de trabalho, os quais se concentrarão nas cidades, enquanto que no campo o problema maior será o desemprego «oculto» (subemprego).⁽⁴⁾

O PAE modifica directa e indirectamente a situação das mulheres. Directamente as mulheres são atingidas como produtoras e vendedoras de produtos para os mercados rurais e também como compradoras de produtos importados. Indirectamente, as mulheres sentem as consequências do PAE através da alteração da situação dos membros masculinos das suas famílias. Neste artigo iremos tentar analisar a forma exacta destes efeitos directos e indirectos do PAE sobre as mulheres tendo por base a análise de estudos anteriores e, sobretudo, um estudo de caso realizado de Abril a Maio de 1991 nas zonas rurais da Guiné-Bissau pela autora e alguns investigadores do INEP. Com a colaboração de uma

inquiridora formada pelo INEP, a autora efectuou entrevistas a um total de 32 mulheres ⁽⁵⁾ que actuavam em mercados de pequenas e grandes tabancas da Guiné-Bissau como vendedoras. Escolhemos o mercado, porque queríamos conversar com as mulheres longe das suas famílias, pois no mercado as mulheres da Guiné-Bissau dispõem mais facilmente de tempo para uma conversa. As perguntas referiam-se à produção agrícola das entrevistadas e das suas famílias, à divisão do trabalho entre elas e os seus maridos e as outras mulheres destes (cumbossas), à venda dos seus produtos, e aos gastos que elas efectuam com os rendimentos conseguidos para elas próprias, os seus filhos e os seus maridos.

Além disso as entrevistadas foram interrogadas sobre a sua situação económica actual, em comparação com a de um ou três anos atrás. As entrevistas duravam cerca de 30 minutos a uma hora ⁽⁶⁾; foram inquiridas sobretudo *mulheres-grandes* — na Guiné-Bissau, a partir dos 30 anos; todas eram casadas e tinham filhos ⁽⁷⁾ e, salvo raras excepções, viviam em famílias polígamas. Mas os problemas tratados afectam todas as mulheres rurais da mesma maneira. Os diálogos foram realizados em crioulo, de acordo com um guia de entrevistas ⁽⁸⁾. A maioria das mulheres colaboraram facilmente e aceitaram dar informações sobre a sua situação, tanto quanto as actividades do mercado lhes permitiam. Agradecemos a todas aquelas que connosco dialogaram e responderam às nossas perguntas. Agradecemos sobretudo ao INEP, pois sem o seu apoio logístico e financeiro a realização do estudo de caso não teria sido possível. Este insere-se num vasto programa de pesquisa, cujo objectivo é o de fazer a análise do impacto do PAE sobre diferentes grupos da população. No entanto, a autora é a única responsável pelos resultados desta parte do referido programa.

Estes resultados são formulados sob a forma de teses a fim de favorecer a discussão, teses essas que a autora considera feministas, por ter tentado formulá-las expressamente do ponto de vista das mulheres.

TESE I:

A contribuição das mulheres no rendimento da família é desprezada de um modo sistemático pelas estatísticas nacionais e internacionais, as quais se baseiam no chamado «agregado doméstico», famílias (menage) com um chefe masculino, como a unidade económica de base. Contudo a base da economia rural não é o agregado doméstico, mas sim o fogão, cujo abastecimento é uma responsabilidade conjunta das mulheres e dos homens, apesar das suas contribuições serem variáveis e diferentes.

Na Guiné-Bissau a família polígama é constituída por diferentes sub-unidades ou *fogões*. Cada *fogão* é formado por uma mulher e os seus filhos. Nas famílias monógamas há só um *fogão*, ao qual o marido também pertence, enquanto que nas famílias polígamas ele participa de maneira irregular na produção e consumo de cada *fogão*. Embora sendo o chefe jurídico e social da família, ele apenas controla e garante o abastecimento económico do *fogão* de forma limitada. Até agora isso não foi exprimido quer nas estatísticas nacionais, nos programas governamentais ou nos documentos dos projectos.

A figura do agregado doméstico, com o seu chefe masculino, que é considerado a unidade base da produção, do consumo e da sociedade, serve de base para os recenseamentos da população e para todos os estudos empíricos sobre a produção e consumo da família que eu conheço. ⁽⁹⁾ Que a autora saiba, existem só quatro estudos da Guiné-Bissau que tratam directamente da mulher como sujeito económico. ⁽¹⁰⁾ Num outro estudo sobre a situação sócio-económica da população na região de Biombo, a noroeste de Bissau, as mulheres foram também inquiridas sobre algumas questões, mas o interlocutor principal era o chefe da família. ⁽¹¹⁾ Parece que a unidade económica e familiar controlada pelo chefe de família torna-se, devido à importante modificação da economia rural, cada vez mais num mito, o qual contribui para ofuscar a actividade económica independente das mulheres na consciência dos dirigentes da economia e, com isso, para abafar estatisticamente a sua contribuição para a sobrevivência da família. ⁽¹²⁾

TESE II:

Na agricultura de subsistência, a situação dos produtores deteriorou-se em consequência do PAE. Os homens transmitem às mulheres a pressão assim engendrada. A contribuição dos homens ao abastecimento do fogão diminui e é desvalorizada; por esta razão, a carga das mulheres aumenta.

Em muitas regiões da Guiné-Bissau diminui a produção média por hectare a longo prazo. Uma das causas pode ser vista na deterioração das condições naturais em algumas regiões do país. A diminuição das chuvas, a erosão dos solos e a sobre-exploração das terras fazem com que o abastecimento do *fogão* com alimentos de base pelos membros masculinos da família se torne cada vez mais inconstante e as famílias vêm-se obrigadas a obter uma parte crescente dos alimentos para o *fogão*

através da autoprodução ou de actividades comerciais, e através do mercado.

Também as modificações dos hábitos alimentares das famílias desempenham um papel importante na sua dependência do mercado; o arroz torna-se a alimentação de base preferida em todas as regiões mesmo quando a própria produção não chega para o consumo. Além disso consomem-se novos produtos como cebola, tomate, nescafé, coca-cola, etc. De mais a mais, há vários outros produtos de que se necessita como vestuário, sapatos, mosquiteiros, medicamentos, que hoje são obtidos por dinheiro no mercado. Tradicionalmente, na população agrícola de subsistência da Guiné-Bissau, os homens eram responsáveis pelo aprovisionamento da totalidade ou grande parte dos alimentos de base como o arroz, o milho e o milho miúdo, os quais se consumiam várias vezes por dia.

As mulheres eram responsáveis pela aquisição dos suplementos, como os legumes, o óleo, as frutas, o peixe e eventualmente uma pequena parte do alimento de base.⁽¹³⁾ Além disso, ambos os sexos, embora principalmente os homens, produziam também excedentes para a venda nos mercados locais ou supra-regionais. Os estudos já existentes sobre a especificidade sexual da produção, assim como as nossas entrevistas, demonstram hoje que a contribuição dos homens no abastecimento do *fogão* diminuiu em todas as etnias e regiões.⁽¹⁴⁾ Os antigos modelos de abastecimento com cunho étnico, com base na economia familiar, sob a direcção do homem, desagregam-se, embora a uma velocidade diferente consoante as etnias. A responsabilidade e o controle masculino conservaram-se mais fortemente na etnia balanta, com base na cultura do arroz nas bolanhas, enquanto o afastamento dos homens da agricultura é mais avançado nas etnias papel, mancanha e fula.⁽¹⁵⁾

Segundo os nossos resultados, bem como os dos outros estudos, a contribuição do marido, ou seja do chefe da grande família, é irregular e muitas vezes insignificante; ela é às vezes completada pelos presentes da família da mulher, particularmente dos seus pais ou pelas contribuições de outras pessoas. A divisão sexual do trabalho, tradicionalmente rígida, tornou-se permeável, principalmente em relação às mulheres: cada vez mais as mulheres devem também executar tarefas que outrora eram exclusivas dos homens, enquanto estes numa ínfima minoria vêm-se obrigados a efectuar actividades tradicionalmente femininas. Isso é também válido mesmo quando, durante a estação seca, os homens estão completamente desocupados. As mulheres estão ocupadas durante todo o ano nas actividades agrícolas e são ao mesmo tempo sobrecarregadas

por outras obrigações que absorvem muito tempo, tais como buscar água e lenha, pilar os cereais, cozinhar, tratar das crianças, etc. Elas só podem esperar ajuda das suas filhas e dos filhos mais novos.

TESE III:

Os homens e rapazes não activos na agricultura tornam-se tendencialmente uma carga para o fogão.

Uma das consequências directas do PAE foi a desvalorização do poder de compra dos salários dos funcionários, devido ao declínio inflacionário do valor do *peso*. Em famílias em que o homem trabalha como funcionário, a sua contribuição para o rendimento da família reduz-se também, mesmo quando utiliza o seu dinheiro para as despesas da família.⁽¹⁶⁾ Contudo, com a queda da capacidade de compra dos salários, isso é cada vez menos o caso: os homens utilizam mais o seu dinheiro para as suas próprias necessidades imediatas, por exemplo vestuário, tabaco, ou bebidas frescas.⁽¹⁷⁾

Eles não se sentem obrigados a dar uma contribuição regular e fixa para o orçamento da família, e não fornecem às suas mulheres nenhuma informação sobre a sua situação financeira⁽¹⁸⁾; pelo contrário, exigem destas dinheiro para custear as suas despesas pessoais. De todas as mulheres por nós entrevistadas, só duas declararam que podiam custear as suas despesas domésticas com as contribuições dos seus maridos; muitas não o podiam fazer nem sequer numa pequena parte. As esposas dos funcionários, exceptuando uma, afirmaram que não conheciam o montante dos salários dos seus maridos e que estes só ocasionalmente ou nunca contribuíam para as despesas familiares.

As mulheres podem fiar-se também cada vez menos na ajuda dos seus filhos; pelo contrário, estes representam uma carga para o *fogão*. Apesar do forte êxodo, formou-se um número importante de jovens desempregados, sub-empregados ou empregados sazonais. Para isso contribuiu a tendência de enviar os filhos para a escola por períodos muito longos. Eles faltam essencialmente como força-de-trabalho agrícola e depois devem ser sustentados durante muitos anos pelas suas famílias, sobretudo pelas suas mães, porque um jovem com formação escolar quase nunca regressa à agricultura de subsistência. Contudo, faltam outros postos de trabalho não agrícola adequados.⁽¹⁹⁾ Por essa razão emigram também cada vez mais jovens de outras etnias e não somente da etnia manjaca, que é a etnia tradicional de emigrantes. Esse é também o caso de funcionários

com posto fixo de trabalho e uma boa formação mas cujo salário não é suficiente para sustentar as suas famílias e/ou para as suas próprias necessidades. Segundo a afirmação das mulheres, os maridos ou filhos emigrados não mandam ou só irregularmente enviam dinheiro para a família; por essa razão, as mulheres devem produzir uma parte cada vez mais importante das receitas familiares.

O futuro económico incerto dos jovens reduz também as possibilidades futuras das jovens, que são as suas esposas potenciais. Isso favorece a actividade agrícola independente das jovens mas também o êxodo e a emigração femininas. Com a monetarização da vida e a crescente pressão que representa a necessidade de ganhar dinheiro, a prostituição torna-se cada vez mais importante. Na região de Cacheu a equipa do INEP foi informada que há mulheres de etnia manjaca que enviam as suas filhas para o Senegal, para trabalhar temporariamente como prostitutas.⁽²⁰⁾ Também a cidade de Bissau constitui um dos destinos. Nesta época de SIDA as consequências reflectem-se, com efeito, numa taxa regional de infecção particularmente alta.⁽²¹⁾

Em suma, o PAE favoreceu uma situação paradoxal: as mulheres encontram-se cada vez mais sobrecarregadas, particularmente por causa das más condições climáticas e higiénicas, enquanto os homens estão, em geral, cada vez mais sub-empregados. Esta sobrecarga das mulheres é uma das razões do seu mau estado de saúde, da sua malnutrição, da sua alta susceptibilidade às epidemias e da alta mortalidade materna.⁽²²⁾

TESE IV:

De facto o governo, através da sua política agrícola, apoia o afastamento dos homens da agricultura de subsistência e promove assim a desigualdade de encargos entre os dois sexos.

O PAE devia conduzir à modernização da agricultura de subsistência na Guiné-Bissau. Assim, os rendimentos deviam ser aumentados e a agricultura devia tornar-se atractiva também para a população masculina. Contudo, a política agrícola é de facto ainda caracterizada pela discrepância entre a prioridade nominal do sector primário — que tem como objectivo a autosuficiência alimentar, pelo menos a independência no abastecimento de produtos alimentares de base como o arroz, o milho miúdo, o milho — e a negligência efectiva da agricultura de subsistência. Os programas com o objectivo de reduzir os custos de produção e assim aumentar os rendimentos dos camponeses foram realizados até agora só

de maneira rudimentar. Os rendimentos da agricultura de subsistência são limitados e isso torna-a cada vez menos atractiva para os homens, que deixam então as mulheres com a carga do fornecimento dos alimentos através do cultivo ou da compra no mercado. Isto é válido sobretudo para o arroz como alimento de base.

O governo favorece, através da sua política de importação do arroz, a transferência da responsabilidade do abastecimento do *fogão* para as mulheres. O preço do arroz no mercado livre desempenha um papel muito importante nas despesas do *fogão*.

Em todas as regiões da Guiné-Bissau, excepto as do sul, há um défice de arroz que é coberto cada vez mais pelo mercado livre, quando o arroz não é conseguido através da troca com a castanha de cajú, em que a relação é fixada pelo Estado.

O governo da Guiné-Bissau conseguiu sempre obter grandes quantidades de arroz no mercado mundial: esse arroz foi fornecido gratuitamente através da ajuda alimentar internacional, ou vem hoje dos países com excedentes para o país a preços inferiores aos custos de produção do arroz produzido localmente. Como resultado disso, os comerciantes não compram o arroz aos camponeses das regiões excedentárias.⁽²³⁾ Isto acontece apesar de esta tendência estar directamente em contradição com a intenção declarada do governo de promover a produção local de arroz e tornar o país independente das importações de arroz.⁽²⁴⁾

A oferta de arroz é hoje excessiva em todos os mercados. Todas as entrevistadas disseram-nos que têm de utilizar uma parte dos seus rendimentos da venda de legumes, frutos e outros produtos para comprar arroz para o seu *fogão*. Assim os homens são dispensados da tarefa de cultivar ou de comprar o arroz.⁽²⁵⁾

Para ganhar o dinheiro necessário, muitas mulheres começaram a praticar intensamente a horticultura ⁽²⁶⁾ para o consumo urbano, sobretudo em Bissau.

A horticultura é praticada durante a estação seca em pequenos jardins irrigados, muito perto das casas, pois as mulheres estão ocupadas durante a estação das chuvas com a cultura do arroz ou dos outros cereais, da mancarra, tubérculos, etc..

Os pequenos camponeses do sexo masculino não participam na horticultura; podem eventualmente entrar na fruticultura só quando esta é orientada para o mercado.

Em Tombali, uma província fértil do sul, a fruticultura também é apoiada por cooperativas de mulheres; estas lutam todavia com grandes dificuldades.

TESE V:

Apesar das suas múltiplas actividades, as mulheres não conseguem ultrapassar os limites da pobreza; o nível de vida do fogão move-se permanentemente em torno do mínimo vital. O PAE é orientado para a economia masculina e não tem como objectivo a supressão dos limites estruturais da actividade das mulheres e a extensão da sua margem de acção.

Partindo do facto de que as mulheres da Guiné-Bissau produzem uma parte cada vez mais importante do rendimento rural, o governo e os responsáveis internacionais do PAE deveriam ter um interesse fundamental na extensão dos limites estruturais da economia feminina. Estes encontram-se na organização tradicional da economia e da família, assim como na falta de apoio pelos responsáveis da planificação económica.

O baixo grau da divisão horizontal e vertical do trabalho

A organização do trabalho das mulheres, tanto na família como fora da casa, está ligada à organização familiar, por isso a divisão do trabalho é rudimentar e pouco efectiva. Não são visíveis as vantagens da racionalização resultantes da divisão intersectorial e hierárquica do trabalho. Estes limites estruturais são reforçados por um sistema característico e igualitário de normas — nos grupos islamizados, exigido pela religião e controlado pelos chefes de família — através do qual a ambição individual e a competição entre as mulheres são avaliadas negativamente.

A organização do trabalho das mulheres, por exemplo na busca de água, na horticultura e no comércio, é horizontal; isso quer dizer que muitas mulheres trabalham juntas, ao mesmo tempo que cada uma no grupo executa a mesma tarefa.⁽²⁸⁾ Mesmo entre várias esposas de um homem não há em geral nenhuma divisão do trabalho mas sim uma rotação do trabalho — cada mulher faz o mesmo trabalho mas em dias diferentes. Nas entrevistas foi-nos informado que cada mulher cozinha a sua comida, e ainda, consoante a etnia, para uma pequena ou grande família, e por exemplo para as outras mulheres (cumbossas) e as suas crianças. Cada mulher lava o seu próprio terreno e cultiva legumes, cada uma vai ao mercado e compra produtos e cada uma oferece os seus produtos no mercado. Chega-se muito raramente à divisão vertical do trabalho, em que as actividades tanto sectorial como hierarquicamente se completam e organizam. Este tipo de divisão do trabalho efectua-se mais

facilmente entre as mães e as filhas, e por isso estas últimas representam uma ajuda importante para as mulheres produtoras e comerciantes. Elas cuidam das crianças mais pequenas enquanto as mães trabalham na horta ou estão no mercado; elas vão buscar água enquanto as mães cozinham, etc. Do baixo nível da divisão orgânica do trabalho resultam grandes perdas de tempo, que constituem a principal razão da baixa eficiência sobretudo da organização do comércio.

O PAE reforça os efeitos desta limitação tradicional da iniciativa feminina quando ele as exclui dos incentivos à iniciativa comercial individual, como por exemplo no caso da concessão de créditos e da formação de cooperativas.

O carácter limitado do sector mercantil feminino e a ineficiência do sistema comercial e de transporte

Outros factores de desvantagem estrutural para as mulheres que são reforçados pela PAE têm as suas raízes menos na estrutura social tradicional do que no carácter limitado de sectores de mercado e na ineficiência do sistema feminino de transporte. Na Guiné-Bissau o mercado é dividido em duas partes: os produtos importados e por atacado são vendidos pelos homens, enquanto que os de produção local e a retalho são oferecidos no mercado pelas mulheres. No ramo do comércio pode-se observar a mesma divisão sexual do trabalho que no ramo da produção, e só para alguns produtos existe uma interferência no mercado. Os homens oferecem produtos tais como cigarros, pilhas, fósforos, nozes de cola, bebidas, etc., em caixas ou latas importadas, a uma clientela mais ampla. Os homens sobretudo, mas também as mulheres, são clientes, por exemplo, do cada vez mais lucrativo sector de «roupas usadas» e das lembranças para os turistas. Em geral, o mercado dos vendedores masculinos é não só maior mas a sua clientela detém também como grupo um maior poder de compra.

As mulheres oferecem sobretudo alimentos preparados por elas, legumes e frutas nos pequenos mercados rurais, muitas vezes de maneira informal, sob um mangueiro. Este negócio é, para as mulheres, a principal possibilidade de obtenção de rendimentos. Segundo os nossos resultados, os seus lucros são contudo muito limitados, porque a sua clientela é demasiado reduzida e tem um poder de compra muito baixo.⁽²⁹⁾ Através do PAE alargaram-se as possibilidades de revenda dos produtos comprados no mercado a preços mais altos e em quantidades mais

pequenas. Devido aos numerosos intermediários, as quantidades de produtos tomam-se, do comércio em grosso, passando pelo retalhista, até ao consumidor final, mais pequenas e os preços mais altos. Também aqui os lucros são contudo limitados, pois os clientes das mulheres são sobretudo mulheres, as quais se encontram entre si tanto na situação de vendedoras como de clientes, de forma que, por um lado, obtêm lucros através da venda de produtos comprados ⁽³⁰⁾ e, por outro lado, são vítimas dos altos preços dos produtos vendidos a retalho. ⁽³¹⁾ As mulheres só conseguem entrar com poucos produtos, como frutas, pastéis por elas produzidos, sumo de frutas, sandes, pão, etc., no mercado masculino com maior poder de compra.

Os baixos lucros são além disso uma consequência da fraca divisão do trabalho que existe também na organização do comércio, isto é nos transportes, no controle e na venda dos produtos. ⁽³²⁾ Em geral as vendedoras nos mercados locais são muito mais numerosas do que os clientes. Muitas mulheres sentam-se juntas e cada uma oferece os mesmos produtos, mas há poucos clientes para atender. ⁽³³⁾ Porém, por vezes as mulheres ligam também a sua actividade no mercado aos cuidados das crianças, e satisfazem outras necessidades sociais. Além disso, as mulheres podem descansar; em suma, as mulheres subestimam desta maneira o valor da sua força de trabalho. Contudo, existe uma certa divisão interétnica do trabalho na Guiné-Bissau. A horticultura por exemplo é considerada uma especialidade das mulheres mancanhas, e as mulheres manjacas que não praticam a horticultura para venda, vão comprar os legumes nos grandes mercados das regiões mancanhas e vendem-nos em pequenas quantidades em tabancas manjacas. Há outros exemplos da divisão interétnica do trabalho feminino; ela deu-se naturalmente e não foi desenvolvida de forma sistemática.

Em geral as actividades económicas das mulheres são limitadas pelo seu baixo nível de educação formal e pela falta de organizadoras competentes e reconhecidas. A vinculada exigência de igualdade não é além disso útil para a formação de uma eficiente estrutura de organização, apesar de esta sempre pressupor uma certa hierarquização.

Isso dificulta sobretudo a racionalização dos transportes: nas pequenas povoações as mulheres transportam os produtos à cabeça para os mercados mais grandes e deslocam-se em geral com meios de transporte privados, camiões ou pequenos veículos, as chamadas «candongas» ou «transportes mistos». As mulheres levam consigo tantos produtos quantos podem pagar, pensam poder vender e/ou podem transportar. Este modo de transporte é não só fatigante mas também, caro e ineficaz. ⁽³⁴⁾ A

união das mulheres permitiria comprar em quantidades maiores e talvez mesmo alugar meios de transporte, mas pressuporia um nível mais alto de planeamento comum.⁽³⁵⁾ Todos os comerciantes, tanto homens como mulheres, queixam-se principalmente da ineficiência do sistema de transporte; esta é frequentemente também objecto de novos estudos internacionais. Segundo os nossos resultados, a situação das mulheres não melhorou através do PAE.

TESE VI:

As organizações internacionais e os projectos de desenvolvimento contribuíram para minar a solidariedade entre os dois sexos, porque dão aos homens a oportunidade de «deitar a mão» aos financiamentos para o desenvolvimento e, assim, através deles, se tornarem independentes da agricultura.

Como nos outros países, também na Guiné-Bissau as organizações internacionais de desenvolvimento influenciaram negativamente a repartição das responsabilidades económicas entre os dois sexos. Os financiamentos introduzidos no país através dos projectos de desenvolvimento beneficiaram na sua totalidade preponderantemente os homens.

Na agricultura, sobretudo a produção mercantil orientada para os homens foi promovida pelas grandes organizações internacionais, e mesmo quando se trata de produtos tradicionalmente cultivados pelas mulheres, e através disso se provocou modificações na tradicional divisão sexual do trabalho em detrimento das mulheres.

O sucesso da maioria dos projectos agrícolas é apreciado hoje com certas reservas e os mais cénicos poderiam ver o efeito principal destes projectos no facto de terem dado oportunidade aos homens que se encontram ligados aos mesmos, através da criação de numerosos postos *white-collar* na sua burocracia, para se tornarem independentes da agricultura tradicional. Através dos postos de trabalho oferecidos nestes projectos, e da utilização dos meios de transporte e outras infraestruturas e instrumentos, muitos homens puderam aumentar consideravelmente o seu nível de vida pessoal, enquanto que as mulheres foram em geral excluídas dessas possibilidades.⁽³⁶⁾

Tomando como exemplo os projectos citados no diagnóstico regional 1988-1989 para a região de Gabú pode-se demonstrar os benefícios ligados especificamente ao sexo: dos 22 projectos citados, 10 dizem respeito a infraestruturas gerais no sector da educação, da saúde e do

abastecimento de água. Estes beneficiam a população no seu conjunto, mas talvez proporcionalmente mais as mulheres e as crianças.

Do que se pode deprender, dos outros 12 projectos, só um é especificamente orientado para as mulheres.⁽³⁷⁾ Dois projectos contêm pelo menos uma componente feminina, o projecto do *Weltfriedensdienst* (WFD) e um sobre o arroz. Um outro projecto sobre o arroz é fortemente criticado por um investigador do INEP, por divulgar a tracção animal entre os homens com vista ao aumento da produção de arroz numa região fula, apesar de nessa etnia serem as mulheres que cultivam o arroz nos *bas-fonds*.⁽³⁸⁾ Três pequenos projectos de apicultura beneficiam igualmente as mulheres e os homens.⁽³⁹⁾

Um projecto integrado antigo e muito custoso orienta-se expressa e exclusivamente para os homens: aumento da produção de mancarra e de algodão para o mercado através da tracção animal. De facto, este projecto teve como consequência o aumento da carga de trabalho das mulheres.

O domínio dos homens demonstra-se também nos postos de trabalho criados pelos projectos: dos 440 postos⁽⁴⁰⁾, no máximo 23 são, na melhor das hipóteses, ocupados por mulheres.

A composição sexual dos assistentes técnicos estrangeiros é aliás igualmente unilateral.⁽⁴¹⁾ Também a pesquisa agrícola tratou mais do melhoramento dos produtos classicamente masculinos do que de problemas como a horticultura.

As horticultoras por nós entrevistadas queixaram-se frequentemente da falta de sementes, das pragas e doenças que atacam as suas plantas, da lixiviação do solo, e de que, apesar disso, nenhuma organização se interessa pelos seus problemas.

Portanto, também os projectos adaptaram-se fortemente à tradicional e específica divisão sexual do trabalho quando esta diz respeito às actividades masculinas, mas romperam esta divisão quando as actividades até aqui femininas, como por exemplo a produção do arroz nas depressões da região leste, são definidas agora pelos grandes projectos como actividades masculinas.

Apesar destes impedimentos as mulheres nas regiões rurais da Guiné-Bissau estão em geral dispostas a cooperar com os projectos, como por exemplo na formação de cooperativas.

Isto é válido na verdade sobretudo nas etnias em que as mulheres dispõem de terrenos pessoais, enquanto naquelas em que as mulheres não têm acesso a terra, a criação de cooperativas de produção efectua-se dificilmente.⁽⁴²⁾

TESE VII:

Uma redefinição da posição da mulher na economia e na sociedade é necessária para ultrapassar a crise económica e social em que a maior parte das mulheres rurais da Guiné-Bissau se encontram. As mulheres como membros de família, sujeitos da economia e cidadãos nacionais têm que adquirir uma posição independente, ter os mesmos direitos e igual acesso aos recursos nacionais do que os homens.

Um novo ponto de partida na política do governo e das organizações de desenvolvimento em benefício das populações rurais só poderá ser encontrado depois de reexaminar profundamente a atribuição dos deveres e direitos dos homens e das mulheres no sentido de uma maior liberdade e igualdade individual também para as mulheres. As mulheres devem usufruir por muito tempo os mesmos direitos e condições prévias de organização para poderem realizar actividades de produção e investimento como os homens. A dominação masculina nas grandes famílias leva a que, através dos homens de um grupo familiar, seja exercida uma pressão constante sobre as mulheres para que ponham os seus recursos até ao esgotamento total à disposição do grupo familiar. As mulheres não estão jurídica, social nem moralmente em condições de exercer a mesma pressão sobre os membros masculinos do grupo familiar. Nas famílias polígamas o interesse do grupo familiar consiste em manter muito baixas as diferenças económicas entre as mulheres, e encorajar contudo, ao mesmo tempo, a concorrência entre elas. Através destes mecanismos impede-se o desenvolvimento de um nível mais elevado da divisão vertical do trabalho entre as mulheres e dificulta-se-lhes extraordinariamente a constituição de poupanças e o desenvolvimento de uma consciência sobre a necessidade de formação de um capital de investimento. As mulheres por nós entrevistadas de forma geral não eram capazes de dizer quanto foi o seu ganho no último ano nem de descrever em pormenor as despesas realizadas. Isso não aconteceu no caso dos homens.⁽⁴³⁾ Em geral foi-nos relatado que com as receitas das vendas compraram-se bens de consumo, e nomeadamente logo depois de receber o dinheiro. Este comportamento é racional, porque assim retira-se aos homens a possibilidade de apoderarem-se do dinheiro, e assim não tem lugar qualquer perda derivada da inflação; contudo, ele impede uma planificação a longo prazo das actividades produtivas. As mulheres estão ligadas à organização e ao ritmo de trabalho dos membros masculinos da família, já que trabalham não só, e nem sequer em primeiro lugar, nos seus próprios campos, mas sim nos campos familiares. Elas muitas vezes

não se consideram como produtoras individuais e elementos do mercado, que produzem uma mais-valia que investem de seguida, mas sim como mães de família, que querem com o seu trabalho sustentar as suas crianças.⁽⁴⁴⁾

Uma outra razão da limitação das possibilidades económicas das mulheres é a insegurança jurídica e a descontinuidade das suas propriedades em terras.

Com o casamento, cada mulher muda de família e de local de residência; o seu acesso à terra só é possível através do marido ou da família deste. Já que no direito tradicional da maioria das etnias a mulher não tem nenhum direito legítimo à herança, a sua família não tem obrigação de pôr um terreno à sua disposição, e com a morte do seu marido ela perde muitas vezes o acesso à terra na sua nova família. As organizações de mulheres exigem a modificação das leis sobre sucessão, com vista à total igualdade de direitos.⁽⁴⁵⁾

Oxalá que a iminente democratização da vida política na Guiné-Bissau crie estruturas que habilitem a longo prazo também as mulheres a lutarem por uma maior igualdade social e económica e a terem maior direito de decisão nos seus próprios assuntos. Isso parece-nos uma condição essencial para um aumento geral da produção agrícola na Guiné-Bissau.

(Tradução de Abílio Rachid)

NOTAS

- (1) Ver Banco Mundial, 1989 e Segunda Conferência das Nações Unidas, 1990.
- (2) Ver Carlos Lopes, *Diagnóstico*, 1988, P. 243.
- (3) Ano do último recenseamento da população.
- (4) Ver Carlos Lopes, *Diagnóstico*, 1988, P. 236.
- (5) Tratava-se de mulheres mancanhas e manjacas na região de Cacheu, fulas e mandingas na região de Gabú e balantas nas regiões de Quínara e Tombali.
- (6) Em regra falávamos com uma mulher de cada vez e ocasionalmente também com várias.
- (7) O meu objectivo não foi a selecção de um grupo de mulheres rurais representativo no sentido estatístico, por isso as mulheres jovens estão sub-representadas e a repartição geográfica e étnica não corresponde à média.
- (8) Em dois casos em que as entrevistadas não dominavam esta língua, uma mulher jovem serviu de intérprete.

- (9) Esta é também a unidade de análise do «inquérito ligeiro», a mais recente e extensa análise da actividade produtiva e de consumo das famílias financiada pelo Banco Mundial e realizada ao mesmo tempo em outros países.
- (10) Ver o estudo da Diana L. Handem, Carlos Rui Ribeiro e os dois estudos de Ana Maria Delgado e Raúl Fernandes; todos foram realizados pelo INEP.
- (11) Ver *Etude Socio-économique de Biombo*, Junho 1989, seguidamente citado como «Estudo de Biombo».
- (12) Esta opinião é novamente acentuada por Diana L. Handem nos seus estudos sobre a situação das mulheres da Guiné-Bissau.
- (13) Este modelo geral varia de uma etnia para outra.
- (14) Ver entre outros os estudos do INEP, e em geral sobre a África *Women and Agriculture in Africa*, Banco Mundial, 1989.
- (15) No estudo do Biombo fala-se de uma «desestruturação e reestruturação» da sociedade pepel que abalou a base desta sociedade (Estudo de Biombo, 1989, P. 46). Carlos Rui Ribeiro fala dos problemas condicionados pelo clima para a produção do arroz, os quais teriam provocado a emigração dos balantas para o sul, a dos manjacos para o estrangeiro e a dos pepéis para Bissau. Neste último caso trata-se sobretudo dos homens (ver Rui Ribeiro, 1988, p. 4).
- (16) O salário dos funcionários na Primavera de 1991 situava-se entre 35 000 PG e 175 000 PG, com 3 000 PG=1 US\$, portanto aproximadamente entre 12 a 58 US\$.
- (17) O abastecimento destes produtos melhorou consideravelmente também nos mercados rurais (ver Magnus Alvesson, 1990, p. 6).
- (18) Nas famílias dos funcionários a proporção da contribuição do homem e da mulher no orçamento familiar modificou-se também porque os funcionários já não são aprovisionados com grandes quantidades de arroz a baixos preços ou em forma gratuita pelos seus ministérios, como antigamente.
- (19) Ver Aguilar 1991, p. 54. Evidentemente que as mulheres consideram menos os seus filhos como uma carga económica do que os seus maridos, porque na região de Quínara, uma porta-voz da organização das mulheres informou-nos que várias mulheres não se zangavam quando os seus maridos se instalavam em Bissau porque assim elas conseguiam organizar melhor as suas economias.
- (20) Com isso as mães prosseguem aparentemente uma longa tradição, pois uma prostituição institucionalizada das jovens manjacas em Bissau nos fins do século passado já é mencionado por António Carreira. (Cp. A. Carreira 1961a, p. 47).
- (21) Informação dada à equipa do INEP por um médico francês que organizou em Caió, na província de Cacheu, um centro de estudos sobre a SIDA.
- (22) Cp. Diana L. Handem 1989, p. 27; II Congresso da UDEMU, 1988; Gouvernement de la Guinée-Bissau/UNICEF, 1988, p. 35 e segs.

- (23) Segundo informações dadas em Abril de 1991 por uma representante da empresa Stenaks, cujo objectivo é a compra de arroz no sul e a sua venda em Bissau, e também da representante de um projecto para a promoção da produção dos pequenos camponeses.
- (24) Há vários grandes projectos que se ocupam do aumento da produção nacional de arroz e que são financiados por China, FAO, USAID, CEE e outras organizações.
- (25) Embora as estatísticas oficiais mostrem um aumento constante da produção do arroz nestes últimos anos, elas são cada vez mais postas em dúvida (Cp. Aguilar/Zeján, p. 53, que falam de uma forte redução das superfícies de produção).
- (26) Tomate, cebola, pimento, pepino, abóbora, etc.
- (27) Cp. Diana L. Handem, 1989, p. 27. Ela fala da falta de meios de transporte e de capacidade de armazenamento e comercialização.
- (28) A divisão de trabalho considerada por nós como «horizontal» é designada por Emile Durkheim como «mecânica» enquanto que a divisão «vertical» do trabalho corresponde àquela que ele designa como «orgânica».
- (29) Os preços dos produtos são na verdade relativamente altos, do mesmo modo que os custos por unidade. Isso é particularmente sublinhado por José F. Fonseca (Cp. VI ENTA, 1989).
- (30) Por ex. óleo de palma em pequenos frascos, manteiga por colher ou margarina em cubos, um quarto até metade de uma cebola, um pimento etc.
- (31) Há uma grande polémica contra os altos lucros das revendedoras. Ela é menos orientada para as altas margens de lucro do que para as altas margens comerciais.
- (32) No mercado de Buba, ao sul do rio Geba, encontrámos mulheres que tinham partido de Bissau à noite com 15 Kg de peixe, tendo pago muito dinheiro pelo transporte de jangada e pela continuação da viagem num veículo de transporte Peugeot, e que ainda assim chegaram demasiado tarde para poder vender as suas mercadorias com lucro.
- (33) No mercado de Gabú observámos ao longo de cerca de 100 metros de estrada, 69 vendedoras de mangas, das quais só três estavam efectivamente ocupadas a vender.
- (34) No estudo de Biombo faz-se referência a um grupo de mulheres da mesma família que apanhavam ostras em conjunto. Uma das mulheres de cada vez vendia-as em Bissau e ficava com todo o lucro, de tal modo que se criou não só um efeito de racionalização mas também um certo capital de investimento (Cp. Estudo de Biombo, p. 80).
- (35) Há um projecto de «estímulos para os pequenos produtores», que segundo a informação de uma colega de trabalho, tem como objectivo o melhoramento da situação dos transportes especialmente para as mulheres.
- (36) Através dos projectos os homens têm acesso a importantes novos meios de transportes, principiando pelas carroças puxadas por burros até aos camiões e bicicletas, cujo acesso foi vedado até hoje às mulheres. Também o arado e a tracção animal foram distribuídos

aos agricultores masculinos. Os postos de trabalho criados pelos projectos de desenvolvimento são sobretudo orientados para os homens.

- (37) Abastecimento de lenha e fogões melhorados.
- (38) Cp. Carlos Rui Ribeiro 1988, p. 18 e segs.. Não se tomou em consideração a possibilidade de pôr arados à distribuição das mulheres; em geral os homens utilizam o arado não para o cultivo do arroz mas para as suas culturas de mercado.
- (39) As mulheres transformam a cera de abelha em velas.
- (40) Típicos são por exemplo os postos na administração dos projectos como condutor, artesão, conselheiro agrícola, etc..
- (41) Cp. *Diagnóstico Regional*.
- (42) Cp. M.C. Abrantes e outros, 1987, p. 4.
- (43) Na província de Tombali, os camponeses tradicionais do sexo masculino entrevistados podiam dar informações exactas sobre as suas receitas e despesas sobre um período de até três anos. (Cp. Alvesson, 1990).
- (44) Certamente é de pensar que noutros países da África Ocidental como o Togo, o Ghana e a Nigéria as mulheres têm no comércio uma posição muito mais forte do que na Guiné-Bissau e que nesses países elas conseguiram entrar no comércio grossista com produtos importados e criar as suas próprias empresas de transporte.
- (45) Cp. as resoluções do II Congresso da UDEMU de Dezembro de 1988 e os diferentes estudos de Diana Lima Handem, em que este aspecto é particularmente sublinhado.

OS CONCEITOS DE ETNIA E CLASSES SOCIAIS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE À REALIDADE AFRICANA*

Uma articulação estreita entre as etnias e as classes sociais, enquanto partes de um mesmo processo onde as divisões decorrentes das primeiras vêm ocultar e matizar as contradições das segundas.

Carlos Franco Liberato

Introdução

O objectivo deste trabalho é realizar uma primeira aproximação do conceito de etnia no que concerne às sociedades africanas e da relação deste conceito com o fenómeno da formação de classes sociais nessas sociedades. Não se pretende esgotar aqui qualquer discussão, mas efectuar um exercício de compreensão da ideia teórica a partir do estudo das suas formas de utilização e da sua história enquanto conceito.

A abordagem utilizada incidirá sobre o caso africano em geral, sem se deter em diferenças locais no continente, já que não se enquadra nos limites deste trabalho uma comprovação com exemplos específicos. A

* Trabalho realizado no âmbito do seminário orientado pelo Professor Yarisse Zocizoum no Centro de Estudos de Asia e Africa de [3] Colegio de México.

perspectiva, conforme aos objectivos, será histórica e com um alcance de longa duração, a fim de apreender as linhas gerais do processo de construção do conceito em questão.

No que concerne ao uso de outros conceitos, importa esclarecer que ao falar dos Estados africanos que após a independência optaram por um posicionamento no sistema capitalista como áreas periféricas, será empregado o termo “neocolonial”. Esta opção deve-se ao facto de entender que, ainda depois do fim do domínio colonial directo, neles se mantiveram as estruturas básicas de dominação e dependência económica, cultural e política em relação às antigas metrópoles ou a novas metrópoles. Quer dizer, nalguns destes casos o processo de descolonização não foi completado, pelo menos satisfatoriamente.

Como última observação introdutória, é de assinalar que as fontes utilizadas neste trabalho correspondem não apenas à bibliografia citada mas também a apontamentos dos debates havidos no decurso das sessões do seminário que lhe deu origem.

A questão étnica no discurso científico

A discussão da questão étnica, no caso dos estudos africanos, tem sido uma constante na produção académica da segunda metade deste século e desenvolveu-se particularmente a partir das independências, quando os Estados africanos na luta pela sua formação tiveram que enfrentar a realidade do problema.

O facto de a questão étnica ter vindo a ser mais discutida a partir dos anos 50 não quer dizer que o termo não existisse antes, mas é a partir dessa altura que as ciências sociais que se interessam por África passam a colocá-la mais claramente como um problema a ser assumido pelos governos e também como um tema de investigação digno de atenção particular.

No discurso científico sobre os conflitos internos dos países africanos durante o período colonial, bem como no próprio discurso do governo colonial, o elemento étnico ocupava uma posição central. Este elemento explicava, para estes discursos, uma série de dificuldades encontradas pelo próprio poder colonial para afirmar o seu domínio sobre todo o território e assinalava a incapacidade dos africanos para avançarem para uma unidade própria. Para este tipo de discurso, o problema das divisões étnicas constituía mais uma característica do atraso das sociedades africanas que deveria ser combatida através de uma política que condu-

zisse à unificação à volta de um governo central mais “evoluído” e capaz de situar-se por cima das diferenças étnicas.

Durante as lutas de libertação e a partir das independências, esta questão passou a significar ainda mais do que isso: era a própria razão das dificuldades para avançar num processo de ruptura dos laços coloniais e do atraso provocado pelas políticas divisionistas das potências. O Estado que começa a formar-se neste período herda assim o problema étnico da fase colonial e começa a combatê-lo a nível do discurso, utilizando neste combate argumentos muito similares ao do colonizador que o precedera: a necessidade de romper os laços tribais, o atraso que eles representavam, a importância da unidade à volta do Estado.

Tanto o discurso científico sobre o tema como o dos governos são produtos de uma longa tradição antropológica e etnológica que se apropria do termo para designar aquelas sociedades «desconhecidas» que são objecto de interesse por parte das potências europeias do séc. XIX. A própria antropologia como ciência é fruto da necessidade de explicar estas realidades, nomeá-las, classificá-las e sobretudo fazer desta explicação, destes nomes, destas classificações, um facto científico e portanto a ser tomado como dado irrefutável a partir do qual toda a relação com estes grupos seria estabelecida.

Os parâmetros que esta ciência ocidental e colonizante utilizava eram os da sua própria história do conhecimento. Ou seja, é a partir de um modelo europeu de Estado-nação que são vistos por contraste os modelos políticos africanos e que se lhes imprime o selo da diferença. Esta diferença é vista como algo de inferior, de atrasado no panorama evolutivo das sociedades humanas. Assim, as reflexões teóricas e os estudos sobre o conceito de etnia e outros a eles associados tais como os de tribo, raça, povo, passam a ser frequentemente designados por expressões carregadas de um significado depreciativo, como tribalismo, etnicidade, regionalismo.⁽¹⁾

Quando alguns estudos passam a questionar o qualificativo de atrasado em relação às sociedades africanas, a questão das etnias já é uma realidade interiorizada tanto na própria organização sócio-política de África como no discurso dos governos coloniais sobre o tema dos «problemas» de África. Isto é, o discurso colonial pretende colocar-se como um elemento fora da questão e a partir de uma série de estudos científicos característicos do período que vai dos anos 40 aos 60, inclusive convencer da necessidade de um poder dirigente «externo» aos problemas étnicos para levar adiante o processo de evolução das sociedades africanas.

Dessa forma, vinculou-se o problema das divisões étnicas nas sociedades africanas ao atraso cultural e político destes grupos humanos. É a partir dos anos 60 que tentativas de construir um saber científico independente para sociedades independentes em África que se começa a discutir a validade do conceito, observando a própria história da sua utilização e sobretudo a história da sua elaboração enquanto realidade teórica que passa a ser de facto uma realidade político-social. Estas tentativas são herdeiras de um movimento que parte da intelectualidade europeia mais progressista no que concerne aos estudos africanos, que elaborou uma vasta produção científica a partir de investigações de campo e de toda uma discussão teórica nos anos 50, com os trabalhos de Evans-Pritchard, Max Gluckman, Basil Davidson, Balandier, Deschamps, entre muitos outros.⁽²⁾

No entanto, quer as visões científicas de tipo progressista, quer aquelas comprometidas com uma óptica marxista, enfrentam o problema teórico e político da formação de um Estado nos países africanos em processo de independência face à diversidade étnica. E, para além das diferentes formas através das quais estes discursos científicos propõem solucionar a questão étnica, chega-se à constatação da sua existência não como uma mera criação colonial que desapareceria com a independência oficial e a união à volta de uma nova «nação», mas como um elemento actual a ser trabalhado. É assim que o discurso científico toma a centrar-se no problema étnico, com novas perspectivas.

Observa-se assim como o discurso científico construiu uma categoria da qual o discurso político veio apropriar-se e que veio a transformar-se profundamente em linha directriz das políticas coloniais e neocoloniais. Isto porque não apenas a discutida instabilidade política actual dos países africanos, acompanhada por uma série de casos de ditaduras oligárquicas e de poder pessoal, como também os sistemas de dominação mais sofisticados — como o do *apartheid* — extraíram o seu arsenal teórico da questão étnica e manipularam-na até aos nossos dias. Quer dizer, o problema não está ultrapassado nem do ponto de vista teórico nem do político, e é preciso estar atento aos conceitos em jogo ao realizar qualquer tentativa de estudo sobre as sociedades africanas.

A produção do conceito de etnia

A palavra *etnia*, segundo Paul Mercier, surge em finais do séc. XIX como vocábulo específico na Europa.⁽³⁾ Nesse momento começa a ser

utilizada para diferenciar a forma de referir-se aos chamados grupos nacionais, colocando estes num escalão superior da evolução social. Ao mesmo tempo, a ideia de etnia estava muito vinculada ao conceito de tribo, de uso ainda mais corrente quando se tratava de fazer menção às divisões das sociedades não organizadas em Estados de tipo europeu.

Etimologicamente ela provém do grego *ethnikós*, que significava grupos humanos com uma forma de organização baseada em estruturas de tipo familiar com uma base económica e social comum.⁽⁴⁾ A sua utilização pela Antropologia acrescentar-lhe-á pouco a pouco outros significados sobre esta base, de tal maneira que se chega a criar um ramo do conhecimento sobre estes grupos ditos étnicos, a Etnologia. Este tipo de estudo (etnológico) afirma-se e constrói-se sobre uma série de trabalhos directos com as sociedades: os trabalhos etnográficos.⁽⁵⁾

Na verdade, o conceito etnia é o resultado de uma construção teórica e política: tanto vai sendo elaborado conforme é utilizado pelo discurso científico, como se vai tornando uma realidade a partir de uma série de estratégias, criadas pelo Estado colonial, para o cristalizar e reproduzir, em particular no continente africano durante o presente século. Assim, a definição deste conceito é tanto o fruto da elaboração dos cientistas sociais como o resultado de uma estratégia colonialista da construção de um facto concreto.

No entanto, dizer que as etnias são uma criação puramente colonial no que se refere a África não explica nem justifica o profundo enraizamento do problema. O poder colonial criou e estimulou a reprodução das questões étnicas, mas as divisões já existiam, as diferenças já existiam, as desigualdades já existiam. Aquilo que mudou foram as formas de relacionar-se com estas realidades e o tratamento da questão, tratamento esse que acabou por conferir novos significados ao termo.

Se tomarmos as definições seleccionadas por Jean-Loup Amselle no seu texto «*Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique*»⁽⁶⁾, observa-se que desde o trabalho de M. Fortes em 1945, passando pelos de F. Nadel em 1947 e de Moland em 1952, até o de P. Mercier em 1961, a definição de etnia implica a unidade cultural (de língua, costumes) e sobretudo um sentimento de pertença. Este sentimento teria raízes na crença num ancestral comum ou numa língua comum. Seria a partir desta reivindicação de um grupo como tal que os seus membros se diferenciariam do resto, marcando assim a sua característica «étnica».

As definições acima mencionadas merecem ser observadas com detenção. Isto porque, se por um lado a unidade da língua é um elemento chave na identificação de um grupo, ela não pode ser considerada uma

variável por si só. Particularmente no caso africano, verifica-se que existem línguas que, por serem historicamente utilizadas como meio de comunicação entre grupos de comerciantes e membros de caravanas, por exemplo, se tornam dominantes numa determinada região, e por isso não marca, necessariamente, uma unidade de grupo étnico. Do mesmo modo, o sentimento de pertença tanto pode existir durante longo tempo como pode ser criado numa situação de conflito ou necessidade de defesa (reforçando os laços de solidariedade ou criando-os), o que pode ter sido o caso no período colonial. Avançando um pouco mais no tempo com as definições, vemos que os trabalhos de G. Nicolas, Honingmann e Barth, dos anos 60 até aos princípios dos anos 70, também utilizam critérios tais como a língua, os costumes ou o território para definir as etnias. A rede de variáveis não mudava muito, e se observarmos estes critérios com atenção veremos que são praticamente os mesmos utilizados para definir uma nação; só que neste caso a etnia é como uma nação «rebaixada», «de segunda categoria».⁽⁷⁾ A ideia de nação, que surge na Europa no séc. XIV⁽⁸⁾, cresce e se desenvolve juntamente com a burguesia, sendo finalmente encaminhada em direcção ao Estado-nação-burguês; esta ideia não pode ser a mesma para os colonizadores e para os colonizados, de acordo com o discurso hegemónico. Era preciso diferenciar, segundo o caso, as escaramuças regionais na Europa — as reivindicações dos povos dos Balcãs, dos Bascos, dos Irlandeses — e os «tribalismos e problemas étnicos» em África.

O desenvolvimento dos estudos e investigações no período pós-independência, somado a um crescimento dos trabalhos críticos, sobretudo de alguns intelectuais marxistas, acerca do conceito da etnia, lança novas luzes sobre a discussão. Apesar de alguns teóricos marxistas ainda se encontrarem presos a um esquema de estádios evolutivos mecanicistas, outros procuraram aproximar-se da realidade e a partir dela extrair os seus conceitos e definições. Além dos marxistas, outros intelectuais com consciência crítica também realizaram trabalhos onde se tentava conhecer a questão étnica a partir de dentro e não de um preconceito já elaborado.

Estes trabalhos, muitos dos quais estudos de caso⁽⁹⁾, chegaram a questionar a própria existência de uma unidade étnica nestes grupos. Ao olhar para eles do seu interior, perceberam que a aparente homogeneidade poderia ser um erro de observação ou, mais ainda, a «invenção de um objecto — que tanto era objecto de estudo como de políticas estatais. A questão permaneceu para alguns como um desafio: seria o conceito de etnia uma produção no vazio? Ou ainda: seria a chamada «questão

étnica» uma criação dos saberes e poderes colonialistas para acentuar as divisões e sobretudo ocultar a contradição maior, aquela entre colonizados e colonizadores? Ou mais ainda: seria uma estratégia enganadora para mascarar os conflitos de classe emergentes? (Neste último caso a pergunta era dirigida especialmente aos Estados africanos neocoloniais).

As questões postas em debate, no entanto, não deram conta da amplitude das realidades africanas: os anos pós-independência foram cenário de muitos conflitos locais, de golpes e contragolpes de Estado, de enormes dificuldades em conseguir a construção de uma unidade nacional. Os problemas somaram-se: fronteiras que não correspondiam às relações sociais e políticas dos grupos, disputas entre grupos no interior da sociedade por uma hegemonia no aparelho estatal, desigualdades no acesso aos bens e a oportunidades, provocando rebeliões de tipo separatista — tudo isto estimulado e por vezes financiado pelas antigas potências coloniais.⁽¹⁰⁾

Ora, por um lado estava a constatação da realidade actual da etnia em África, como fenómeno vivo, onde inclusivamente as categorias de unidade cultural, linguística e territorial podiam ser observadas; por outro, a necessidade de matizar estes conceitos pela dinâmica dos mesmos grupos ditos étnicos que, diversos no seu próprio interior, recusam um enquadramento unificador cristalizante.

A produção e reprodução das realidades étnicas

As questões técnicas postas em debate pela ciência social acerca do conceito de etnia não conseguirão resposta se não se tomar em conta a criação da própria realidade a que se refere o dito conceito. Ou seja, é a história da produção das etnias como fenómeno social em África que explicará o conceito, pondo em questão a sua aplicabilidade. Mais uma vez, é a partir do estudo concreto da história de uma realidade que se chegará à definição dela própria.

As divisões entre os grupos e subgrupos humanos no continente africano obedecem a uma longa história de migrações e reacomodações nas diferentes regiões geoclimáticas, sob formas diversas de organização social. Durante este processo de movimento e fixação, eles travaram contactos, estabeleceram relações, foram criadas redes de solidariedade e de negócios, além de toda uma série de laços culturais e religiosos. A sedentarização e posterior especialização económica fizeram de alguns deles provedores de mercadorias, e outros nómadas, tomaram-se comer-

cientes nas rotas de longa distância. Estas rotas e este comércio assim criados estimularam a formação de grupos dedicados ao desenvolvimento de determinadas actividades, quer comercial, agrícola, artesanal, ou de extracção vegetal ou mineral. Todo este quadro gera um intercâmbio dinâmico e muito antigo entre os povos africanos, e simultaneamente as suas diferenças, marcadas sobretudo pelo lugar que ocupam nestas amplas redes de produção e comércio. A isto acrescentam-se outros factores históricos tais como as relações estabelecidas com estrangeiros, tanto na África Oriental como Ocidental e Central pelo mesmo comércio, a expansão islâmica nas suas várias fases e, a partir da presença directa de europeus no litoral do continente, o comércio escravocrata. Este último, sobretudo, influiu profundamente no surgimento de desigualdades, rivalidades e disputas em África, agudizando os conflitos, aumentando as diferenças e criando hostilidades. As necessidades de defesa e protecção, por outro lado, fortalecem laços de solidariedade e união face às ameaças de povos vizinhos e às expedições de caça de escravos. Ao mesmo tempo, assinam-se acordos, alguns grupos organizam-se e tornam-se ricos participando nas transacções e protegendo os seus da rapina dos tratantes: novas relações sociais surgem e com elas grupos e subgrupos com os seus códigos — e justificações para estes códigos — culturais próprios. As formas de relações comerciais do séc. XIX com os europeus, por seu lado, também têm como resposta novas articulações sociais. Finalmente, todos estes factores externos são acompanhados por movimentos internos da própria história das sociedades africanas surgidos de dentro delas.

A expansão imperialista da segunda metade do século e a conquista colonial encontram assim diversas áreas do continente com as suas sociedades organizadas de diferentes formas, com níveis de sofisticação tecnológica e política muito diversos e culturas próprias. A necessidade de dominação e controle dos meios de produção e da vida política das sociedades africanas por parte do regime colonial fá-lo produzir «uma série de práticas económicas, culturais e administrativas geradoras de desequilíbrios regionais e sociais que segregaram por sua vez a ideologia tribalista»⁽¹¹⁾.

Trata-se não apenas da velha fórmula «dividir para reinar», mas de criar um processo de «etnização» das sociedades autóctones, estimulando ou destruindo laços de união e separação, a partir das suas necessidades de mascarar o processo em curso de diferenciação de classes e camadas sociais característico da economia mercantil capitalista em implantação.⁽¹²⁾

Neste processo de criação das realidades étnicas, o Estado colonial joga com muitas armas: a distribuição de terras, favorecendo ou prejudicando determinados grupos e, ao mesmo tempo, territorializando as etnias, criando sistemas de propriedade privada e colectiva para elas; rompendo o modo pré-colonial de trabalho e introduzindo os cultivos obrigatórios e a especialização por etnia numa determinada actividade; através da urbanização, rompendo e construindo à sua maneira o espaço relacional étnico nas cidades, dividindo-as por bairros, nomeando chefes para estes bairros; com a escolarização e religiões que separam os indivíduos com a instrução de uns e não de outros, com a criação de diferenças religiosas entre as etnias, já que cada religião em geral monopolizava uma delas; com a administração colonial que, ao reconhecer alguns chefes de etnias e outros não, ao dar importância política a uma etnia e não a outra, desenvolve um processo de hegemonia de certos grupos étnicos, desestrutura e cria desigualdades entre elas; e com a distribuição do poder político, integrando no aparelho estatal certos representantes de etnias em determinadas funções, em detrimento de outros, bem como no aspecto linguístico, onde é privilegiado um idioma étnico e reconhecido e imposto sobre outros.⁽¹³⁾

Estas políticas produzem as realidades étnicas e possibilitam a reprodução destas realidades, criando um fenómeno político e social que oculta a diferenciação essencial entre as sociedades, aquela entre os que possuem ou não os meios de produção. O Estado colonial, além disso, gere e manipula o acesso parcial a estes meios e regula o lugar dos indivíduos no processo de trabalho, servindo-se do elemento étnico como canal ideológico.

Com as independências, os novos Estados que emergem enfrentam estas realidades étnicas de diferentes formas: tanto iniciando uma luta para as romper e criar a unidade nacional real, como incorporando-as tal como as herdara do colonialismo e seguindo os mecanismos da sua reprodução. A nova classe dirigente que emerge geralmente carece de uma base económica, pois quase sempre será um sector da pequena burguesia, os burocratas que se definem sobretudo pela sua relação directa com a «cultura colonial».⁽¹⁴⁾ Este sector, dependendo do processo que o levou ao poder, terá uma actuação mais ou menos efectiva na convivência com o problema da etnicidade.

Deste modo, uma realidade criada no período colonial, a partir de uma base histórica pré-colonial e de um projecto de dominação, se fundamenta nas sociedades africanas. No entanto, as características de cada grupo e a própria dinâmica da resistência ao colonialismo relativizam a eficácia

deste projecto, criando as contradições reveladas pelas investigações científicas centradas em grupos étnicos específicos, que vieram questionar a existência de uma pretensa unidade.

Realidades étnicas e classes sociais

Anteriormente, neste mesmo trabalho, afirmou-se que um dos objectivos da criação das etnias era o de mascarar as diferenças de classe que se constituem na fase colonial. Neste período as diferenças de classe passam também pela contradição entre colonizadores e colonizados, o que também contribui para um ocultamento do processo.

No período colonial, do ponto de vista económico, tratou-se do processo de inserção do continente africano como uma área periférica do capitalismo em expansão. Este processo, que vinha ocorrendo durante séculos, adquire uma dimensão mais radical, integrando totalmente a África no sistema, isto é, já não apenas na esfera da circulação, mas também na da produção e do modo de trabalho.

Ora, esta integração, embora efectiva, deve ser compreendida como a integração de uma região periférica, onde as necessidades do sistema podem até não incidir na criação de um modo de produção capitalista, mas numa articulação das formas de produzir locais (do tipo pequena produção camponesa, escravagista, ou comunitárias) com aquele. Assim, ela não necessariamente deu origem a uma burguesia local, mas a um sector intermediário dependente do poder colonial. Do mesmo modo, não foi em todas as regiões — de facto, em muito poucas, particularmente nas áreas mineiras e de produção industrial muito localizadas — que teve lugar a criação de uma classe trabalhadora como tal, assalariada e desprovida dos meios de produção.

Tomando como base a definição de classe de Lenin, «grandes grupos de homens que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (fixada e consagrada pelas leis na maioria dos casos) com os meios de produção, pela sua função na organização social do trabalho, portanto, pelos meios de obtenção e a importância da parte de que dispõem. As classes são grupos de homens, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao diferente lugar que ocupa nesta determinada economia social»⁽¹⁵⁾, podemos dizer que havia um processo de constituição e diferenciação de classes sociais na África colonial. Ele tinha lugar juntamente com o processo de etnização, o qual, ao criar divisões no interior de uma

mesma classe social, dificultava que esta se visse como tal e se tornasse consciente da sua posição real na economia.

A ultrapassagem, com as independências, de uma dominação colonial directa, e o consequente aburguesamento das classes dirigentes, marcou em alguns casos ⁽¹⁶⁾ o princípio de um aprofundamento destas divisões, reforçado pelas relações de tipo neocolonial, que pressionam na direcção de uma confirmação da relação de dependência. Estes Estados neocoloniais passam então a servirem-se dos mesmos mecanismos «etnicizantes» do Estado colonial, com o objectivo de mascararem o processo e de desviarem a atenção da contradição fundamental.

No entanto, a tomada de consciência da sua condição de classe, para além dos elementos étnicos e apesar deles, toma-se um movimento irreversível a médio prazo. Então a relação entre a questão étnica e as classes sociais apresentar-se-á tal como ela é; assim, ambas as questões não devem ser pensadas separadamente no que concerne aos problemas actuais dos Estados africanos, mas deve-se ver a relação entre elas e contribuir para revelar como se articulam historicamente, ambas como partes de um mesmo projecto e de uma mesma política de dominação, e ao mesmo tempo aparentemente divergentes. Esta aparência de que seriam processos separados e contraditórios é que na realidade dificulta o entendimento de ambos fenómenos, juntamente com a tendência para querer observar em África um fenómeno de formação classista similar ao da Europa. A especificidade da posição das economias africanas no interior do sistema capitalista e o próprio modo através do qual teve lugar a sua articulação neste sistema é outro elemento chave para a compreensão das classes no universo sócio-político-económico dos Estados africanos neocoloniais.

Considerações finais

Desta primeira tentativa de aproximação da questão étnica em África e a sua relação com as classes sociais nesta área depreende-se:

— a necessidade de compreender o processo de formação, a nível das realidades históricas e ao nível do discurso, do conceito de etnia;

— a importância de observar este processo como um fenómeno histórico desenvolvido a longo prazo, com determinantes externas e internas às sociedades onde ele ocorre;

— o conceito de etnia como grupo humano dotado de características culturais comuns — língua, costumes, tradição —, partilhando um ter-

ritório determinado e que se auto-reconhece como uma unidade perante outros grupos, apesar de criticável e limitado, é uma realidade histórica, construída por uma série de políticas coloniais com este objectivo;

— a existência de uma articulação estreita entre as etnias e as classes sociais, enquanto partes de um mesmo processo onde as divisões decorrentes das primeiras vêm ocultar e matizar as contradições das segundas; estas constituem por si sós um conceito que, no caso de África, deve ser aplicado com precaução em função da história da penetração capitalista no continente.

Julga-se assim ter cumprido os objectivos iniciais, na medida em que o estudo do conceito na sua história e na história da sua utilização põem em claro que o debate teórico deve ser sempre acompanhado pela sua aplicação ao real e que esta é a forma mais efectiva de aproximar-se de uma definição que corresponda ao mesmo. O real seria aqui a função e construção da ideia teórica, a partir das necessidades de criação e explicação de uma realidade histórica.

Tradução de T. Montenegro

NOTAS

- (1) J.-L. Amselle e E. M'Bokolo, eds., *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, tribalisme et état en Afrique*, La Découverte, Paris, 1985, p. 7.
- (2) Yarisso Zocizoum, «*Introducción al Africa. Generalidades y estudios sociales aplicados*».
- (3) Amselle e M'Bokolo, *op. cit.*, p. 14.
- (4) Varella Barraza, *África: crisis del poder político*, CEESTEM/Nueva Imagem, México, 1981, p. 67.
- (5) Pierre Vilar, *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*, 4ª. edição, Grijalbo, Barcelona, 1982, p. 154.
- (6) Jean-Loup Amselle, «*Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique*», in Amselle e M'Bokolo, *op. cit.*, pp 16-17.
- (7) *Idem, ibidem*, pp. 17-18
- (8) Nesta época histórica, como uma ideia que apenas começa a surgir na construção dos Estados modernos europeus a partir da aliança entre reis e burguesia mercantil.
- (9) Por exemplo, o estudo de Claude Mcillassoux sobre os Gouru, ou o de Robin Law sobre os Yoruba.

- (10) Como no caso da secessão do Katanga, no antigo Congo Belga, actual Zaire, e das suas consequências.
- (11) Yarisse Zocizoum, «El Estado y la reproducción étnica em Africa», *Estudos sociológicos*, vol. 13, 1987, p. 172.
- (12) *Idem, ibidem*, p. 173. Nesse momento não se teve em conta a variável socialista.
- (13) Todo este parágrafo é baseado em Zocizoum, «El Estado y la reproducción étnica en Africa», *Estudos sociológicos*, vol. 13, 1987, pp. 173-180.
- (14) Varella Barraza, *op. cit.*, p. 43.
- (15) Citado por Pierre Vilar, *op. cit.*, p. 129.
- (16) É o caso da Nigéria, da Costa do Marfim e do Zaire, entre outros, nos quais durante o período pós-independência é aprofundada a relação de dependência e a classe dirigente, através do aparelho de Estado, se apropria dos meios de produção.

AS CONSOANTES PRÉ-NASALIZADAS DO CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU*

O crioulo é um continuum que vai desde o «crioulo nativizado» (influenciado pelas línguas nativas) até ao «crioulo aportuguesado», passando pelo «crioulo tradicional» ou «fundo» como lhe chamam os guineenses.

Hildo Honório do Couto

Uma das características fonéticas mais marcantes do crioulo da Guiné-Bissau é a presença de consoantes pré-nasalizadas, apesar de, como sabemos, a língua que lhe serviu de base não as ter. Até hoje o fenómeno não recebeu um tratamento adequado. A maioria dos autores que se dedicaram a ele são leigos, em geral missionários católicos. Os crioulos de base francesa e inglesa estão amplamente estudados, havendo até mesmo revistas especializadas dedicadas exclusivamente a eles. Os de base portuguesa não estão estudados nem a nível micro nem a nível macro. Ainda não dispomos de análises detalhadas de fenómenos específicos, como a pré-nasalidade consonantal e, quem sabe, do tom. Uma obra abrangente, como uma gramática do crioulo, também está por fazer. É bem verdade que temos os trabalhos pioneiros de Scantamburlo (1981) e Kihm (1986), sobre os quais comentarei mais abaixo.

Dado o estado de coisas esboçado acima, apresento este trabalho como uma pequena contribuição para um melhor conhecimento do

* Comunicação lida no III Encontro Nacional de Fonética e Fonologia, João Pessoa, 14 a 16 Setembro de 1988.

crioulo guineense. Em (1) dou alguns exemplos de palavras que contêm consoante pré-nasalizadas.

- | | | | |
|---------|-------------------------------------|-----|--------------------------------|
| (1) (a) | mpidi (impedir) | (b) | ŋ riba (eu voltei) |
| | mbarka (embarcar) | | ŋ ŋgãna (eu enganei) |
| | ntorna (derramar) | | ŋlãnta (eu me levantei) |
| | nsuga (enxugar) | | ŋ nega (eu neguei) |
| | ŋgãna (enganar) | | ŋ na bay (eu vou) |
| | ŋkõntra (encontrar) | | ŋ bai (eu fui) |
| | ŋjãsoŋ (injecção) | | |
| | firbintí (fazer ferver) | | |
| | lãntãnda (fazer levantar-se) | | |
| | kãmbia (baldear) | | |

Levando-se em conta as combinações de segmentos no interior da palavra, verifica-se que todas as obstruintes podem ocorrer pré-nasalizadas. Por outras palavras, a pré-nasalização crioula se dá em posição inicial, medial e final de palavra (de morfema, mais especificamente). Os exemplos de (1)(b) mostram que há uma espécie de «pré-nasalização» até mesmo nas soantes. De qualquer maneira, trata-se de um caso devido especial ao facto de o elemento «pré-nasalizador» ser um morfema por si só.

Antes de iniciar a análise da pré-nasalidade, gostaria de fazer uma breve apresentação do crioulo, uma vez que ele é praticamente desconhecido no Brasil. O pouco que temos, pelo menos até onde pude descobrir, são as observações de Cunha (1981), com base em dados de segunda mão, e as de Tarallo/Aikmin (1987). Em Portugal existe alguma coisa, mas quase inacessível. É o caso de Barros (1897/1899, 1900/1901, 1902, 1908) e Wilson (1959).

A Guiné-Bissau é uma pequena ilha crioulo-portuguesa no meio de uma região de língua oficial francesa. Ao norte ela limita com o Senegal, a leste e ao sul com a Guiné-Conacri e a Oeste com o Oceano Atlântico. Numa área de 36.126 km², cerca de 910 000 habitantes falam umas 16 línguas. As mais faladas são o fula (16%), o balanta (14%), o mandinga (7%) e o manjaco (5%). O crioulo é falado por cerca de 44% da população como meio de comunicação inter-étnica. Os que o têm como língua materna não chegam a 5%, segundo as últimas estatísticas, que, no entanto, já são bastante antigas. Devo observar que há uma tendência a aumentar o número de seus falantes, não só como língua franca mas também como língua materna. Durante a guerra de libertação nacional,

liderada por Amílcar Cabral, ele passou a ser considerado como um factor de coesão nacional, já que as línguas nativas africanas só dividiam os guineenses (como resultado da divisão arbitrária da África pelos colonizadores europeus), e o português era língua do inimigo. Este, apesar de ser a língua oficial hoje, não é língua materna de nenhum guineense típico (filho de africanos). É apenas a língua de trabalho (*Amtssprache*) ou do Estado (cf. Macedo 1989, Kihm 1979 e Couto 1989).

Voltemos às consoantes pré-nasalizadas do crioulo. Do ponto de vista fonético elas são uma realidade insofismável, não só no crioulo mas também em várias das línguas nativas da região (cf. Kihm, 1986, p. 94). A questão é: será que elas devem ser interpretadas fonologicamente como uma única consoante complexa (pré-nasalizada) ou como uma sequência de dois fonemas? Neste último caso, o que estaria subjacente ao elemento nasal?

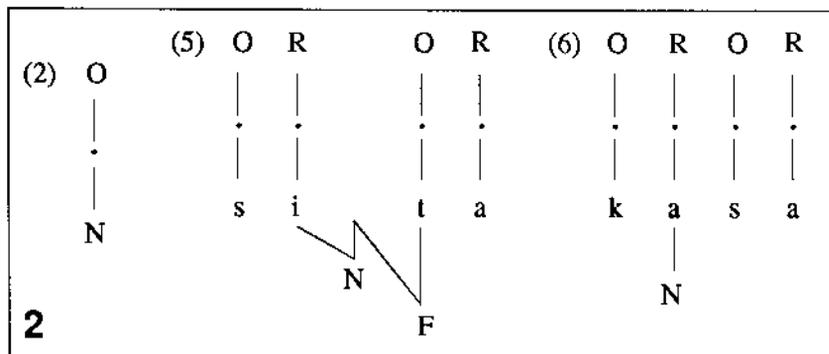
Emilio Giusti e colaboradores propõem uma série de oclusivas simples e uma série de oclusivas pré-nasalizadas. Assim, ao lado de /p b t d k g/, temos /mp mb nt nd nk ng/ (Giusti 1981, 12-13). Jean Lufs Rougé não faz uma análise exaustiva da fonologia do crioulo, mas em seu quadro «*Le système consonantique*» apresenta as seguintes consoantes pré-nasalizadas: /mp mb nt nd ns nj nk ng/ (Rougé 1988, p. 12). A gramática de Luigi Scantamburlo, até hoje a mais completa que se tem do crioulo guineense, não fala em consoantes pré-nasalizadas. Para este autor fica implícito que se trata de sequências de consoante nasal mais obstruinte. A lista de «22 consoantes» que ele apresenta não contém nenhuma pré-nasalizada (Scantamburlo 1981, pp. 19-35).

O autor que fez a melhor descrição fonológica do crioulo guineense é, até hoje, Chérif Mbodj, de Dakar. Aplicando a teoria e a metodologia de análise de André Martinet sem pretensões a dar grandes voos teóricos, ele conseguiu o que há de melhor sobre a fonologia em geral do crioulo da Guiné-Bissau, de um ponto de vista descritivo, é claro.

No que interessa directamente ao nosso assunto, ele deu uma resposta explícita à segunda pergunta feita acima e uma resposta implícita à primeira. Para ele não há consoantes pré-nasalizadas a nível fonológico. O elemento nasal dos complexos fonéticos pré-nasalizados é sempre derivado de uma consoante velar nasal subjacente. Em suas palavras temos: «*Le phonème /n/ se réalise comme une nasale dorso-vélaire. Cependant, il a des variantes non vélares puisqu'il se réalise homorganique à la consonne bilabial ou labio-dentale subséquente*» (Mbodj 1979, p. 28).

Para Mbodj não há fonemas vocálicos nasais em crioulo. Sobretudo para a posição final ele é taxativo: «*Les voyelles nasales finales sont à considérer comme une séquence /N+ŋ/*» (Mbodj 1979, pp. 39-40). Em síntese, não fosse o facto de ele apresentar em seu «Tableau des séquences» (p.50) quase que as mesmas combinações que Giusti e Scantamburlo e se ele admitisse consoantes silábicas, como parece sugerir Giusti (1981, p. 14), esta comunicação seria desnecessária. Com efeito, a interpretação que sugerirei abaixo é justamente a de considerar a parte nasal desses segmentos pré-nasalizados foneticamente como variante contextual do fonema /ŋ/. Além disso, considero algumas ocorrências de /ŋ/ como centro de sílaba.

Alain Kihm analisa a nasalidade, aí incluída a pré-nasalidade, do crioulo no contexto da fonologia auto-segmental. Para ele a nível subjacente há segmentos complexos pré-nasalizados (no «*OR tier*»). Parece que ele admite vogais nasais, mas no quadro de fonemas que apresenta na nota 14 elas estão ausentes. Na realidade, parece tratar-se de um truque de representação gráfica, como se pode ver em (2), onde reproduzo suas representações (3), (5) e (6). Não vi nenhum motivo para considerar o /a/ de /kãnsa/ como nasal em superfície, mas o /i/ de /sĩnta/ não. Os dados que colhi *in loco* (e os dele também foram colhidos *in loco* não justificam tal representação. Eu fiz várias perguntas aos informantes e sempre obtive a resposta de que após o /a/ há uma consoante nasal. Cheguei mesmo a observar os movimentos articulatórios de um falante, meu colaborador na UnB. A presença de uma consoante nasal nesta posição parece indiscutível. Só raramente a vogal pode ocorrer apenas nasalizada, isto é, não seguida de consoante nasal. Devo salientar, no entanto, que o decisivo para se chegar a uma conclusão sobre o que está subjacente a determinado dado fonético é o sentimento do falante-ouvinte, ou melhor, sua intenção fonológica (Stampe 1985, pp. 131-132).



Voltando aos dados de (1) *supra*, verifica-se que o elemento nasal do complexo pré-nasalizado sempre se assimila ao segmento consonantal seguinte. Isso justifica considerar os diversos elementos nasais em questão como derivados de um mesmo segmento nasal subjacente, que no caso seria *h̃*. Assim, teríamos a seguinte regra.

(3) *h̃* se assimila à consoante seguinte quanto ao ponto de articulação.

No meu entender, uma das maiores contribuições da fonologia generativa foi o refinamento a que chegou na formalização de regras, fonológicas ou não. O próprio Kihm o admite. Tanto que reproduz uma regra ((16), na sua numeração) sugerida por Pardal para a fonologia do português, transcrita em (4) abaixo.

$$(4) \quad \left[\begin{array}{c} \text{c} \\ \text{nasal} \end{array} \right] \quad \left[\begin{array}{c} \alpha \text{ ant} \\ \beta \text{ cor} \end{array} \right] \quad \left[\begin{array}{c} \text{c} \\ \alpha \text{ ant} \\ \beta \text{ cor} \end{array} \right]$$

A regra (4) explica a pré-nasalidade de todos os exemplos de (1) (a). Em (1)(b) temos, como já foi observado, o elemento nasal formando uma morfema por si só, de modo que a pré-nasalidade ficou inter-morfemática. Praticamente todos os autores que estudaram o crioulo interpretaram o elemento nasal de (1)(b) como *h̃*. É o que parece ter sugerido o próprio Barros (1897/1899, p. 176). O grande problema com este nasal é que não forma a sílaba nem declive silábico. Por outras palavras, a questão da pré-nasalidade do crioulo não pode ser resolvida sem que se leve em consideração a sílaba. No caso, o elemento nasal constitui um núcleo silábico, mesmo que ele se assimile ao segmento seguinte no plano fonético. Com isso, a transcrição fonológica [ŋ na bay] (eu vou, eu irei), por exemplo, é *h̃*-na -bay/, com traço separando as sílabas. Kihm (1986, nota 19, p. 109) não admite esta interpretação, embora não dê nenhuma justificativa.

O som *h̃* ocorre também em posição final de sílaba, ou seja, pós-vocálico, como se vê em alguns exemplos de (1) e em (5) abaixo.

- (5) čōŋ (chão, terra)
 ŋjāsōŋ (injecção)
 dāŋ (dê-me, deu-me)

Acrescentando-se a (5) os exemplos de (6), vê-se que a questão da pré-nasalidade em crioulo não pode ser desligada da nasalidade vocálica.

- (6) **firbinti** (fazer ferver)
 lantanda (fazer levantar-se)

Kihm (1986, p. 89) reconhece que em (7) temos casos em que a vogal pode ocorrer simplesmente nasalizada, como vimos acima.

- (7) **kã(n)sa** (cansar-se)
 sɿ(n)ta (sentar-se)

Mbodj (1979, p. 28) expressa o facto da seguinte maneira: «*En position finale, la nasalité vocalique (~) est la variante facultative du phonème /ŋ/*». Ou seja, para ele não há vocais nasais no interior do morfema, contrariamente às asserções de Kihm.

Em síntese o elemento crucial para a interpretação das consoantes pré-nasalizadas, da nasalidade vocálica e da nasalidade em geral do crioulo é /ŋ/. Este fonema pode ocorrer em praticamente todas as posições, através de suas variantes. Em (8) vemos que ele aparece em início de sílaba inicial (a) e medial (b), em final de sílaba (c), (d), (e)), antes de consoante inicial ((d), (e), (f)) e medial (e) e como núcleo de sílaba (f), contrariamente ao que sugere Kihm.

- (8) (a) **ŋoroto** (foice)
 (b) **luŋa** (lua)
 (c) **čõ ŋ**(chão, terra)
 (d) **ŋjasõŋ** (injecção)
 (e) **ŋkõntra** (encontrar)
 (f) **ŋ misti** (eu quis)

Mbodj (1979, p. 28) diz que «*assumant une fonction distinctive il est attesté en position initiale, intervocalique et finale*». É o que se vê em (a)-(d) de (8).

Como de vê, não existem vocais nasais a nível fonológico em crioulo. Elas podem ocorrer em superfície, como em (7), mas como variante facultativa da sequência /v+ŋ/.

Levando-se em conta que existem também casos como os de (9):

- (9) **patĩĩ** (distribuir, dar, oferecer)
 žebēĩ (um tipo de óleo)

podemos ampliar a regra (3) e formular a seguinte regra geral para explicar a nasalidade no crioulo guineense:

- (10) /ŋ/ se assimila (a) ao segmento consonantal seguinte ou (b) ao segmento vocálico precedente.

Para o caso de (a) precisamos ainda das seguintes sub-regras:

- (11) se o segmento for uma obstruinte, ambos foram um complexo pré-nasalizado;
- (12) se a vocal for final, o elemento nasal se assimila a ela quanto ao traço [anterioridade]; se ela for medial, a assimilação se dará com a consoante seguinte;
- (13) facultativamente, /vŋ C/ ou /vŋ/ podem ocorrer como [v C] ou [v], respectivamente.

Com a presente interpretação evitamos a duplicação das obstruintes, como fazem Giusti (1981, p. 12) e Rougé (1988, p. 12), obtendo uma série de consoantes simples e uma série pré-nasalizada. Além disso, conseguimos explicar a nasalidade vocálica e, com isso, a nasalidade em geral do crioulo guineense.

Não se pode, no entanto, adoptar uma solução fonológica com base apenas na economia de segmentos, como se fazia na época do estruturalismo. As regras fonológicas só são válidas se forem empiricamente adequadas e se forem perceptivamente realistas (cf. Donegan/Stampe 1979). No caso, parece que os falantes têm consciência de que aquilo que se realiza foneticamente às vezes como [vŋ], às vezes como [v], é sempre o fonema /ŋ/ precedido de alguma vogal. A experiência directa que tive com vários guineenses, tanto na África quanto no Brasil, mostrou que os falantes percebem o elemento nasal em questão aproximadamente como ficou exposto acima.

Do ponto de vista articulatorio, o elemento nasal em questão, sobretudo o de (1)(b), pode ser produzido com os lábios cerrados ou abertos.

No primeiro caso ele se aproxima de [m], no segundo, de [ŋ]. Logo, tanto um quanto outro poderia ser a forma subjacente, em princípio. No entanto, o que importa para a fonologia é a intenção fonológica (Donagan/Stampe 1979, pp. 147, 163). Uma série de factos motivam a interpretação *supra* (como velar nasal), ou seja, o facto de que os falantes o sentem assim.

O som [ŋ] é desconhecido pela maioria das ortografias vigentes, por isso raramente é usado ortograficamente. No entanto, nas transliterações de fábulas e outros textos escritos em crioulo usa-se *ŋ* em quase todos os casos, o que mostra que não têm intenção de pronunciar um [m]. Frequentemente, usa-se o *ñ* com um trema superposto, ou seja, *ñ*, ou até mesmo *N*, o que mostra que têm consciência de que não se trata de um *n* comum. Por fim, o meu colaborador guineense na UnB me disse que não sabia se devia transcrever «bin» (vir) como aqui está ou como «bing». O mesmo ele disse sobre «dan» (dê-me, deu-me), que poderia ser «dang» segundo sua interpretação.

Para a interpretação de /ŋ/ como ápice silábico temos dois argumentos. O primeiro é articulatorio. Em todos os exemplos de (1)(b), o segmento nasal inicial pode ser pronunciado sozinho, ou seja, pode-se introduzir uma pequena pausa entre ele e o segmento seguinte. O outro argumento é diacrónico. A sílaba inicial de palavras portuguesas como *injecção*, *informação*, etc. é interpretada em crioulo como [ŋ]. Por outras palavras, este fonema substitui uma sílaba inteira da língua de origem.

Poderíamos aduzir um terceiro argumento, que seria o facto de [ŋ] constituir um morfema por si só, como nos exemplos de (1)(b). Mas este argumento não tem muito peso.

De qualquer maneira, creio que é a primeira vez que se sugere a existência de consoante silábica no crioulo guineense.

Um facto que não deve ser ignorado também é que este som ocorre antes de outros com os quais não pode formar um complexo pré-nasalizado. É o caso dos exemplos diacrónicos dados há pouco, entre outros.

Como observação final, devo dizer que a questão é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Com efeito, o crioulo é um *continuum* que vai desde o «crioulo nativizado» (influenciado pelas línguas nativas) até ao «crioulo aportuguesado», passando pelo «crioulo tradicional» ou «fundo» como lhe chamam os guineenses (cf. Couto ms).

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Marcelino Marques de. «O guineense». *Revista Lusitana*, 5, Lisboa, 1897/1899, pp. 174-181, 271-300; 6, 1900-1901, pp. 300-317; 7, 1902, pp. 81-96, 166-188, 268-282.
- COUTO, Hildo II. do. «O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas». *Linguística*, XXIX, pp. 107-128.
- CUNHA, Celso. *Língua, Nação, Alienação*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981.
- GIUSTI, Emílio. *Contes Créoles de Guinée-Bissau*. EDICEF/Conseil International de la Langue Française, Paris, 1981.
- DONEGAN, P. e STAMPE, D. «The Study of Natural Phonology». In DINNSEN, D.A. (org.), *Approaches to Phonological Theory*. Indiana University Press, Bloomington, 1979, pp. 126-173.
- KIHM, Alain. «La situation linguistique en Casamance et en Guinée Bissau». *Cahiers d'Etudes Africaines* 20(3), Paris, 1979, pp. 369-386.
- KIHM, Alain. «Nasality in Kriol: the marked case?». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 1(1), 1986, pp. 81-107.
- MACEDO, Francisco. «O problema das línguas na Guiné-Bissau». *Humanidades* 22, 1989, pp. 33-38.
- MBODJ, Cherif. *Phonologie du créole de Guinée-Bissau*. Centre de Linguistique Appliquée, Dakar, 1979.
- MONTENEGRO, T. e MORAIS, C. *Junbai*. Imprensa Nacional/INACEP, Bolama, 1979.
- ROUGÉ, J.L. *Petit Dictionnaire Etymologique du Kriol*. INEP, Bissau, 1988.
- SCANTAMBURLO, Luigi. *Gramática e Dicionário da Língua Criol da Guiné-Bissau (GCr)*. Editrice Missionaria Italiana, Bolonha, 1981.
- STAMPE, David. «On the two levels of phonological representation». *Natural Phonology from Eisenstadt*, CLESP, Pádua, 1985, pp. 131-142.
- TARALLO, F. e ALKMIN, T. *Falares Crioulos. Línguas em Contato*. Atica, São Paulo, 1987.
- WILSON, W.A.A. «Uma volta linguística na Guiné». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XIV (56), Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1959, pp. 569-601.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE CACHEU 1911

O documento que publicamos neste número da Soronda encontra-se depositado nos Arquivos Históricos do INEP e é da autoria do capitão português Joaquim Simões da Costa, que tomara posse do cargo de Residente de Cacheu em 5 de Novembro de 1911. Datado de 7 de Maio de 1912, trata-se de um manuscrito que ocupa as folhas 37 a 66 do Diário do Residente de Cacheu^(), um original encadernado e de folhas numeradas que se inicia com o Diário propriamente dito.*

Peter Karibe Mendy

Introdução

O seguinte relatório do Residente de Cacheu, datado de 7 de Maio de 1912, reflecte um conflito que remonta aos primeiros contactos entre os portugueses e o povo que eles desdenhosamente designavam por “gentios”. No centro deste conflito estavam, estreitamente inter-relacionadas, questões de liberdade, independência e soberania.

^(*) Fundos da Circunscrição Civil de Cacheu, cota 604 B1/A26 283. A pesquisa de arquivos e a transcrição do texto foram feitas por Teresa Montenegro. Agradece-se aos arquivistas Sécuna Sané e Jean-Paul Mendes pela amável colaboração prestada.

Embora, desde o início, tivessem sido estabelecidas relações amistosas com as diversas classes governantes, a postura imperialista dos portugueses nunca deixou de encontrar uma feroz resistência da parte de quase todos os habitantes do território da, actual, República da Guiné-Bissau.

A fim de situar no seu contexto os problemas que enfrenta o Residente de Cacheu em 1911, procederemos a uma breve análise do secular encontro entre portugueses e felupes/baiotes.

Não se sabe ao certo quem foi o primeiro português a chegar à Guiné, mas vale a pena mencionar que Teixeira da Mota, protelando o celebrado Nuno Tristão como “descobridor” do território, sugere que, em 1446, Álvaro Fernandes deitou âncora no Cabo Roxo, na extremidade da costa nordeste, e entrou em contacto com os felupes.⁽¹⁾

Felupes e baiotes, co-habitantes da região de Cacheu e protagonistas do relatório do Residente, pertencem ao grande grupo étnico djola, situado entre os rios Gâmbia e Cacheu /Farim. Extremamente independentes, tradicionalmente sem hierarquias sociais bem definidas ou uma autoridade governamental central que exercesse poderes coercivos, durante longos séculos resistiram sem cessar à conquista e à dominação, à escravatura e à privação das liberdades fundamentais, tanto pelas forças africanas como europeias. Também é digno de menção que, face à escravatura e ao infame tráfico atlântico de escravos (iniciados pelos portugueses no princípio do século XVI) estes povos, juntamente com os balantas — outro grupo do território que tradicionalmente não tinha uma clara estratificação social nem uma autoridade coerciva central — foram os menos envolvidos no negócio de atacar, capturar e vender seres humanos como escravos.

Para os felupes, o dramático encontro europeu-africano a que deu lugar a “descoberta” do território atingiu um dos seus pontos altos em 1878, quando massacraram mais de cinquenta soldados portugueses (principalmente caboverdianos) e talvez o dobro de grumetes auxiliares pepéis/manjacos numa praia de Bolor, na embocadura do rio Cacheu/Farim.

Esta sangrenta derrota, conhecida na história colonial portuguesa como «desastre de Bolor», constituiu de facto outra “tragédia” na longa história da intervenção militar portuguesa na área da actual Guiné-Bissau, uma história reconhecida como sendo «tão fértil em desastres».⁽²⁾

O chamado «desastre de Bolor», que deixou os aspirantes a colonizadores indignados e desejosos de vingança, mas incapazes por bastante

tempo de reunir força suficiente para “dar aos arrogantes gentios uma lição”, aparentemente levou as autoridades de Lisboa a prestar «mais atenção aos negócios da Guiné».⁽³⁾ Isto veio a incluir a separação das poucas povoações fortificadas, conhecidas por *praças* e *presídios*, da administração de Cabo Verde, em 18 de Março de 1879.

As violentas intervenções militares e campanhas de “pacificação” empreendidas a seguir à proclamação da colónia/província da “Guiné Portuguesa em 1879 e à declaração da Conferência de Berlim em 1885 continuaram até à chegada de João Teixeira Pinto (pretense conquistador do território) em 1912, a ser marcadas por mais tragédias do que triunfos.

Pressionados a satisfazer a condição de “ocupação efectiva”, os portugueses viram-se forçados a lançar não só campanhas militares mal preparadas e muitas vezes mal equipadas, mas também o universalmente odiado imposto de palhota, em 7 de Novembro de 1903. Embora estivessem desejosos de recuperar o enorme custo financeiro das campanhas de “pacificação”, a introdução desta taxa, que constituiu uma característica essencial do colonialismo europeu em África, pretendia assinalar o estabelecimento da soberania portuguesa no território.

No entanto, o facto de ter que levar a cabo campanhas militares para efectivar o pagamento do imposto de palhota, é por si só um índice da inexistência de soberania portuguesa.

A soberania que não de confina às sociedades com governos centrais fortes — e a ausência destes não significa necessariamente ausência de governo ou anarquia — é a questão central do território do Residente de Cacheu em 1911. Trata-se de uma questão que esteve sempre presente.

Quando os felupes de Jefunco atacaram Bolor em 1879 e derrubaram o mastro no qual flutuava a “bandeira das quinas”, os próprios portugueses perceberam a acção como um declarado ataque à sua tão proclamada soberania. Se algumas dúvidas lhes restassem, a recusa do chefe de Jefunco a apresentar-se perante as autoridades portuguesas em Cacheu e a dar uma explicação pelo assalto, bem como a sua afirmação de que ele era «o senhor da região»⁽⁴⁾, deviam ter esclarecido definitivamente a questão.

Quando, três décadas depois (1908), os felupes de Varela ameaçaram atacar Bolor se os seus habitantes pagassem o imposto de palhota «pois também eles o não faziam, nem obedeciam às ordens do governo»⁽⁵⁾, os portugueses já não podiam guardar quaisquer ilusões sobre qual era a questão fundamental.

E quando, três anos mais tarde (1911), o Residente de Cacheu teve que informar das diversas manobras dos felupes através da região para evitar

o pagamento do imposto de palhota, não ficam dúvidas de que a soberania portuguesa ainda estava por estabelecer.

O relatório, portanto, tem que ser situado no contexto de uma longa tradição de resistência não apenas entre os felupes e baiotes, como também dos diversos grupos do território.

Esta longa tradição de resistência, que Amílcar Cabral reconheceu como sendo uma importante fonte de inspiração da Luta de Libertação Nacional ⁽⁶⁾, incluía, em particular, determinados esforços das diversas classes governantes para salvaguardar o seu poder e privilégios e poder continuar a explorar e oprimir os seus súbditos.

A dimensão de classe das sociedades guineenses é portanto um elemento a considerar sempre em qualquer análise da resistência anti-colonial.

NOTAS

- (1) Teixeira da Mota, «O Problema da Descoberta da Guiné Portuguesa», in *Congresso do V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, 1946, p.335.
- (2) Tenente-coronel Bello de Almeida, *Meio Século de Lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar no seu Império Colonial*, Edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1937 p. 121.
- (3) João Barreto, *História da Guiné, 1418-1918*, Edição do autor, Lisboa, 1938, p.248.
- (4) *Ibid*, p. 247.
- (5) *ibid*, p. 355.
- (6) Amílcar Cabral, *Revolution in Guinea*, Stage 1 Books, Londres, 1969, p. 17.

RELATÓRIO DO RESIDENTE DE CACHEU EM 1911

Exmo. Señr.

lf. 37

No dia 17 de Setembro do anno findo, houve no Bolor uma reunião dos regulos e grandes das povoações de Bolor, Ossôr, Jefunco, Lala e EGINE por ordem do residente interino Señr. Salvador P. Barreto da Costa, que se desfez não obstante todos os seus esforços, sem nada se resolver devido á attitude agreçiva de Lala.

Não desistiu porcm o Señr. Salvador e chamando separadamente os habitantes de cada terra conseguiu de novo reunil-os todos, e, conquanto não pudesse saber os motivos das questões entre aquellas povoações, obteve dellas a promessa de que todas as divergencias entre as ditas povoações tinham acabado em vista das ordens do Governo.

Não acreditando nas suas palavras o Residente tratou de outras diligencias com Ossôr e Arame conseguindo apenas ficar com a convicção de que a afirmação d'elles «*de que tudo estava acabado*» era feita com o fim de ganharem tempo, e o Governo não intervir na guerra entre Ossôr e Lala, guerra que elles julgavam ja inevitavel, e que n'esta questão os instigadores do Lala eram os habitantes de Jobel e /Ela com o fim de incomodarem o posto militar do Arame para não se poder cobrar no próximo anno o imposto de palhota.

lf. 38

Era ainda convicção do Sñr. Salvador que o encontrar-se n'este estado a região de Bayotes e Felupes, era devido a não

terem ainda sido punidos os Bayotes de Elia e Jobel pela morte, em Jobel, dos 9 guardas da Residencia de Cacheu em 1908, quando ali foram para receber o imposto de palhota.

N'esta occasião deram os gentios de Lala a entender ao Sñr. Salvador que nada pagavam, ao Governo de imposto de palhota na cobrança que proximamente se devia effectuar.

É esta em resumo a situação em que encontrei os Felupes e Bayotes em novembro de 1911, quando tomei posse do cargo de residente, como consta da nota da Residencia n.º 87 de 8 d'outubro, dirigida á Repartição do Gabinete e na qual Sua Excia. o Governador lançou o seguinte despacho: «Segue no dia 1 de novembro o Chefe do Estado Maior, Residente e um reforço para se manter na região um posto com uma peça d'artilharia. A canhoneira Zagaia cruzará nos rios da região e o Residente / Simões da Costa visitará o territorio informando em relatorio detalhado o que se passar e consequencias da montagem do posto. 25-10-911. (ass.) C.A. Pereira».

lf. 39

Chegou a Zagaia a Cacheu a 5 de novembro ás 8 1/2 da noite, tomei posse do meu cargo de Residente e no dia 9 ás 7 1/4 da manhã acompanhei o Sñr. Chefe do Estado Maior na visita ao Rio do Arame.

Passamos no Bolor ás 11 3/4 não notando nada de extraordinario, deixando recado para os Regulos e seus grandes se apresentarem no dia seguinte no Arame ao Sñr. Chefe do Estado Maior. Em Ossôr passamos ás 11,35 vendo no porto e margem esquerda do Rio, muitas mulheres, algumas crianças e velhos, todos bastante inquietos dando a perceber que alguma coisa de extraordinario se passava, pediu-se para o regulo e grandes irem no dia seguinte ao Arame e para darem igual recado aos regulos de Jefunco e EGINE visto estas povoações estarem a 1ª a meia hora do porto e a segunda a 1 1/4 horas.

Ao meio dia encontramos n'uma das curvas do Rio do Arame, em [Blenha?], entre Ossôr e o Rio de Jobel dongos armados em guerra em numero superior a 20. Os seus tripulantes vinham armados e cantando as suas canções de guerra. Intimados pelo Sñr. Chefe do Estado Maior dois dongos em que vinham o regulo e chefe da circunscição a aproximarem-se e subirem para a Zagaia, este obdeceu com

lf. 40

pequena resistencia, resistindo por algum tempo o regulo; por fim entrou na canhoneira aonde já se achava o chefe da circuncisão que de bordo tinha procurado convencer o regulo a embarcar. Seguiram na Zagaia para o Arame.

A 1 1/4 horas da tarde passavamos em Lala, aonde desembarquei, estavam os homens todos reunidos com ar de tri[s]teza, sabendo-se depois que era devido a terem trez feridos, sendo um gravemente.

Intimei o regulo a apresentar-se no dia seguinte com os seus grandes no Arame para onde seguimos logo fundeando no porto de Arame a Zagaia / ás 2 horas e meia da tarde.

lf. 41

No dia 10 apresentou-se Setol regulo de Lala, com os seus grandes. Na palavra com o Señr. Chefe do Estado Maior pouco se referiram aos acontecimentos do dia anterior negando até que tivessem tido feridos.

Na palavra comigo disseram que não podiam pagar o imposto este anno, que era um anno de muita fome para elles, por falta de chuvas; é a desculpa do gentio ou não tem por falta de chuva ou por ter chovido muito, apertados por mim e pelo Salvador da Costa declararam que só pagariam depois de pagar Eginge, Ossôr e Jefunco. Marquei-lhes o dia 12 para o arrolamento.

Faltaram os regulos e chefes das outras povoações sendo por esta falta multados cada uma n'uma vacca pelo Sñr. Chefe do Estado Maior, e os de Ossôr em 3 vaccas por serem encontrados em armas contra Lala e não terem vindo para a Zagaia quando foram intimados.

N'este mesmo dia teve o Sñr. Chefe do Estado Maior *palavra* com os do Arame a fim de darem gente para ajudar na construcção do posto, ficaram / de dar a resposta no dia seguinte de reunirem a sua gente.

lf. 42

Na minha *palavra* com elles fallei-lhes no imposto e preveni-os que iria no dia seguinte fazer o arrolamento; mostraram-se muito admirados por terem de pagar.

No dia 13 depois do arrolamento de Ossôr seguirei [*sic*] na Zagaia com o Salvador e Augusto Barreto para Jobel aonde chegamos ás 2 horas da tarde. Fomos recebidos com manifesto receio d'um pequeno numero de habitantes que viviam perto do porto, como não estivessem os dois chefes e depois de ter dado um passeio por duas povoações junto

a do porto apenas acompanhado por um remador da Zagaia, reuni os grandes presentes e disse-lhe que tinha sido nomeado Residente de Cacheu e que ia ali para marcarmos o dia do arrolamento para o pagamento do imposto.

Disseram que desejavam paz, que não estavam todos os grandes, nem o regulo, mas que marcasse eu o dia para a sua ida no Arame. Marquei-lhes o dia 15 e seguimos para Elia, eram 4 horas da tarde fundeando em Elia as 4 horas / e 20 minutos.

lf. 43

Fomos bem recebidos e uma hora depois chegaram os grandes ao porto com o seu regulo a frente.

Desembarquei como em Jobel com Salvador da Costa e Augusto Barreto depois de contarem os motivos porque não vão a Cacheu e não tem pago o imposto (disculpas) disseram que iriam no dia 15 ao Arame para esse effeito.

Regressamos ao Arame.

No dia 14 liquidada a questão do Ossôr com a multa das 3 vaccas entregaram-se os dois presioneiros, ficando de pagar a multa no praso de trez dias, não cumpriram, deram apenas um porco por conta. N'este dia foram recebidos os regulos de Bolor e seus grandes, que tinham faltado, pagaram logo a multa d'uma vacca que lhes foi applicada.

No dia 15 chegaram o Regulo e grandes de Elia, o Sñr. Chefe do Estado Maior na palavra que teve com elles applicou-lhes a multa d'uma vacca.

Tratei depois com elles do arrolamento e cobrança do imposto ao que elles responderam que estava ali muita gente extranha, que fosse eu a Elia / que lá se resolvia tudo, marquei-lhes o dia 18 para a minha ida lá. Aceitaram, pediram aguardente e tabaco pois era isso de uzo nêstas actas. Dei-lho.

lf. 44

Mais tarde chegou o regulo de Jobel com o seu chefe de circuncisão, dizendo, quando lhe foi notado que só vinham dois, que os outros ficaram mais atraz; na *palavra* com o Sñr. Chefe do Estado Maior a que eu assisti este Sñr. disse-lhe que as condições de paz eram:

1º Entregar as 9 armas dos guardas da Residencia mortos em Jobel em 1908

2º Restituir os bens dos indígenas expulsos.

3º Não se metterem de futuro com os povos visinhos.

4º Pagarem trez vaccas de multa.

Ficaram de reunir os grandes e trazerem a resposta ao Arame no dia 18. Não cumpriram pois, nem forem no dia 18, nem mais apareceram no porto nas duas vezes que eu ali passei quando ia para Elia. Também pediram aguardente e tabaco que receberam.

N'este mesmo dia fui com o Sefr. Chefe do Estado Maior a Suzana, saída do Arame ás 3 1/2 da tarde em escaler, chegada ao porto de Suzana ás 3,55 e á 1ª povoação ás 4 [...] Sahida ás 5 horas. Apenas fallamos a trez homens, não nos ligaram importancia dizendo-lhe o Sñr. Chefe do Estado Maior para dizer ao regulo para ir d'ái a trez dias ao Arame.

lf. 45

Não foram nem disseram os motivos.

No dia 18 fui a Elia e na passagem toquei em Jobel, apenas vi duas pessoas que me disseram que os grandes estão para o Arame. Não era verdade. Em Elia não fui recebido, disseram que o regulo só recebia brancos de manhã. Voltei no dia seguinte a saber porque Jobel não foi ao Arame, apitou a Zagaia no porto vieram dois homens que disseram terem resolvido não quererem a paz. Ficou assim liquidado o assumpto com Jobel e elles continuaram a dizer que *partiriam* a canhoneira ao meio se ela lá voltasse.

Seguímos para Elia e no porto tinha o recado do regulo que só me receberia em sua casa / para onde seguí com o interprete da Residencia e dois remadores, demorei no caminho 3/4 d'hora, fui mal recebido, dizendo-me que a contagem das cazas só se podia fazer depois de reunir a sua gente.

lf. 46

Reuniu-a, demorei 3 1/2 horas, tendo-me dito por algumas vezes que só pagavam uma vacca, pois o representante do Governo grande no Arame (Sñr. Chefe do Estado Maior) só lhes tinha pedido uma vacca em troca das pazes, por isso nada mais tinham a pagar. Em conclusão este anno não tinham arroz, por isso não podiam pagar, dei-lhes 15 dias para pensarem e retirei para o porto, já muitos estavam armados de zagaias e outros como se não quisessem perder tempo iam tomando cordas com que nos iam envolvendo, na occasião da nossa retirada faziam um barulho infernal. Este assumpto ficou liquidado até á occasião de receber o imposto.

No dia 20 segui do Arame para Ossôr e d'ali para EGINE á pé, acompanhava-me um marujo branco da Zagaia e o interprete da Residencia, / demoramos no caminho hora e meia.

lf. 47

O marujo ficou a traz doente e nós seguimos, mas só vimos mulheres os homens avistavam-se ao longe e depressa desapareciam.

Retiramos vindo por Jefunco, não fomos mais felizes; homens desapareceram só ficaram mulheres e crianças.

Andamos toda a noite porque a Zagaia por um mal entendido levantou ferro e só ás duas da madrugada a encontramos.

Estava cumprido em parte por mim o despacho da sua Excia. o Governador, tinha visitado a região aonde se davam as questões de Felupes e Bayotes, mas estava convencido que nem elles tinham feito as pazes uns com os outros, nem tinham tençois de pagar o imposto.

A 21 retiramos do Arame vindo o Augusto Barreto declarar que lhe haviam dito que em Jobel tinha havido grande reunião estando tambem os de Elia tendo ficado resolvido que outra vez que a Canhoneira entrasse no seu rio descarregariam sobre, o mesmo haviam dito ao Sñr. Chefe do Estado Maior.

E mais, que quem quer a paz é que tem que pagar por isso tinham de receber do Governo e não o Governo d'elles.

lf. 48

No dia 1 de Janeiro estando eu no Arame recebi o regulo de Lala e trez dos seus grandes que me communicaram que foram atacados em sua povoação ao meio dia pelos de EGINE e que na defeza mataram um de EGINE, e que estavam ameaçados *de virem sobre elles as trez povoações*, EGINE, Jefunco e Ossôr.

No dia 2 quando eu saia do Arame para Cacheu fui procurado pelo regulo Carlos de Bolor que me disse que estava ameaçado de que cairiam sobre o Bolor as trez povoações Ossôr Jefunco e EGINE, faltavam apenas oito dias para o dia marcado por mim para o pagamento do imposto é este a meu ver, o motivo d'este movimento. Regressei a Cacheu em escaler no dia 2.

No dia cinco segui novamente para o Arame, era o dia seguinte o marcado para o pagamento do imposto no

Arame, os indigenas tinham desaparecido do porto e proximidades do quartel, os manjacos que ali residiam e os que estavam de / passagem instigavam os indigenas do Arame a não pagarem, pois elles não pagavam na sua terra nem n'outra, e ninguem os podia obrigar, porque estavam muito bem informados d'isso. Ora estes manjacos pertenciam á circunscripção de Cachcu, no Arame cobrava-se imposto, mandei-lho cobrar tambem logo que não provasse tel-o pago em outra parte mais, só assim elles poderiam abandonar o Rio do Arame e não influirem no outro gentio. Arame faltou ao pagamento, havia 20 dias que se lhe havia marcado o dia 6 de Janeiro, declararam que só pagavam depois de pagar Jobel, Elia e Suzana.

lf. 49

Tivemos n'este dia novo recado de Lala a dizer que eram atacados n'essa noute, pois seguimos para lá ás seis horas da tarde e lá dormimos. O ataque não se realizaou.

O dia 7 era o que havia marcado para o pagamento de Ossôr, os dias seguintes para Jefunco e EGINE. Chegamos a Ossôr ás 11 horas e desembarquei com o interprete, 4 remadores e marinheiros brancos da Zagaia, estavam reunidas as trez povoações / mais de 300 homens, quiseram levar-nos para o recinto no mato onde fazem as suas orações, e onde tem o China grande, não fomos, ficamos no centro da povoação, a *palavra* correu muito tumultuosa e nós retiramos antes do tempo, depois de eu ter feito sair do ponto onde estavam alguns que iam aparecendo armados e com cordas na mão.

lf. 50

Voltei no dia seguinte ao Arame não conseguindo nada. Na volta toquei em Lala, Ossôr e Bolor nada consegui.

No dia 17 fui avisado, quando seguia de Poilão de Leão para {Gendem?}, de estar para ser atacada Lala, segui para Lala. Estivemos em Lala em 18 e 19. Nos dias 19 e 20 procurei novamente receber o imposto em Ossôr e Bolor, mas agora já nem ao porto vinham.

No dia 25 era já o quarto dia que se marcava para receber no Bolor, para ali seguimos ás 7 horas da manhã. Desembarcamos logo, o regulo Ajarim não apareceu mandou-se chamar, mas foi o mesmo que nada, quando era quasi noite appareceu o regulo que tinha passado o dia no china e a conferenciar com uns de Jobel que lá estavam, / eu tinha

lf. 51

durante o dia visto matar mais de 10 galinhas em diversos pontos e deitarem o sangue no china, esperavam os entendidos grande movimento, mas depois da chegada de Agari [sic], o reguio Carlos, *afilhado d'um comerciante de Cacheu*, entendeu que podia *com modos arrogantes* responder-me que não pagavam pois se o chão era do Governo, o dinheiro era d'elles. Não foi preciso mais que um signal meu e não passavam 10 minutos e já Ajari, elle e 4 grandes, que os rodiam estavam presos dentro do escaler, não tiveram tempo de excutar o [s] seus planos. Seguimos n'essa noite para o Arame voltando no dia seguinte.

Na volta perguntei se queriam pagar disseram que não, mas como viram que a Zagaia levantava ferro para Cacheu com elles resolveram-se a pedir-me para eu os deixar ir para terra que pagavam, não cedi pois já me tinham enganado mais de uma vez. Dei-lhe licença para irem dois á escolha d'elles, menos os regulos, acceitaram e passado algum tempo principiava com regularidade a fazer-se o pagamento terminando no dia 27. Não lhes appliquei multa por se dizerem /ha muito nossos amigos. Não lhe dei percentagem por não terem pago voluntariamente.

lf. 52

A uma hora do dia 27 fundeava no porto de Ossôr a Zagaia, desembarcou logo o Residente com 6 praças do destacamento de Cacheu, 6 guardas da residencia, um interprete e 4 remadores da alfandega e 4 remadores da Zagaia, ao todo vinte homens comigo, sendo apenas dois brancos. Toda a força foi collocada a proximamente 40 metros do terrafe e povoação, apenas me adiantei para o tarrafe para os chamar, não quiseram vir e já se viam alguns armados e de escudo na mão. Chamou-os ainda o interprete diversas vezes teve porem a mesma sorte que eu, ficou sem resposta.

Vendo que estavam a entrar bastantes para o tarrafe armados e era illudido por aquella povoação pela oitava vez, dei signal para lhe serem immediatamente apprehendidos os dongos, pois só assim poderiam pagar.

Quando notaram que lhe apprehendiam os dongos deram 4 tiros para a força, motivo porque mandei que parte da força lhes fizesse fogo e a outra / parte embarcasse, continuou o fogo de ambos os lados e algum tempo depois

lf. 53

tinham-lhe sido apanhados 29 dongos quebrando-se dois no caminho.

Estes dongos ficaram depositados em Cacheu (Nota á Repartição do Gabinete nº 14 de 28 de Janeiro).

No dia 29 estava no porto de Ossôr a bandeira branca pagando os seus habitantes o imposto de palhota que ainda levou bastantes dias a receber. (Nota nº 16 á Repartição do Gabinete.)

Em 2 de fevereiro principiei a cobrança em Jefunco, conseguindo depois de muito esforço receber 98 casas e no dia 5 em Egine recebendo apenas 15. No dia 6 principiei a cobrança em Lala que durou até o dia 11, como todos os outros Felupes, se havia negado; apenas consegui que pagasse 16 casas.

No dia [sic] cheguei ao Arame no Capitania ja lá estava a Zagaia a limpar, o dia da chegada o marcado por mim para o pagamento do imposto, era o 7º ou 8º. Não compareceram pelo que os mandei intimar para o dia seguinte ás oito horas da manhã; vieram muitos homens talvez uns trezentos com uns pequenos cestos com arroz que depois se verificou dar para pagar 9 casas. Vinham [...]nhos, era, diziam elles para dar como presente ao Governo, dando-lhe ao mesmo tempo mantilhas e dizendo que devido á falta de chuvas não podiam este anno pagar o imposto. Não accitei o arroz mostrei-lhes a conveniencia de pagarem, um dos seus argumentos era que Jobel não pagava ha annos e que ou todos ou nenhum.

lf. 54

Não recebi bem a sua ameaça e elles levantaram-se de repente, porem n'essa occasião já lhes não foi permitido sairem todos, tinham 5 centinellas nas saidas que o suficiente para elles terem que deixar os seus dois regulos e doze grandes. Não sendo d'esta forma não pagavam. No dia seguinte ao meio dia tinham terminado o pagamento.

No dia 18 depois de ter consultado os Sñres. 1º Tenente Teixeira e 2º Tenente Birne, se poderiam ir comigo a Jobel receber o imposto de palhota, que logo se promptificaram, seguiu ás 7 horas da manhã para a entrada do Rio de Jobel o Capitania, e cerca das 10 horas e meia chegou ao mesmo ponto a Zagaia, seguindo ambos em direcção a Jobel, apitaram no primeiro porto successivamente, o Ca/pitania,

lf. 55

e Zagaia, convidando, como é costume os habitantes a vir ao porto, costume que elles muito bem conhecem. Não vieram e passado algum tempo reuniram-se armados e em attitude ameaçadora, e collocaram bandeiras encarnadas por cima das casas (signal que indicava que queriam a guerra).

N'esta altura os trez officiaes viram que se não podia recuar e receberam a guerra que lhe offereciam os indigenas de Jobel que depois da morte dos 9 guardas da Residencia [...] Felupes Bayotes.

Rompeu o fogo e elles em vez de fugir concentravam-se em pontos do terrafe onde se podessem escapar aos tiros, mas continuando a reunir-se, aos do terrafe que dentro em pouco tempo já se não viam.

Agora deziámos nós, principiamos a ver que era preciso fazer mais alguma coiza, motivo porque saltei em terra com cinco soldados, um cabo, o interprete e um guarda da residencia, offerecidos dois remadores da alfandega e quatro homens do Capitania, ao todo 15 comigo.

Seguimos queimando seis tabancas, retirando em / ordem para o Capitania.

lf. 56

Depois de muito ter instado o 2º tenente Birne para ir com as suas praças permetin-lho caso a isso se não opozesse o Señr. 1º tenente Teixeira, recommendando-lhe que as contivesse, pois eu apesar de ter sido feliz bem sabia o que custou trazel-os em ordem para bordo por não serem militares.

Foi levando quasi toda a guarnição branca, os dois praticos [...] remadores da Zagaia e Capitania, dois cabos e seis soldados, uma força superior a 30 homens. Fui tambem a terra para de lá poder fazer signaes dos dois vapores pois estava bastante fatigado.

No desembarque atiraram-se logo aos auxiliares ao lodo para seguirem a diante, dentro em poucos alguns tinham entrado por pequenas passagens por entre terrafes e agua d'onde não era facil sair, porque para traz não podiam vir, os Bayotes que estavam no terrafe deixaram-os entrar e não os deixavam sair para a frente era tudo lodo e tinham de ir sair junto de Elia, isto é cerca de 3 kilometros e ainda assim dois dos sete que tinham entrado conseguiram ir até ao fim atravessan/do o Rio proximo de Elia. Os mortos foram dois

lf. 57

práticos e um [chagador?] da Zagaia, um remador do Capitania e um soldado da 2ª Companhia indígena d'infantaria. (Nota Nº 23 á Repartição do Gabinete).

Depois de batidos os Bayotes de Jobel e Elia pela Columna d'operações, principiaram os Bayotes a fazer ameaças em S.Domingos pelo que teve de se fornecer para lá armas e munições e a alfandega mandou remadores para guardar o seu posto fiscal; isso passou e hoje em S.Domingos há socego completo.

No Arame foi estabelecido o posto fiscal em 18 de Março passando todos os receios que ali havia.

Em 22 de Março foi batida e incendiada a povoação de Lala por a gente Ossôr, Jefunco, Egine, uma povoação de Suzana e parte de Varela. Já ninguém pensava na questão dos felupes quando appareceu a noticia. Estava no porto de Lala o Cahique Rio Grande que evitou algumas dezenas de mortes. Em Cacheu não havia vapor algum, por isso não se pode cortar o saque completo e destruição dos haveres dos habitantes / de Lala. Só se encontram ali ruínas e até as árvores foram queimadas e cortadas. É assim que eles entendem a guerra.

lf. 58

Lala era aliada com Bolor, por isso desde este momento que Bolor ficou em perigo, forneceram-se-lhe seis armas com 120 cartuchos e seguiu para ali no Cahique Rio Grande, porque os dois regulos tinham vindo á Residencia acompanhados de muito povo pedir soccorro para Bolor que estava também ameaçado de ser destruido. Principiou n'esta altura Cacheu a ter receio principalmente de perder os seus gados que tinham entregues aos Felupes, e a residencia para que fossem garantidos principalmente as vidas das mulheres de Cacheu que se encontravam ainda a negociar no chão dos Felupes, por este motivo fez-se o Residente acompanhar de 12 grumetes, 3 guardas de residencia e 3 soldados, e ordenou que o Cahique tomasse toda a carga da gente d'esta villa, do territorio dos felupes para Cacheu, e permanece-se entre Bolor e [Ossôr?] para evitar que a gente de Ossôr atacasse as embarcações que passavam.

lf. 59

Nos portos de Ossôr, Jefunco, Egine, Jobel e Elia / flutuava a bandeira branca, mas os Felupes e Bayotes d'aquellas terras continuavam a matar os manjacos que nos

seus territorios iam tirar borracha, a expulsarem as mulheres de Cacheu que iam negociar, a roubarem-se uns aos outros e por fim a atacarem á mão armada as embarcações que passavam no Rio do Arame.

A gente de Lala estava no ponto militar do Arame a maior parte, as crianças estavam em Suzana e Bolor, e alguns homens em Cacheu que viviam de esmolas e alguns pequenos serviços que faziam (não gostão dó trabalho os Felupes e Bayotes).

N'esta altura 31 de março houve conhecimento de que tinha sido atacada e roubada a faixa de Nha Beatriz entre Ossôr e o rio de Jobel.

Tinha havido tiroteio entre os tripulantes da faixa e os das seis canoas atacantes. Novamente a gente de Cacheu pediu providencias á residencia.

No dia 5 chegou o Capitania e no dia seguinte seguia o Residente n'elle para o Arame em serviço de Justiça Militar e na sua passa/gem pelo porto aonde tinha sido atacada e roubada a faixa de nha Beatriz encontrou cinco canoas dividamente tripuladas e escondidas, promptas a atacar quem passasse; eram de Jobel e Elia, e fugiram logo que deram pela nossa vinda. Intimados a pararem, por 4 ou 5 vezes, não obdeceram por isso fizeram-se trez tiros tendo fugido os tripulantes de 4 canoas, mas um foi morrer no dia seguinte a Elia, 4 canoas foram apanhadas uma desapareceu porque os seus tripulantes poderam fugir com ella.

lf. 60

Fui por Jobel e como não tinham dado pela nossa chegada ao apitar o vapor no porto os que estavam em cima das casas precipitaram d'ellas abaixo e tudo fugiu e se escondeu no terrafe, não obstante as repetidas chamadas por meio de apito; foi-lhes apreendida uma canoa no porto, e dois bayotes que vinham dos lados de Lala com arroz e uma porca, os seus tripulantes fugiram. Verificou-se pelo arroz, um pouco queimado, que vinham de Lala, entregou-se aos habitantes de Lala que estavam / no Arame e tinham fome. Na passagem do Capitania, na volta em Lala, encontrou-se ainda gente de Jobel a levar o resto que tinha escapado. (Nota á Secretaria nº 28 de 12 d'abril).

lf. 61

No dia 13 d'abril continuei com a cobrança em Jefunco e EGINE e ao mesmo tempo procurei preparar o terreno para

os habitantes de Lala voltarem para a sua terra, era tarefa difficil por causa de Ossôr, mas as chuvas estavam á porta, não havia força militar para ir para Lala, e com um inverno passado por cima d'quellas ruinas fazia-os desaparecer por completo, e os seus donos ficavam sem abrigo. O modo que fiz incutir em Ossôr, ameaçando-os de lhes arrazar por completo a povoação, fez com que lhe pagassem a multa do Señr. Chefe do Estado Maior e a de resgate dos dongos. Apóz o pagamento de Jefunco e EGINE estas povoações pagaram a multa d'uma vacca que lhes tinha sido aplicada pelo Señr. Chefe do Estado Maior.

Depois de terminar a cobrança em Jefunco / e EGINE fui a S. Domingos duas vezes, devido ao terreno que havia preparado para que Elia pedisse perdão visto terem-me dito que o desejava. A este assunto se refere a carta de João Martins Gamboa que segue por copia. Na segunda vez fui de escaler por não ter carvão para o Capitania, marquei o dia 1º de Maio para a minha ida a Elia e do que alli se passou consta a minha acta Nº 1 que junto por copia.

lf. 62

Na passagem do Capitania por Jobel os seus habitantes não fugiram, mas também não apareceram nas portas, recebendo eu logo que cheguei ao Arame um recado de Jobel de que iriam no dia seguinte ás 2 horas ao Arame pedir a paz. Não foram. Ultimei no Arame as negociações de Lala com Ossôr Jefunco e EGINE, por isso seguí na noite de 2 para Lala, o que lá se passou consta da minha acta nº 2 que junto por copia.

Terminaram as questões dos povos da margem esquerda do Rio do Arame pagaram o imposto / de palhota as cinco povoações Felupes d'essa região e no dia 3 á noite quando sai de Lala, lá deixei as povoações que lhes incendiaram e roubaram tudo, a beberem juntos e a fazerem promessas de entregarem alguns dos objectos levados.

lf. 63

Das povoações suas visinhas, Suzana, Caão, Cassoloto, Varella, Sucujaque(?), Tenhorte(?), Baciór(?) e Carnay, apenas posso informar que á primeira fui com o Señr. Chefe do Estado Maior e agora mandei lá um portador para marcarem o dia para o pagamento do imposto. A resposta que o portador me deu foi que o habitantes de Suzana estavam promptos a entregarem ao Governo já uma vacca

como mantilhas, mas que imposto este anno não o podiam pagar. Mandeí outro portador a Caton Cassolol disseram-lhe que fosse o Governo lá buscar o imposto se era capaz e em Varella riram-se do portador, ás 4 restantes povoações não mandei por não encontrar quem lá qui/zesse ir.

lf. 64

É esta a situação de região dos Felupes.

Dos Bayotes falta fallar de Colage Nhambalam e Cassut.

Por causa de Colage, aonde não fui por ser a povoação por completo coberta de matto, tive de ir já duas vezes a S.Domingos e devia lá estar hoje se o Capitania não tivesse de seguir amanhã de madrugada para Bolama como foi ordenado em telegramma hontem recebido. Estão lá 4 porcos gordos para o princípio de pagamento de Colage, e hoje deve lá chegar o resto.

Pago Colage estou certo que tambem paga Nhambala povoação igualmente envolvida pelo mato, mas hoje com um pequeno numero de casas, proximamente 30, segundo as últimas informações. Sigo para S.Domingos as 11 horas da noite em escaler da alfandega, visto o Rio Grande não poder entrar no rio de S. Domingos para receber o imposto de Colage.

Cassut tem umas 27 casas e é junto de povoações / do Arame e Elia prometeram vir pagar, mas estou certo que d'estas duas povoações só completarão o pagamento quando virem que Elia pagou e que Jobel se prepara para isso. É esta em resumo a situação dos Felupes e Bayotes e pelo mapa junto poderá Sua Excia. o Encarregado do Governo calcular a importancia das povoações pelo seu numero de casas e as quantias que tem pago de imposto de palhota desde 1906, data desde quando ficaram registadas na Residencia as quantias recebidas.

lf. 65

As despesas com os grometes que me acompanharam para a manutenção da ordem nos Felupes e Bayotes, e com algumas pessoas de Lala impossibilitados foi:

A Valentim Campos, sardinhas em azeite	16:280
A Manuel G. d'Oliveira, atum bolacha e vinho	11:750
A casa Soller, arroz	28:480
A Rudolf Titzek V. C.ta, arroz	3:000

Somma 59:510

A despeza feita com os regulos e grandes de Bolôr,
Ossôr, Jefunco, EGINE e Lala foi:

A casa Solter, alcool e tabaco 15r040

A Manuel Rodrigues da Fonseca, aguardente 1r60

Somma 16r640

No meu relatorio geral falei sobre as outras regiões
d'esta Residencia e completarei esta ligeira descripção dos
factos até hoje occorridos com Bayotes e Felupes.

Saude e Fraternidade

Exmo. Sñr. Secretário Geral do Governo da Provincia

Residência de Cacheu, 7 de maio de 1912

O Residente,

(ass.) Joaquim Simões da Costa
Capitão



3 N'KURBADOS

*OS 3 N'KURBADOS⁽¹⁾, de Fernando Júlio.
Crítica de uma banda desenhada em kriol**

Alain Kihm
Jean Louis Rougé

O kriol, ou crioulo de base lexical portuguesa da Guiné-Bissau (e de Casamance) formou-se no decurso do séc. XVI (cf. Wilson, 1962; Chataigner, 1963; Doneux e Mbodj, 1979; Mbodj, 1979; Giusi *et al*, 1981; Rougé, 1985; Kihm, 1980, 1983a, 1983b, 1987). Produto do contacto com a Europa, durante quatro séculos enraizou-se, «nativizou-se». A literatura oral circundante, Hiena, Lebre, o velhaco genial e os seus compadres, traduziu-se e introduziu-se nele. De início, sem dúvida, acantonado nos postos coloniais e nas relações com os brancos, mais

* Os nossos agradecimentos a Aristides Pereira, que tantas vezes nos iluminou.

A presente nota de leitura reproduz parcialmente o artigo «Les trois irrécuperables de Fernando Júlio», aparecido originalmente nos *Cahiers du LACITO*, 3, 1988, é publicada aqui, com a devida autorização dos autores, por constituir das poucas se não a única crítica à literatura embrionária da Guiné-Bissau. (*N. da E*)

tarde o kriol difundiu-se pelo país, tomando-se língua veicular, depois reconhecida como língua nacional durante a guerra de libertação (1963-1974) e, actualmente, língua primeira, e também materna, de uma parte cada vez maior da população. Pela primeira vez, se se exceptuar os cristãos (*kristons*) de Ziguinchor e de Cacheu, vê-se crescer uma geração que não possui de facto outra língua a não ser o kriol. Trata-se, pois, de uma língua viva ou, melhor, de uma língua jovem. É também uma língua oral.

O que é que se encontra escrito em kriol no início dos anos 80? Tão pouco que ainda é possível fazer o inventário. Até ao fim do século XIX, nada (salvo a transcrição de algumas palavras, cf. Bocandé, 1849). Em 1888, Schuchardt publica a tradução da parábola do filho pródigo e de uma fábula de La Fontaine, «O Lobo e a Cegonha», *Lobo cò garça* (transcrição original), na realidade «A Hiena e a Garça» — a fábula é tão «africanizada» que Schuchardt confessa não compreender o início (*den Eingang verstehe ich nicht*, p. 308), que é de facto uma fórmula de introdução aos contos tradicionais. Estes documentos foram-lhe enviados pelo Padre Marcelino Marques de Barros, um guineense que já tinha publicado em 1882 (1900) poemas e canções em kriol. Depois disso nada de novo, publicado ao menos, até após a independência, se se exceptuar alguns panfletos do exército português (um dos quais encontra-se reproduzido em Barbosa, 1965-1966). Como muitas vezes, ou (quase) sempre, a poesia vem primeiro, e escreve-se muita poesia em kriol a partir de 1974. Alguns nomes: Conduto de Pina, Armando Salvaterra, Djibril Baldé, Helder Proença... Mas as suas obras não são publicadas para além de folhas mimeografadas (cf. Conselho Nacional da Cultura, 1978; uma excepção: Conduto de Pina, 1978, que contém apenas, é verdade, dois poemas em kriol, e vinte em português). Não é de esquecer também, nesta rubrica, a canção «moderna» editada em discos, em particular Zé Carlos e o grupo Mama Djombo. Em 1979, são publicados em Bolama uma recolha de adivinhas (1979) e uma recolha de contos (Montenegro e Morais, 1979). A introdução e o aparelho crítico são em português, e os textos são acompanhados de tradução. O Novo Testamento foi traduzido em parte pela missão católica, bem como o Missal. Além disso, existem os linguistas que contribuem com os seus exemplos e transcrições de contos (cf. as referências mais acima, às quais pode-se acrescentar Scantamburlo, 1981) e o livrinho *Kebur* («A colheita»), utilizado actualmente para a alfabetização de adultos. E é tudo que sabemos.

Dir-se-á talvez que o kriol encontra-se, depois de tudo, em melhor posição — se se admitir que a escrita é «boa» — do que a maioria das

línguas de África, crioulas ou não. Sem dúvida, mas existe uma diferença. Uma língua «étnica», por exemplo o bijagó, não tem qualquer «hipótese» — todas as palavras deveriam levar aspas quando se fala destas coisas — de chegar a tomar-se uma língua escrita, por razões mais do que evidentes. Até mesmo as línguas mais difundidas passam (alegremente?) ao lado da escrita; pensamos naqueles manjacos que, da Guiné-Bissau, do Senegal, da França, comunicam entre si na sua língua, não escrevendo, mas correspondendo-se através de cassetes, hoje em dia audio, talvez daqui a nada vídeo. Directamente na galáxia MacLuhan! Mas o kriol, por ser uma língua um pouco à parte apesar do seu enraizamento, língua essencialmente segunda durante toda a sua história, por ser sobretudo uma língua urbana, não podia deixar de encontrar a escrita ou, melhor dizendo, o escrito. O desejo de literatura, que é da cidade — com as suas escolas, os seus escritórios, os seus letrados, os seus regulamentos afixados — tanto como o conto é do campo, tinha que nascer. Uma língua que permanece associada à cultura tradicional pode escrever-se «utilitariamente»; mas a língua literária, o escrito autónomo que não é transcrição do oral (de resto impossível se se quiser exaustiva), supõe a cidade (tanto como a invenção da própria escrita).

Não há literatura sem língua literária, que é algo muito diferente do que a escrita da língua: tudo o anterior gira à volta desta tautologia. Certamente, existia uma língua poética, já manifesta nas canções recolhidas por Marques de Barros, e utilizada pelos «jovens poetas». Trata-se de uma língua plena de saber, que joga com a flexibilidade do kriol, a liberdade da composição e da derivação, a facilidade das transferências categoriais de verbo para substantivo ou o inverso, e que acarinha as palavras raras e sonoras extraídas do fundo, muitas vezes intraçável, de empréstimos «africanos» que compõem o kriol antigo, velho crioulo um pouco mítico onde as palavras da tribo eram mais puras. Fazer a história desta língua poética — que cada autor, naturalmente, adapta a si próprio — seria apaixonante. Dela diremos apenas isto: não é uma língua para a prosa.

Até ao início dos anos 80 não existia em kriol língua literária, se se entender por isso não um conjunto algo fluído de convenções hábitos ou nuances (nenhuma palavra satisfaz) de linguagem constitutivos de uma prosa não (directamente) utilitária (nem modo de emprego, nem declarações etc.) e autónomo em relação ao oral (o que exclui a «literatura» folclórica, simples transcrição de relatos ou de contos orais — mas sem negar que esta possa, em certas circunstâncias, servir de transição para a formação de uma língua literária).

Os primeiros sinais aparecem por volta de 1979-80, quando o jornal *Nô Pintcha* ("Avante" — o resto do jornal é em português) começa a publicar, de maneira bastante irregular, um suplemento cultural, *Bombolom* (o grande tambor que transmite notícias), que publica cartas dos leitores, muitas vezes extensas, em kriol. Trata-se da primeira prosa pública em kriol, correspondendo nalguma medida à definição esboçada mais acima. Mais tarde, a partir de 1984, as bandas desenhadas começam a circular nas ruas e mercados de Bissau. O fenómeno parece surgir espontaneamente, e já não é possível saber quem foi o primeiro. Os autores, Fernando Júlio, Manuel Júlio, Humberto Gonçalo, Malamba Sissé..., simultaneamente desenhadores e cenaristas, são jovens que fizeram estudos secundários (o que significa que têm certo conhecimento do português) e alguns deles (F. e M. Júlio, dois irmãos) foram jornalistas na imprensa local.

Eles aprenderam o desenho e a técnica da banda desenhada (divisão em quadros, código dos balões, etc.) a trabalhar e por observação. (Os irmãos Júlio fizeram um estágio de artes gráficas no Brasil, mas *depois* de terem iniciado a sua produção). O aspecto propriamente gráfico não constitui o nosso propósito nem é da nossa competência, mas vale a pena assinalar que a originalidade desta produção é notável. Cada autor possui um estilo muito pessoal em que nenhuma influência se deixa distinguir claramente: nem os super-heróis americanos, nem a escola belga, nem a banda desenhada de origem italiana dita «para adultos» — talvez um pouco esta última em Gonçalo (*Calerom di Sorti - Minjer i Venenu*, «O Caldeirão da Sorte» - «A mulher é veneno»), e em Fernando Júlio, que lembra inevitavelmente os *Pieds Nickelés* retomados por Pellos. Isso exigiria, certamente, um estudo à parte (que será tentado na antologia que estamos a preparar).

Não contentes com desenhar e escrever, os autores fazem a reprodução mimeografada (com todas as dificuldades que se pode imaginar se se conhecer Bissau) e a comercialização da sua produção, quer vendendo-a eles próprios, quer confiando-a a intermediários, ambulantes ou instalados nos mercados.

Uma caracterização social muito muito sumária e, sobretudo, muito prudente destes autores poderia ser esta: cidadãos com um verniz de educação «europeia», sem estarem completamente desligados da cultura tradicional (ver mais abaixo); pertencem à pequena burguesia, subentendendo-se que, num país como na Guiné-Bissau, esta confunde-se com o Estado e as suas dependências, e que não existe grande burguesia nem classe operária, o que evidentemente torna toda esta caracterização

extremamente superficial, embora não completamente desprovida de valor (cf. Lopes 1985). Todos têm o crioulo como língua primeira e quotidiana.

Porque é que eles escolheram a banda desenhada e o crioulo para «se exprimirem»? O melhor seria perguntar-lhes. De resto, não há certeza de que soubessem responder, já que eles próprios parecem ter sido ultrapassados pela importância assumida pelas suas obras, pelo fenómeno social que elas chegaram a constituir. Mesmo assim, poder-se-ia esboçar uma resposta: porque dado os seus temas e o seu mercado, esta forma e esta língua dalgum modo impunham-se.

Antes de tudo, parece-nos que um ponto deve ficar claro: estas obras não são nem podem ser «literatura popular», no sentido que esta expressão tem nas nossas latitudes, onde ela designa, como se sabe, literatura para o «povo», sempre classificada e classificando-se a si própria (e aos seus consumidores) na base da escala de valores definida pelo gosto legítimo, ou produções de autodidactas que não conseguem evitar o riso condescendente, no melhor dos casos, e, no pior, a mediocridade e o ridículo (cf. Hoggart 1970, caps. 7-8; Bourdieu 1979, cap. 6, e 1983; Thiesse 1985; Dubois 1985). No mercado literário interno da Guiné-Bissau não existe gosto legítimo. (Evidentemente, trata-se de um mercado extraordinariamente restrito: há que considerar que a proporção de analfabetos ainda ultrapassa largamente os 50% — impossível com toda a honestidade dar uma cifra mais precisa — e que existe em Bissau uma livraria, mal fornecida⁽²⁾; de facto, e é importante para o nosso objecto de estudo, a maioria dos leitores potenciais é provavelmente constituída por jovens dos doze aos vinte e cinco anos que frequentam ou frequentaram o ensino secundário, isto é, o liceu de Bissau). Mais exactamente, não existem detentores reconhecidos de um gosto tido como legítimo — embora existam alguns indivíduos, em geral mestiços (não se pode ignorar estas distinções⁽³⁾, totalmente impregnados de cultura europeia, e que são precisamente isso, apenas indivíduos, por muito elevada que seja a sua posição social.

Os poucos escritores de nacionalidade guineense (Vasco Cabral, Helder Proença, A. Regalla, A. Soares) escrevem em português, mais precisamente em português-padrão, porque não existe na Guiné-Bissau uma variedade local como em Angola ou em Cabo Verde que os escritores possam utilizar. Forçosamente editados em Portugal, eles dirigem-se portanto principalmente a um público externo. Dito por outras palavras, a única literatura legítima é estrangeira: portuguesa ou traduzida em português.⁽⁴⁾ Mais ainda: para a maioria dos leitores, mais do que

estrangeira, ela é exótica, desligada de toda tradição, desprovida de referências.

Além disso, por razões fundamentalmente económicas, esta literatura «mundial» só chega a Bissau — para não falar do resto do país — em quantidade ínfima e na maior confusão qualitativa: Kim Il Sung lado a lado com Flaubert! Nestas condições, o «público leitor» guineense não é mais susceptível de interiorizar juízos de legitimidade literária do que nós quando se trata de *haikus* — se não tivermos, e eles não o têm, o poder de anexar culturalmente toda forma ao mundo. Em suma, a tábua guineense é ainda rasa e tudo aquilo que aparecer nela vindo do interior só pode ser legítimo, ou, para sermos mais precisos, *ainda* está à margem de toda questão de legitimidade ou ilegitimidade. E é por isso, diga-se de passagem, que o «serviço» que prestamos às suas obras divulgando-as aqui não é sem ambiguidades, sem dúvidas porque nós próprios somos ambíguos na nossa apreciação. Nós sabemos que a BD é uma arte menor, e eles também acabarão por sabê-lo. Mas que fazer?⁽⁵⁾

Embora populares, estas obras não o são no sentido *naif*. Não porque tenham cortado com todas as raízes, muito pelo contrário, como iremos ver, mas porque os seus autores não pertencem de facto ao povo, se se entender por povo as três quartas partes ou mais da população composta por camponeses que desde há séculos pouco ou nada mudaram o seu modo de vida. E também porque o desenho, *a fortiori* realista, não tem tradição antiga na África Ocidental. A forma é um empréstimo; também ela é, tal como o kriol, produto do contacto.

No entanto, os temas são inteiramente representativos da vida quotidiana em Bissau e simultaneamente estão em perfeita continuidade com a concepção tradicional daquilo que faz uma história. Vejamos os nossos três «N'kurbados». Todo o episódio gira à volta de um saco de comida que os dois compadres, Bafatoriu e Ataia ⁽⁶⁾ conseguiram arranjar com algumas dificuldades, e do qual Sapu Fora ⁽⁷⁾, o seu inimigo jurado, quer apoderar-se. Numa outra história, para ganhar um fabuloso prémio de cinco bidões de vinho de cajú e oitenta gatos, lançam-se numa grande corrida a pé e de canoa de Bissau a Gabú (200 km). Na Guiné-Bissau não se morre de fome, mas na cidade o abastecimento constitui um problema sério; perdem-se horas cada dia à procura de arroz, base da alimentação, e de um pouco de carne ou peixe para acompanhar. Os estratégias de Sapu Fora são também um piscar de olhos: aqui, exhibe um documento oficial; lá, mascara-se de polícia.

Minjer i Venenu de Humberto Gonçalo contém uma sátira cruel e muito engraçada da vida dos ministérios. Os três *N' Kurbados*, como de

facto quase todos os personagens destas obras, são desempregados — se o termo tem algum sentido quando o estado habitual da maioria da população urbana é não possuir rendimentos fixos, e sobreviver unicamente na base de «expedientes». Ter sucesso é chegar a ser condutor de um ministro, ou ir para Portugal para tornar-se um miserável jogador de futebol de segunda ou fazer-se expulsar depois de vaguear nas ruas sem destino certo. Estes escritores-desenhadores são de uma lucidez negra e sem indulgência. (Deve-se dizer, com toda a justiça, que as suas obras circulam — e muito — na mais absoluta liberdade). Por vezes assumem um tom mais cívico: denúncia das queimadas que destroem a floresta, crítica àqueles que, por superstição, se recusam a dar sangue; mas sem nunca cair num «realismo socialista» edificante — que, de resto, não encontra eco em África, onde o Estado ainda não asfixiou o cepticismo nem o sentido de humor.

O humor leva-nos de novo à tradição. Os seus principais resortes são o engano, de preferência enorme, e o sexo — eventualmente a associação de ambos, como no travesti Sapu Fora. Neste ponto, aliás, Fernando Júlio é um autor relativamente circunspecto. Outros, Gonçalo em particular, tocam os limites da obscenidade. Todavia, trata-se de uma obscenidade simples e franca como a das nossas quadras populares; numa palavra, pagã. É isso que é surpreendente para um leitor europeu (mas também para um leitor senegalês, por exemplo): até que ponto os heróis destas histórias foram pouco tocados pelas morais monotestas. São pagãos, mesmo (sobretudo) quando invocam a Virgem Maria ou vão consultar o marabu muçulmano, aliás apresentado como um escroque.⁽⁶⁾ Não há o «fazer a corte», mas há desejo de um pelo outro, e dizem-no — o que não significa ausência de interdições, porque se assim fosse, não haveria de que rir. Tudo isto evoca certamente o conto oral tradicional. Os autores não podiam deixar de estar impregnados dele, de tal maneira se encontra ainda vivo, tanto em crioulo como em todas as línguas do país. É aí em primeiro lugar que eles aprenderam o que é uma história, desde a sua infância. Num certo sentido, os seus romances em imagens são também a transposição, a modernização destes contos. Isto não é válido para todos, transparecendo neles em maior ou menor medida, mas é particularmente evidente em Fernando Júlio. As suas personagens reeditam mais uma vez, nos *bairros* de Bissau, o eterno confronto entre Hiena (*Lubu*) e Lebre (*Lebri*). Ataia Ju e Bafatoriu são ambos a lebre, o *trickster* de astúcia inesgotável; Sapu Fora incarna a hiena, da qual possui a glotonaria e a estupidez. Os procedimentos dramáticos também são os do conto, com as mesmas reviravoltas súbitas, os mesmos aparentes ilogis-

mos ou alogismos (como é que Atáia Ju e Bafatoriu previram que Sapu Fora iria dar directamente contra um touro?), a mesma ausência de explicação (o que é que leva Sapu Fora a disfarçar-se de mulher?).

Os nossos autores decidiram assim contar histórias simultânea e indissociavelmente realistas-modernas e ligadas à sua tradição cultural. Não seria exagerado afirmar que começaram a criar uma literatura. O kriol evidentemente impunha-se, como verdadeira língua destas peripécias, única capaz de verbalizar este mundo que a modela ao mesmo tempo que a traduz. O português teria resultado impotente e falso (pelo menos tanto como as outras línguas «locais», que, de qualquer modo, não têm nenhuma tradição de escrita). Mas este kriol não é qualquer, e sobretudo não é a pura e simples (?) transcrição daquilo que o escritor diz. Certamente, a base é o kriol chamado «leve» (*lebi*), isto é, sujeito à influência lexical e, em menor medida, sintáctica do português (*aportugizadu* ou *aportuguesado*: a palavra é ambígua, tal como aquilo que designa), falado pelas jovens gerações de Bissau, para as quais é uma língua primeira, e até materna. Mas este kriol «leve», de fraca espessura, é aprofundado com um contributo lexical e sintáctico de kriol *fundu* (“profundo”), *antigo*, do qual estas mesmas jovens gerações, e não apenas os poetas (cf. mais acima), têm actualmente saudades (vai-se visitar os velhos e os antigos combatentes, para reencontrar as palavras e expressões). O que é que resta dele na linguagem quotidiana é algo que ainda não sabemos dizer; mas pensamos que seria injusto ver no escrito um hiperdialectismo, por definição superficial. Está-se mais perto do «desvio máximo» de Bernabé (1983a:178-295), que muitas vezes é mal compreendido ou não se quer compreender, e que é simplesmente o único e inevitável meio de constituir uma língua literária numa situação de dominação linguística. Tanto mais que nestas obras se observa uma grande sensibilidade às variações da língua. Em particular, os registos «distintos» — abuso de expressões portuguesas ou, pior! caboverdianas — são sistematicamente fixados. Trata-se do primeiro esboço de prosa literária kriol que lemos nestas obras.

Porquê então escolher a banda desenhada e não o romance ou a novela? Vemos nisso duas razões, uma negativa, a outra positiva. A razão negativa é, precisamente, que esta prosa constitui ainda apenas um esboço. Imediatamente utilizável para o diálogo, ela ainda não foi adaptada à descrição (limitada aos raros quadros explicativos incluídos nos desenhos), ao comentário nem à digressão. A razão positiva, sem dúvida mais importante, é que a forma desenhada convém perfeitamente ao tipo de história que os nossos autores gostam de contar, e que os seus

leitores gostam de ler. Com a sua flexibilidade e economia de construção, a sua densidade visual, a sua força cômica, esta forma é uma das mais aptas para contar o moderno sem rejeitar a tradição narrativa — e é muito mais barata do que o cinema, que também possui esta capacidade. Num mercado onde, como vimos, a questão da legitimidade ainda não se coloca, porque é que a literatura não haveria de começar por vestir as roupagens do romance em imagens? Sempre haverá tempo para passar ao romance feito todo de palavras quando surgir a necessidade de outros tipos de histórias, ou (mas é o mesmo processo) quando Bissau seja por fim investido pelas legitimidades dominantes. Mas este romance, será em crioulo? É duvidoso. De novo contar-se-á às pessoas histórias que elas terão vergonha de sentir estrangeiras.

Entretanto, existem razões para congratular-se. Não é todos os dias que se vê surgir, por assim dizer do nada, uma literatura e a sua língua, de uma lucidez tão aguda, de uma devassidão tão cômica, capaz de criticar sem piedade a realidade quotidiana numa forma narrativa totalmente integrada, sem ser no entanto folclórica ou, como se diria entre nós, «saloia».

(Tradução de T. Montenegro)

NOTAS

- (1) Literalmente, “tortos, encurvados”: *nkurbadu* designa um indivíduo tão mergulhado na via do crime que já nada o pode desviar dele.
- (2) É de assinalar o papel que provavelmente desempenha o Centro Cultural Francês de Bissau, cuja biblioteca, aberta a todos, é muito bem fornecida não só em literatura «séria» mas também em banda desenhada de qualidade.
- (3) Os nossos autores não são (visivelmente) mestiços. É preciso não se deixar enganar pelos seus nomes; eles indicam apenas que os seus antepassados, por um lado, não eram muçulmanos, e, por outro, que pertenciam à franja da população dita *civilizada*, para empregar a terminologia colonial, quer dizer urbanizada, e que ocupava empregos subalternos no sector privado ou na administração.
- (4) Os poetas citados mais acima não podem ser aqui incluídos porque, não tendo sido publicados, são de facto conhecidos apenas por um pequeno círculo de amigos. Não constituem portanto um mercado literário.
- (5) É necessário dizer — sim, sem dúvida — que não se trata de saber se a banda desenhada é ou não «realmente» uma arte menor, nem de defender a este respeito uma eventual opinião pessoal? Acontece simplesmente que, dado certos determinismos sociais a cuja interiorização ninguém escapa numa estrutura social dada, as produções artísticas

comportam valores distintivos, entre os quais a subversão ainda é reconhecida. Naturalmente, a disposição dos valores pode mudar — viu-se com o cinema, e talvez esteja a acontecer «entre nós» com a banda desenhada. Mas certamente esse processo ainda não chegou ao fim.

- (6) *Ataia* quer dizer “vinho de cajú”. Trata-se evidentemente de um empréstimo ao wolof *attaaya*, “chá” (árabe *at-taay*). A mudança de sentido é produto de uma brincadeira, já que as populações não islamizadas não consomem chá (o chamado “chá verde”). O apelido do herói é Ju, nome tipicamente pepel (os Pepels constituem a etnia dominante em Bissau e na região, donde são autóctones). *Ataia Ju* rima com *biãw kaju*, outro nome para a mesma bebida.
- (7) Literalmente, “Sapo Fora”. Designa-se assim (ou simplesmente *sapu*) os papa-jantares que procuram misturar-se numa festa sem ser convidados. Isso ajusta-se bem à personagem.
- (8) Em Bissau e no oeste do país, o islamismo minoritário — ao contrário do leste, povoado maioritariamente por fulas e mandingas islamizados desde há vários séculos (e que é também a região onde o crioulo penetrou mais tardiamente — de facto, com a guerra de libertação). A influência do cristianismo (católico em primeiro lugar e secundariamente protestante), quando não é nula, permaneceu superficial, ou, pelo menos, diluída num sincretismo bem organizado. A população guineense do oeste — é prudente reservar-se o juízo sobre o leste — pode ser classificada globalmente, seja qual for a sua afiliação nominal, como «animista», com as habituais reservas sobre o sentido do termo. Acrescentemos que, à diferença de outros Estados africanos ditos «progressistas», a Guiné-Bissau nunca se proclamou país socialista dotado de uma doutrina político-ética-oficial — e ainda bem...

ACTIVIDADES DO INEP

I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CEHC)

a) Formação e superação de quadros

Tendo em conta que o trabalho do cientista social profissional é recolher, analisar e interpretar cientificamente os dados da investigação, é evidente que um bom conhecimento dos instrumentos metodológicos apropriados é indispensável. É também indispensável que um conhecimento adaptado às realidades da África, acompanhe constantemente as inovações mais recentes.

É neste âmbito que teve lugar, durante os meses de Abril e Maio, um seminário sobre História e Crítica da Antropologia, orientado por Cornelia Giesling, professora de Antropologia Social da Universidade de Munique (Alemanha), com a colaboração de Peter Mendy, investigador do CEHC. Nele foram abordados importantes tópicos tais como éticas de investigação, relação entre a teoria e a investigação, métodos de inquérito, estratégias de investigação de terreno e, entre outros, análise e apresentação de dados. Alguns dos grandes temas abordados foram: a Escola Funcionalista (Malinowski, Evans-Pritchard), a Escola Francesa (Durkheim, Levi-Brahl, Levi-Strauss, Marcel Mauss), Crítica de Pierre Clastre, e Feminismo e Antropologia. O seminário era dirigido aos investigadores do INEP e do INDE e aberto a todos os interessados.

b) Projecto interdisciplinar de investigação

O Centro prosseguiu com o projecto «Uso da Terra» e no mês de Abril foram apresentados os resultados preliminares num seminário organizado conjuntamente com a Faculdade de Direito.

c) Outras actividades

- Participação na Assembleia Geral do CODESRIA, através dos investigadores Peter K. Mendy e Raúl M. Fernandes.
- Participação de Raúl M. Fernandes no Programa Norte-Sul da UNESCO.
- Participação no Seminário de Avaliação dos Impactos Sociais do Programa de Ajustamento estrutural na Guiné Bissau, organizado pelo Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.
- Elaboração por Raúl M. Fernandes dos termos de referência do estudo «Estratégias para a promoção da mulher no processo de desenvolvimento».
- Participação do investigador Mamadú Jao num estágio de formação em Antropologia do Desenvolvimento, com a duração de um ano, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de Lisboa.
- Participação de Peter K. Mendy e Raúl M. Fernandes na conferência sobre Democracia e Desenvolvimento organizada pela ALTERNAG, com o tema «Poder moderno e poderes tradicionais».
- Participação de Peter K. Mendy numa investigação documental, durante seis semanas, no *Centre de Recherches Africaines* (CRA) da Universidade de Paris I.
- Contactos com o IEPALA (Madrid) com vista à realização de uma pesquisa documental em bibliotecas e arquivos espanhóis.

d) Arquivos Históricos

À semelhança dos trabalhos elaborados anteriormente, continua a ser feito o tratamento dos fundos de arquivos coloniais. Assim, no decurso do último semestre procedeu-se ao:

- Tratamento dos fundos de arquivos de Xitole, Cossé, Gã-Mamudo, Contubocl, Bambadinca e Administração de Bafatá.
- Início do pré-inventário dos fundos de arquivos da Administração de Gabú.

e) Arquivos Sonoros

Os Arquivos Sonoros estão a elaborar um catálogo provisório que irá permitir um melhor acesso ao acervo documental disponível nas suas

instalações. Paralelamente a esta actividade está em curso a recolha de material fotográfico para a instalação dos arquivos audio-visuais.

II. CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÓMICOS (CESE)

As actividades desenvolvidas por este Centro agruparam-se em torno de três rubricas:

- Projectos de estudo
- Actividades de formação/informação/documentação
- Contactos institucionais

a) Projectos de estudo

Realizou-se no mês de Março o seminário de apresentação dos resultados do projecto de acampamento do Programa de Ajustamento Estrutural.

Já se iniciaram contactos com ASDI no sentido de esta financiar uma segunda fase deste projecto que, contrariamente à primeira fase, terá um carácter menos global, debruçando-se apenas sobre dois ou três aspectos considerados chave nos distintos sectores.

b) Actividades de formação/informação/documentação

Continua a edição do *Boletim de Informação Sócio-Económica* (BISE). Foi feito um esforço particular para dinamizar as actividades dos membros do conselho de redacção, tendo sido indigitado para responsável destas acções Isaac Monteiro.

c) Contactos Institucionais

O CESE continua a promover acordos e intercâmbios com instituições estrangeiras. A nível internacional, foram formalizados os acordos já existentes entre o INEP e a *Skandinaviska Afrika Institutet de Uppsala* (Suécia). A nível nacional, dinamizou-se a participação do Instituto nas actividades de três instituições sediadas ou representadas no país e das quais o INEP é membro: OMVG, UNICEF e PNLS (Programa Nacional de Luta contra a SIDA).

III. CENTRO DE ESTUDOS DE TECNOLOGIA APLICADA (CETA)

No contexto actual, a carência de recursos humanos qualificados continua a ser um dos nossos maiores *handicaps*. Tentando gerir esta situação e adaptando as capacidades às solicitações, o CETA desenvolveu as seguintes acções:

a) Divisão de Informática e Estatística

- Recolha e inserção de dados no banco de dados sobre as publicações do INEP e o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.
- Actualização contínua do banco de dados sobre os ponteiros da Guiné-Bissau.
- Recolha de dados (inquérito) e criação do banco de dados sobre «Investigadores e potenciais investigadores da Guiné-Bissau».
- Apoio ao processo de informatização da Biblioteca Pública sobretudo no que respeita à formação de operadores e na gestão do banco de dados bibliográficos (CDS/ISIS). Esta acção foi realizada com a vinda da Sr^a Mónica Allmand.
- Apoio ao processo de informatização do Serviço de Publicações na instalação dos equipamentos e arranque do sistema Macintosh.

b) Divisão de Engenharia e Tecnologia Rural

No âmbito do projecto «Uso da Terra» efectuaram-se:

- Estudo dos sistemas de cultura, com especial ênfase sobre o Arquipélago dos Bijagós.
- Alargamento do inquérito realizado o ano passado às restantes ilhas do arquipélago.

c) Divisão de Informação e Documentação

No quadro do projecto CRDI esta divisão continua a colaborar estreitamente com o Serviço de Publicações, a Biblioteca Pública e com a Divisão de Informática e Estatística.

Deste modo salientam-se as seguintes actividades realizadas:

- Continuação da Publicação do *Boletim de Informação Científica e Técnica*.

- Prosseguimento das actividades de microfilmagem de documentos.
- Reforço dos laços de colaboração com os organismos regionais de documentação e de informação, particularmente com a RESADOC.

IV. GABINETE DE CONSULTORIAS (GABICON)

Para 1992 o Gabicon previra a possibilidade de uma redução de solicitações de serviços por parte das agências de ajuda externa, devido ao facto de se estar a viver uma situação política de transição, complexa e relativamente imprevisível.

Perante esta hipótese, o gabinete decidiu alterar a sua filosofia de mercado e passar a propor estudos através da sensibilização destes organismos para os temas considerados de maior atenção.

Assim, foram propostos para financiamento os seguintes estudos:

1. Arroz
 - 1.1. Consumo *per capita*
 - 1.2. Continuação do estudo sobre o mercado fronteiriço
 - 1.3. Inquérito sobre preços agrícolas
 - 1.4. Inquérito aos mercados da Guiné-Bissau
2. Regulados
 - 2.1. Tipos de estrutura «histórica», mudanças actuais, problemas e consequências
3. Conflitos em torno da terra
4. Mulher e Desenvolvimento
5. Epidemiologia (estudos antropológicos sobre a saúde).

V. SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES (SP)

O SP beneficiou de importantes concretizações sobre as quais menções várias haviam sido feitas em outras ocasiões. Destas destacam-se:

- a) Informatização dos seus serviços

A aquisição de um conjunto de equipamentos para micro-edição, constituído por dois computadores Macintosh e material acessório,

trouxe nova vida ao SP, que se mudou para uma sala mais ampla e com melhores condições para o equipamento.

Procedeu-se à instalação de mecanismos de segurança e à decoração da sala.

b) Aquisição de material de publicidade

Com a chegada a Bissau de cartazes, auto-colantes e marcadores de livros encomendados à Imprensa Nacional-Casa da Moeda para impressão, proceder-se-á a uma larga campanha de difusão junto aos organismos nacionais e estrangeiros.

A conjugação destes recentes instrumentos de trabalho permitirão dar uma outra dinamização a dois sectores, que aliás tem sempre merecido a atenção deste departamento: o cumprimento do calendário estabelecido para as edições do Instituto e a difusão.

Quanto ao primeiro ponto, continuamos a debater-nos com atrasos alheios à nossa vontade, quer por parte das casas gráficas no estrangeiro que é o caso da revista *Soronda* e dos livros da colecção *Kacu Martel*, quer daquelas existentes no país, no que respeita ao Boletim de Informação Sócio-Económica (BISE), ao Boletim de Informação Científica e Técnica (BICT) e ao Relatório Anual do INEP, apesar de a composição destas três últimas publicações ser inteiramente feita no INEP.

Foi enviado para impressão em Portugal na INCM o livro *Mansas Escravos, Grumetes e Gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações* (Coordenação de Carlos Lopes).

Dois textos encontram-se, após tradução, em fase de revisão:

- *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959*, Peter Karibe Mendy.
- *Uma descida à psiquiatria africana*, Joop de Jong.

c) Recursos humanos

Esta é uma área em que temos enfrentado sérias carências, mas que experimentou melhoramentos com a contratação de uma dactilógrafa, a tempo integral, com prática em Macintosh.

VI. BIBLIOTECA PÚBLICA (BP)

a) Serviço de Aquisições

Foi recebida uma certa quantidade de livros comprados através do agente da BP em Portugal — *a Livraria Ferin* — sobre áreas diversas, nomeadamente medicina, contabilidade, administração, desporto, arquitectura e mecânica. Aproveitou-se a vinda destes livros para realizar uma exposição à qual foram convidados a Escola de Medicina, o CENFA e a Secretaria de Estado da Cultura e Desportos, a fim de dar conhecimento da existência dessas novas aquisições.

b) Informatização

Após uma primeira fase de familiarização com os computadores através de um curso orientado pelos informáticos do CETA Mário Espinosa e Mencham Borja Funy, numa segunda fase os bibliotecários do INEP beneficiaram de um curso de formação no programa CDS/ISIS, programa especial para bibliotecas, o qual teve lugar entre fins de Maio e princípios de Junho e foi orientado pela Sra. Mónica Allmand, consultora do CRDI.

VII. RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR

a) Participação em acontecimentos internacionais

- Carlos Cardoso, Raúl Mendes Fernandes, Faustino Imbali e Peter Karibe Mendy: Participação na Assembleia Anual do CODESRIA. Dakar, Senegal, Janeiro de 1992.
- Raúl Mendes Fernandes: Participação no Programa Norte-Sul da UNESCO. Praia, Cabo Verde, Janeiro de 1992.
- Mamadú Jao: Estágio de formação em Antropologia do Desenvolvimento no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Lisboa, Fevereiro de 1992.
- Rui Ribeiro: Participação na Terceira Reunião de Preparação da Conferência Mundial sobre o Ambiente, Nova Iorque, E.U.A., Março de 1992.
- Abdulai Silá: Participação na Conferência sobre Redes de Informação e Comunicação de Dados 92 (*Information Networks and*

- Data Communications - INDC-92*), organizada pela Faculdade de Ciências da Computação da Universidade de Helsínquia, com patrocínio da *International Federation for Information Processing (IFIP)*. Helsínquia, Finlândia, Março de 1992.
- Carlos Cardoso: Participação na segunda Semana da Cooperação, subordinada ao tema Cooperação entre Universidades Portuguesas e Universidades dos «Cinco», organizada pela Associação de Estudantes do IST. Lisboa, 21-24 de Abril de 1992.
 - Faustino Imbali: Participação no Atelier sobre concepção e gestão de programas de luta contra a pobreza na África francófona, organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Económico do Banco Mundial, O Departamento Técnico da Região África do BM e o Banco Africano de Desenvolvimento. Dakar, Senegal, Abril de 1992.
 - Rui Ribeiro : Participação na Cimeira da Terra. Rio de Janeiro, Junho de 1992.
 - Peter Karibe Mendy: Investigação no âmbito do programa de intercâmbio académico entre o *Centre de Recherches Africaines (CRA)* da Universidade de Paris I e o INEP. Paris, Junho de 1992.

b) Missões recebidas

- Sra. Vibecke Christie, do *Institut for Antropology* da Universidade de Oslo: Desenvolvimento de projecto de investigação na ilha de Orango, no arquipélago dos Bijagós. Fevereiro de 1992.
- Sra. Christine Henry, investigadora do CNRS: pesquisa na ilha de Canhabaque, no arquipélago dos Bijagós. Fevereiro-Março de 1992.
- Sr. Amadou Seck, Professor de Economia no Instituto Internacional de Administração Pública de Paris (IAP): Participação no Seminário de Avaliação dos Impactos Sociais do Programa de Ajustamento Estrutural, realizado no INEP de 10 a 13 de Março de 1992.
- Sres. Jean P. Perrier e Made Bande Diouf, da ENDA (Dakar). Março de 1992.
- Sra. Clara Carvalho, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa): investigação antropológica centrada nos manjacos da Guiné-Bissau. Março de 1992.
- Sr. Carlos Lopes, do PNUD em Nova Iorque: Conferência no quadro do Seminário de Avaliação dos Impactos Sociais do

- Programa de Ajustamento Estrutural, realizado no INEP. Março de 1992.
- Sra. Cornélia Giesling, professora de Antropologia Social na Universidade de Munique: orientação de seminário de metodologia em antropologia no INEP. Março-Maio de 1992.
 - Sr. Manuel dos Santos Loureiro, Director do Banco de Fomento e Exterior (Lisboa). Abril de 1992.
 - Sres. H.M. Hassan, Jasdip Singh e H. Jack Ruitenbeek, do *Environmental and Development Economics Department* do Banco Mundial. Maio de 1992.
 - S. Excia. Sr. Victor M. Zelenov, Embaixador da Federação da Rússia. Maio de 1992.
 - Sra. Mónica Allmand, consultora do CRDI: Orientação de curso de informática sobre o programa CDS/ISIS destinado aos bibliotecários do INEP. Maio/Junho de 1992.
 - Sr. Wilson Trajano Filho, professor visitante da Universidade de Brasília: Projecto sobre a nacionalidade e a construção da nação na Guiné-Bissau, com vista a uma tese de doutoramento pela Universidade de Pensilvânia. Junho de 1992.
 - Sr. Charles de Lespinay, investigador do *Centre de Recherches Africaines* da Universidade de Paris I: Investigação no âmbito do programa de intercâmbio académico entre o CRA e o INEP. Junho de 1992.
 - Sr. Christian Atchou, Chefe de Divisão do PNUD para os Países do Sahel (Nova Iorque). Junho de 1992.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)

colóquio internacional de ciências sociais

o sistema colonial português em Africa 1930-1975

Na sequência do I Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a Africa de Língua Oficial Portuguesa, realizado em 1980, Bad Homburg, RFA, um grupo de africanistas e cientistas sociais está a organizar o II do mesmo título sobre o tema
O sistema colonial português em Africa, de 1930 a 1975, e o seu impacto sobre a realidade pós colonial

O colóquio terá lugar em Bissau de 19 a 25 de Novembro de 1991

Patrocinadores:

Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries (SAREC), Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Cardoso, Abdulai Silá,
Raúl Fernandes, Rui Ribeiro, Carlos Lopes

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália),
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba),
Lars Rudebeck (Suécia), Luís Moita (Portugal),
Manuel dos Santos (Guiné-Bissau),
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau),
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Filomena Miranda, Teresa Montenegro

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Preço: 3550,00 PG
750\$00 (Portugal)
US\$ 30.00 (Assinatura 4 números)

Locais de venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)
Instituto Caboverdiano do Livro (Cabo Verde)

Estrangeiro: Pedidos ao INEP
Complexo Escolar 14 de Novembro
C.P. n.º 112 - Bissau
República da Guiné-Bissau

SORONDA, revista semestral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)

A edição deste número foi financiada pela: SAREC (Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries)

Depósito Legal nº 60859/92

Impressão: Tecnocor — Sacavém (Portugal)